Jornal **O DIA** SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | SÁBADO A SEGUNDA-FEIRA, 14, 15 E 16 DE JUNHO DE 2025 | Nª 25.921 | Preço banca: R$ 3,50

Imposto para super-ricos resultaria em justiça social, diz pesquisa

Pesquisa divulgada na sexta-feira (13) pelo Ministério da Fazenda revela que uma alíquota "mínima" do Imposto de Renda para Pessoas Físicas (IRPF) para quem ganha salário acima de R$ 50 mil mensais garantiria um número maior de contribuintes isentos nas camadas mais pobres.

O estudo ratifica tese defendida pelo governo federal, tendo por base dados relativos ao ano de 2022 das declarações de IRPF e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNADC-A).

"A implementação isolada da desoneração, sem a compensação via imposto mínimo sobre os super-ricos, além de gerar impacto fiscal negativo, não mitiga as distorções de progressividade na tributação direta no Brasil e pode até ampliar a desigualdade de renda", diz o estudo Impactos da reforma do IRPF sobre a renda das pessoas físicas proposta no PL 1.087/25 na progressividade e na desigualdade de renda.

O "imposto mínimo" (IRPFM) incidiria, segundo a proposta apresentada pelo governo federal, nos 0,2% dos contribuintes mais ricos do país - os chamados "super-ricos" - que são aqueles que recebem salário mensal de pelo menos R$ 50 mil – o que corresponde R$ 600 mil por ano. Página 3

CNI estima que investimento em infraestrutura vai crescer 4,2% em 2025

Página 10

Mais de 488 mil aposentados já foram aos Correios contestar descontos

Página 3

Serviços e turismo acumulam altas nas atividades no Paraná em 2025, aponta IBGE

O volume de atividades das empresas prestadoras de serviços no Paraná cresceu 1,1% no acumulado entre janeiro e abril de 2025, de acordo com a mais recente edição da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na sexta-feira (13). O setor de turismo, analisado de forma segmentada pela pesquisa, também registrou avanço expressivo no período, com alta de 4,4% em relação aos quatro primeiros meses do ano passado.

Entre os segmentos que compõem o setor de serviços, os maiores crescimentos no ano foram registrados nas empresas que atendem diretamente às famílias, como aquelas voltadas ao bem-estar, lazer e cuidados pessoais, com aumento de 5,5% no volume de atividades. Na sequência, destacam-se os serviços profissionais, administrativos e complementares (3,7%) e os transportes, serviços auxiliares e correio (0,5%).

O bom desempenho operacional das empresas também se refletiu nas receitas. No primeiro quadrimestre, a receita nominal – que mede o faturamento sem descontar a inflação – subiu 5,8% nas empresas paranaenses do setor. No caso do turismo, o crescimento foi ainda mais significativo: 9,8% em comparação com o mesmo período de 2024.

Entre as empresas de turismo – que incluem hospedagens, gastronomia, transporte de passageiros, agências de viagens, operadores turísticos, serviços culturais, recreativos e auxiliares – o crescimento da receita foi ainda maior, de 9,8% de janeiro a abril no comparativo com os mesmos meses do ano passado.

Além do avanço no acumulado do ano, o setor manteve trajetória positiva em abril. Na comparação com março, o volume de serviços cresceu 0,2% no Estado, enquanto em relação a abril de 2024 a variação foi de 0,7%. Já as atividades turísticas tiveram expansão de 2,9% entre março e abril, e de 4,4% na comparação com abril do ano passado.

Produzida pelo IBGE, a Pesquisa Mensal de Serviços permite o acompanhamento conjuntural do setor no Brasil e nos estados, investigando a receita bruta de serviços nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, que tenham serviços não financeiros como sua principal atividade, excluídas as áreas de saúde e educação.

Os dados completos podem ser consultados no Sidra, o Banco de Dados do IBGE. A próxima divulgação da PMS, relativa ao mês de maio, acontecerá em 11 de julho. (Agência Brasil)

Cúpula Brasil-Caribe firma adesões à Aliança Global contra a Fome



Foto/Ricardo Stuckert PR

Presidente *da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante Sessão Plenária da Cúpula Brasil-Caribe, no Palácio Itamaraty*

Página 10

'Ações do Governo de SP para pessoas com TEA fortalecem rede de apoio e inclusão', diz secretário

Página 2

Israel fecha embaixada e consulado no Brasil após ataque ao Irã

Página 10

DÓLAR	
Comercial	**Turismo**
Compra: 5,54	**Compra: 5,57**
Venda: 5,54	**Venda: 5,75**

EURO
Compra: 6,40
Venda: 6,40

Esporte

Gabriel Bortoleto encara pela primeira vez o desafiador Circuito Gilles Villeneuve

Após um fim de semana promissor em Barcelona, o brasileiro Gabriel Bortoleto chega motivado ao GP do Canadá, que acontece entre os dias 13 e 15 de junho no tradicional Circuito Gilles Villeneuve, em Montreal. Esta será a primeira vez que o piloto natural de Osasco (SP) encara o traçado canadense – um dos mais emblemáticos e técnicos do calendário da Fórmula 1.

Campeão da Fórmula 3 em 2023 e da Fórmula 2 em 2024, Bortoleto vem consolidando sua temporada de estreia na principal categoria do automobilismo mundial. Mesmo com o desafio de se adaptar rapidamente a uma pista inédita, o brasileiro demonstra confiança, especialmente após o bom desempenho da equipe suíça na etapa anterior, na Espanha, onde a Stake F1 Team | Kick Sauber introduziu atualizações significativas em seu carro.

"Estou ansioso por Montreal. Será uma nova pista para mim, e tenho trabalhado no simulador entre as corridas para entender melhor seus limites. Saímos de Barcelona com um retorno encorajador sobre as atualizações e todo o potencial do carro. Nosso desempenho mostrou que estamos cada vez mais próximos de onde queremos estar – embora ainda haja alguns passos a serem dados – e, da minha parte, ver o bom resultado do Nico me deixou ainda mais motivado. Agora, mal posso esperar para o fim de semana começar: o essencial, como sempre, será manter o foco e me adaptar ao que vier, aproveitando ao máximo cada oportunidade", declarou o piloto brasileiro, que conta com o patrocínio de Banco BRB, KitKat, Porto e Motorola by Snapdragon.



Foto/ Stake F1 Team

Gabriel *Bortoleto*

Com 4.361 metros de extensão, o circuito de Montreal foi construído na Ilha de Notre Dame e abriga o GP do Canadá desde 1978. Considerado um misto de circuito de rua com autódromo permanente, o traçado é conhecido por suas retas longas, freadas fortes e zonas estreitas que exigem precisão absoluta dos pilotos. A prova de domingo será disputada em 70 voltas, totalizando 305,27 km.

Programação oficial (Horário de Brasília)

Sábado (14 de junho)

13h30 – 14h30 | Treino Livre 3 (BandSports); 17h00 – 18h00 | Classificação (Band)

Domingo (15 de junho)

15h00 – 17h00 | Corrida (Band)

Gabriel Bortoleto e a Stake F1 Team | Kick Sauber seguem firmes no trabalho de desenvolvimento e evolução ao longo da temporada 2025. A expectativa é que o GP do Canadá represente mais um passo positivo nessa trajetória de crescimento na elite do automobilismo mundial.

Família Varela acelera no Jalapão em busca de terceira vitória no Brasileiro de Rally Raid

Uma é boa, duas é melhor ainda, e três é excelente. Por isso, na próxima semana, entre os dias 14 e 19 de junho, a Família Varela vai em busca de sua terceira vitória no Campeonato Brasileiro de Rally Raid. Dessa vez o desafio será no Jalapão, região do bioma cerrado no oeste do Tocantins, onde os competidores enfrentarão cerca de 1.200 km, sendo 800 deles contra o relógio, em quatro especiais de alto nível de dificuldade.

Tradicional equipe do off-road brasileiro, o time da família Varela é formado pelos irmãos Rodrigo, Bruno e Gabriel, além do pai, Reinaldo Varela, todos eles pilotos consagrados no esporte. Com participação na logística da mãe, Nani Varela, a equipe conta com o apoio de Can-Am e Monster Energy. Rodrigo, que venceu a segunda etapa do ano, em Araxá (MG), estará no volante do Maverick #102 ao lado do navegador Mateus Mazzei. Já Bruno, vencedor do RN1500, compartilha o #103 com também navegador Ari Fiuza. As duas duplas disputam a categoria principal, a UTV 1 Ultimate.

Reinaldo Varela terá navegação de Tulio Taniguchi no Maverick #123, competindo na divisão Over Pro. Já Gabriel Varela volta a formar dupla com Michael Mason no #153 em busca da vitória na UVT 1. A dupla conquistou a vitória da classe na etapa mineira.

Cinco dias agitados pela frente – Este ano, o Rally Jalapão contará com percursos inéditos e um 90% dos trechos nas famosas areias douradas que marcam a paisagem da região. A competição inicia com o prólogo de 30 km no domingo (15), no Capim Dourado Shopping, em Palmas, com público presente.

Na segunda-feira, os competidores deixam Palmas rumo a Mateiros em uma especial de 239 km. No dia seguinte, 190 km contra o relógio até São Félix do Tocantins, cidade que recebe também a terceira especial, que terá 161 km.

O quarto e último dia terá saída de São Félix e chegada em Palmas, com 141 km de disputa que vão coroar os vencedores da 11ª edição do Rally Jalapão e da terceira etapa do Brasileiro de Rally Raid, que ainda tem duas etapas pela frente, sendo uma delas o aguardado Rally dos Sertões, em agosto.

autojornal o dia a dia motorizado

Municípios devem regulamentar serviço de mototáxi em SP, diz proposta

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) aprovou um projeto de lei determinando que a utilização de motocicletas na prestação do serviço de transporte individual privado deverá ser condicionada à aprovação e regulamentação dos municípios. Para se transformar em lei, o texto ainda terá de ser sancionado pelo governador Tarcísio de Freitas.

A aprovação do projeto de lei (PL) 7/2025 ocorreu na quarta-feira (11) pelo plenário da Alesp. De autoria dos parlamentares Fábio Faria de Sá (Podemos), André Bueno (PL), Rogério Santos (MDB), Itamar Borges (MDB) e Carla Morando (PSDB), o texto prevê que o transporte por motos, geralmente intermediado por aplicativos, obedeça a regulamentação a ser criada por cada município, com a cobrança de tributos municipais, contratação de seguro para passageiros e inscrição do motociclista como contribuinte do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

"No Estado de São Paulo, a utilização de motocicletas para a prestação do serviço de transporte individual privado remunerado de passageiros fica condicionada à autorização e regulamentação dos municípios", diz o projeto.

A proposta, no entanto, faculta aos municípios a decisão de regulamentar e autorizar o serviço, de acordo com o interesse local e as peculiaridades de cada um.

"Na mobilidade urbana, este projeto é uma novidade e uma correção para a legislação federal dos aplicativos, que não fala sobre a categoria das motos. Nosso projeto de lei fala justamente sobre isso", disse um dos autores do projeto, Fábio Faria de Sá (Podemos). (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Vereadores e vereadoras descendentes de judeus, como foi o caso do ex-presidente Walter Feldman, quase sempre se pronunciaram a favor de uma convivência pacífica com comunidades [principalmente árabes], acima das guerras no Oriente Médio

.

PREFEITURA (São Paulo)
Sempre que as milenares guerras entre Israel e seus inimigos [como é a atual com o Irã / ex-Pérsia], especialmente os governados por regimes religiosos fundamentalistas, vale lembrar que é uma das maiores comunidades da capital paulista

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Deputados e deputadas descendentes de judeus, como foi o caso do ex-presidente Walter Feldman, quase sempre se pronunciaram a favor de uma convivência pacífica com comunidades [principalmente árabes], acima das guerras no Oriente Médio

.

GOVERNO (São Paulo)
Sempre que as milenares guerras entre Israel e seus inimigos [como é a atual com o Irã / ex-Pérsia], especialmente com os governados por regimes religiosos fundamentalistas, vale lembrar que o judeu e vice Hamuth é a favor da paz no Oriente Médio

.

CONGRESSO (Brasil)
Deputados(as) federais e senadores(as) descendentes de judeus, como é o caso de Davi Alcolumbre, quase sempre se pronunciam a favor de uma convivência pacífica com comunidades [principalmente árabes], acima das guerras no Oriente Médio

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Presidentes, como o filho de libaneses Michel Temer, quase sempre se pronunciou contra as milenares guerras entre Israel contra seus inimigos [como a atua com o Irã / ex-Pérsia], a favor de uma convivência pacífica, acima das guerras no Oriente Médio

.

PARTIDOS (Brasil)
Dirigentes de partidos que são descendentes de israelenses, mais o dono do PSD - Gilberto Kassab - fazem dos seus partidos [geralmente conservadores das centro-direitas] uma tribuna contra guerras milenares entre Israel e seus inimigos no Oriente Médio

.

JUSTIÇAS (Brasil)
Em meio a uma grande guerra [mundial] por liberdades entre política e Justiças, o jornalista Marcio Chaer segue fazendo história [via revista eletrônica Consultor Jurídico] e Original 123 Comunicação, com coordenação do jornalista Alessandro Cristo

.

ANO 33
O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa [brasileira] desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... **X @cesarnetoreal**

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Os meus olhos te contemplam, ó Deus, SENHOR; em ti confio; não desampares a minha alma" **Salmos 141:8**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

'Ações do Governo para pessoas com TEA fortalecem rede de apoio e inclusão', diz secretário

O secretário estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Marcos da Costa, destacou as ações do Governo de São Paulo voltadas à inclusão e ao fortalecimento da rede de apoio às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) durante entrevista ao programa SP em 3, 2, 1, da Agência SP. Entre os principais avanços está a inauguração do Centro TEA Paulista, na capital, que oferece serviços especializados gratuitos e atua como referência técnica para os municípios do estado.

"O Centro TEA é um equipamento em favor da pessoa com autismo e dos seus familiares, com acolhimento, tratamento terapêutico, esportes, arteterapia, empregabilidade e uma série de serviços. Mas também é um centro de fortalecimento da rede de apoio em todo o estado", afirmou o secretário.

Além da oferta direta de serviços, o centro atua na qualificação de profissionais e no suporte técnico às prefeituras, ampliando a capacidade de atendimento em diversas regiões.

O secretário também falou sobre as iniciativas do governo de São Paulo para promover a empregabilidade de pessoas com TEA. São Paulo possui 18 Polos de Empregabilidade Inclusiva (PEIs) que conectam pessoas com deficiência ao mercado de trabalho.

No caso das pessoas com TEA, os PEIs oferecem emissão de documentos, elaboração de currículos, acesso gratuito a cursos de capacitação e apoio na obtenção de laudos. Ao mesmo tempo, os polos mantêm diálogo direto com empresas para a abertura de vagas e identificação de barreiras no ambiente de trabalho. "Mostramos às empresas que é preciso adaptar o ambiente para que aquele profissional contratado possa desenvolver todo o seu potencial", explicou Marcos da Costa.

Outra iniciativa importante voltada a este público é a emissão da CipTEA, a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Criada há dois anos, ela já soma mais de 110 mil documentos emitidos em São Paulo. O objetivo é garantir o acesso facilitado a direitos e serviços públicos, sem a necessidade constante de apresentação de laudos médicos. "Ela permite que a pessoa possa utilizar os serviços públicos sem o constrangimento de ter que comprovar sua condição a cada momento", disse o secretário.

O SP em 3, 2, 1 é um programa da Agência SP que traz entrevistas curtas sobre temas relevantes para a população de São Paulo. Integrantes do Governo de São Paulo respondem toda semana três perguntas sobre assuntos variados, sempre pensando em levar informações de forma fácil e direta. Os episódios são publicados no Youtube oficial do Governo de São Paulo. (Governo de SP)

Procon-SP multa Quinto Andar em mais de R$ 560 mil por práticas abusivas

A Fundação Procon-SP multou a empresa GRPQA Ltda, que atua sob o nome fantasia Quinto Andar, em R$ 563.910,00 por infrações ao Código de Defesa do Consumidor (CDC). A penalidade foi aplicada após processo administrativo baseado em diversas reclamações de consumidores e análise contratual da plataforma – a empresa pode recorrer da sanção.

O Quinto Andar, que oferece serviços digitais de intermediação na locação e venda de imóveis, foi autuado por prática de venda casada, descumprimento do direito de arrependimento e inclusão de cláusula de arbitragem em contratos de adesão.

A prática de venda casada ficou caracterizada pela imposição de pagamento de uma taxa de serviço vinculada ao uso da plataforma como condição para concluir a locação de imóveis. Já no que diz respeito ao direito de arrependimento, a empresa cobra uma taxa de reserva sem restituir os valores, mesmo quando há desistência do contrato no prazo legal de sete dias, descumprindo a legislação.

Além disso, a empresa foi autuada por impor cláusula de arbitragem em contratos de adesão, sem garantir ao consumidor o direito de escolha livre e de ser informado sobre o foro de resolução de conflitos.

A penalidade foi calculada com base na receita estimada da empresa nos três meses anteriores à autuação, seguindo os critérios estabelecidos pela Portaria Normativa Procon nº 229/2022. O valor da multa poderá ser agravado ou atenuado conforme o julgamento final do processo administrativo sancionador. A empresa pode recorrer.

O Procon-SP reforça que a cobrança de taxas ou condições que limitem a liberdade de escolha do consumidor, bem como a inserção de cláusulas abusivas em contratos, são práticas vedadas pela legislação vigente. Consumidores que se sentirem lesados podem registrar reclamação por meio dos canais oficiais. (Governo de SP)

Governo publica edital e marca leilão da PPP das Travessias Hídricas

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), publicou na sexta-feira (13) o edital da Concorrência Internacional nº 05/2025 para a concessão patrocinada do Sistema de Travessias. O projeto abrange a operação, manutenção e investimentos no transporte aquaviário de passageiros e veículos.

A iniciativa prevê a modernização e ampliação de 14 rotas, incluindo as travessias entre Santos e Guarujá, São Sebastião e Ilhabela, além de ligações no Vale do Ribeira, Litoral Norte, Região Metropolitana e Reservatório de Paraibuna.

O contrato terá investimentos estimados em R$ 2 bilhões. A concessão permitirá a renovação da frota com embarcações elétricas, melhorias em terminais e adoção de novas tecnologias, promovendo mais conforto, segurança e sustentabilidade.

O edital, contrato e anexos estarão disponíveis no site da SPI (www.parceriasemInvestimentos.sp.gov.br) e no Data Room da concessão. Também é possível obter os documentos presencialmente na sede da SPI, mediante apresentação de mídia digital.

A entrega dos envelopes será no dia 13 de outubro de 2025, das 10h às 11h, na sede da B3 (Rua XV de Novembro, 275, Centro – SP). A abertura das propostas ocorrerá em 17 de outubro de 2025, a partir das 16h, no mesmo local.

Pedidos de esclarecimentos podem ser enviados até 15 de setembro de 2025 para o e-mail: travessias.sp@sp.gov.br. (Governo de SP)

SP Produz prorroga inscrições para reconhecer Cadeias Produtivas Locais no estado

As inscrições para o edital de reconhecimento do SP Produz, programa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) que apoia a organização de cadeias produtivas locais em diferentes regiões do estado de São Paulo, foram prorrogadas até dia 17 de junho.

Ao todo, o SP Produz já reconheceu 95 CPLs, que beneficiam cerca de 27 setores estratégicos, contribuindo com a geração de emprego e renda. O programa contempla CPLs em 67 municípios-sede e disponibilizou no edital de fomento passado R$ 30 milhões para o fortalecimento dessas cadeias.

"Cada cadeia produtiva reconhecida pelo programa recebe apoio técnico para aprimorar e fortalecer suas atividades, podendo ser classificada em até quatro níveis e, dependendo do grau de maturidade alcançado, tem a possibilidade de participar de editais e obter recursos para seus projetos de desenvolvimento", explica Júlia da Motta, subsecretária de Competitividade e Desenvolvimento Regional da SDE.

Como se inscrever

A inscrição deve ser realizada no site do programa www.spproduz.sp.gov.br e é o primeiro passo do processo do edital. Independentemente do setor de atuação, as cadeias produtivas locais que desejam participar precisam ser representadas por entidade gestora: pessoa jurídica pública ou privada, sem fins lucrativos e integrante da CPL. Ou ter agente representante: pessoa jurídica pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, registrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) há pelo menos dois anos e integrante da CPL.

Entre as vantagens das CPLs estão:

Destinação de recursos: acesso a editais de fomento para desenvolvimento de projetos de fortalecimento da CPL;

Oferta de serviços para evolução da maturidade: apoio técnico, mentoria e qualificação profissional visando o desenvolvimento das cadeias (aprimoramento do planejamento estratégico, estabelecimento de governança, diversificação de atores e elos, acesso a mercados, entre outros);

Contribuição para o desenvolvimento regional: geração de mais emprego e renda e ampliação da competitividade dos negócios por meio da integração entre empresas, universidades, centros de pesquisa e setor público, contribuindo para o desenvolvimento econômico local e redução das desigualdades regionais.

As CPLs são classificadas em quatro níveis de maturidade e conforme avançam, recebem novos benefícios:

Aglomerado Produtivo: estágio anterior à constituição de uma Cadeia Produtiva Local, em que, mesmo que exista a concentração geográfica de empresas de um mesmo setor ou segmento, ainda não contam com governança estruturada e estabelecida;

CPL em Desenvolvimento: estágio inicial de cadeia, com governança estruturada e estabelecida, mas ainda sem diversidade de atores e elos em sua cadeia;

CPL Consolidada: estágio em que a CPL já está bem estruturada, com governança estabelecida e diversidade de atores e elos em sua cadeia, mas ainda não possui forte impacto econômico no território;

CPL Madura: agente com governança instituída em níveis de maturidade avançados, com diversidade de atores e elos, alto impacto econômico no território e experiência para internacionalização da comercialização de seus bens e/ou serviços. (Governo de SP)

Imposto para super-ricos resultaria em justiça social, diz pesquisa

Pesquisa divulgada na sexta-feira (13) pelo Ministério da Fazenda revela que uma alíquota "mínima" do Imposto de Renda para Pessoas Físicas (IRPF) para quem ganha salário acima de R$ 50 mil mensais garantiria um número maior de contribuintes isentos nas camadas mais pobres.

O estudo ratifica tese defendida pelo governo federal, tendo por base dados relativos ao ano de 2022 das declarações de IRPF e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNADC-A).

"A implementação isolada da desoneração, sem a compensação via imposto mínimo sobre os super-ricos, além de gerar impacto fiscal negativo, não mitiga as distorções de progressividade na tributação direta no Brasil e pode até ampliar a desigualdade de renda", diz o estudo Impactos da reforma do IRPF sobre a renda das pessoas físicas proposta no PL 1.087/25 na progressividade e na desigualdade de renda.

O "imposto mínimo" (IRPFM) incidiria, segundo a proposta apresentada pelo governo federal, nos 0,2% dos contribuintes mais ricos do país - os chamados "super-ricos" - que são aqueles que recebem salário mensal de pelo menos R$ 50 mil – o que corresponde R$ 600 mil por ano.

A partir deste valor, a alíquota vai aumentando gradativamente até atingir 10% para rendas a partir de R$ 1,2 milhão por mês.

O imposto mínimo para os super-ricos possibilitaria, segundo o governo, custear a redução do IRPF para 14,5% da população.

A isenção de IRPF seria total para quem ganha até R$ 5 mil por mês; e parcial para quem ganha entre R$ 5 mil e R$ 7 mil mensais.

Na avaliação do Ministério da Fazenda, a reforma integral proposta no PL nº 1.087 é "essencial para promover um sistema tributário mais justo e equitativo e para contribuir para a redução da desigualdade de renda no Brasil".

Cenário 1

O levantamento apresenta três cenários de análise para, então, concluir que "somente a aprovação da proposta que combina a isenção com o imposto mínimo reduzirá a desigualdade" no país.

O primeiro deles mostra o modelo atual de IRPF, tendo como ano-base 2022.

A permanência de tributação efetiva muito baixa para estratos já muito elevados, isto é, para os ainda mais ricos que os 0,7% dos declarantes (ou 0,2% da população) apresenta três problemas, segundo o estudo.

Além de não seguir os princípios de justiça fiscal e justiça social, esse cenário não corrigiria a distorção de regressividade no topo da distribuição. Por fim, ampliaria ainda mais a desigualdade no país.

Cenário 2

O segundo cenário simula a implementação de isenção e descontos sobre a base de contribuintes caso tivesse ocorrido em 2022.

Nesse caso – de isenção para quem ganha até R$ 5 mil e de desoneração parcial àqueles que ganham até R$ 7 mil, sem imposto mínimo –, o efeito seria "pequeno sobre a progressividade do IRPF", acompanhado de "piora na distribuição de renda do país, considerando-se toda a população".

Cenário 3

O terceiro cenário mostra como ficaria a situação, caso as medidas de desonerações fossem implementadas de forma conjunta com a tributação mínima dos super-ricos.

O resultado seria, segundo o levantamento, uma diminuição da "distorção de regressividade do IRPF no topo da distribuição".

Além disso, com a ampliação da progressividade, não se comprometeria a sustentabilidade fiscal. O estudo, então, conclui que a desigualdade de renda no país seria, de fato, reduzida.

Conclusão

"No que tange à distribuição de renda entre toda a população adulta com algum rendimento, a proposta integral (isenção + IRPFM) é a única que efetivamente reduziria a desigualdade em relação ao cenário atual", conclui o estudo, tendo por base reflexos das medidas para o chamado Índice de Gini – medição estatística que indica desigualdade na distribuição de renda.

Caso a proposta do governo tivesse sido aprovada, esse índice, que atualmente está em 0,6185 diminuiria para 0,6178, "promovendo mais justiça fiscal e menor desigualdade de renda", diz o estudo.

"Já o cenário que contempla apenas a isenção e descontos às rendas mais baixas, sem a contrapartida do imposto mínimo sobre as altas rendas, geraria piora da desigualdade de rendimentos no país (índice de Gini do cenário igual a 0,6192)".

Além disso, representaria "uma ameaça à sustentabilidade fiscal, pois não haveria compensação com a arrecadação tributária majorada nos rendimentos do topo da pirâmide distributiva, que atualmente pagam alíquotas efetivas muito mais baixas do que contribuintes de menores rendas", complementou. (Agência Brasil)

Vietnã é anunciado como país parceiro do Brics

O Vietnã é o mais novo país parceiro do Brics. O anúncio foi feito na sexta-feira (13) pela presidência brasileira do Brics, que comanda o bloco este ano. Com a decisão, o Vietnã se torna o décimo país parceiro do Brics, juntamente com Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Malásia, Nigéria, Tailândia, Uganda e Uzbequistão. A categoria de país parceiro foi criada na 16ª Cúpula realizada em Kazan, na República do Tartaristão, em outubro de 2024.

O país asiático tem população de quase 100 milhões de habitantes, destacando-se como um ator relevante na região, em razão do dinamismo da sua economia fortemente integrada às cadeias globais de valor.

"O país compartilha com os membros e parceiros do Brics o compromisso com uma ordem internacional mais inclusiva e representativa. Sua atuação em prol da cooperação Sul-Sul e do desenvolvimento sustentável reforça a convergência com os interesses do agrupamento", informou a presidência brasileira do bloco ao anunciar a parceria.

Na condição de país parceiro, o Vietnã tem convite garantido para a Cúpula do bloco, para a reunião de ministros das Relações Exteriores e pode integrar outros espaços de discussão do fórum dos Brics, após consulta aos países membros e decisão por consenso.

Os países parceiros podem ainda endossar as Declarações de Cúpula do Brics, conjuntas dos ministros das Relações Exteriores do Brics, bem como outros documentos finais.

Atualmente, o bloco é composto por 11 países-membros: África do Sul, Arábia Saudita, Brasil, China, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia, Índia, Irã e Rússia. Em termos populacionais, ele representa aproximadamente 48,5% da população do planeta.

No comércio internacional, os países do Brics respondem por 24% do total das trocas mundiais. O Brics tem também aproximadamente 72% das reservas mundiais de minerais de terras raras, 43,6% da produção mundial de petróleo, 36% da produção mundial de gás natural e 78,2% da produção global de carvão minera.

No que diz respeito à corrente de comércio do Brasil com o Brics, ela totalizou US$ 210 bilhões, representando 35% do total em 2024.

O bloco foi ainda o destino de US$ 121 bilhões das exportações brasileiras, representando 36% do total exportado pelo Brasil em 2024 e foi a origem de US$ 88 bilhões das importações brasileiras, representando 34% do total importado pelo Brasil no mesmo ano. (Agência Brasil)

MP alternativa a IOF prevê R$ 4,28 bi de corte de gastos em 2025

A medida provisória (MP) que pretende compensar a elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) prevê um corte de gastos obrigatórios de R$ 4,28 bilhões em 2025, divulgou na noite da quinta-feira (12) o Ministério da Fazenda. Para 2026, a economia está estimada em R$ 10,69 bilhões.

Os números foram compilados pelo Tesouro Nacional. Mais cedo, a Receita Federal havia divulgado que a MP reforçaria o caixa do governo em R$ 10,5 bilhões em 2025 e em R$ 20,87 bilhões em 2026.

Nos últimos dias, houve uma série de críticas de parlamentares de que o pacote fiscal do governo não promoveria corte de gastos, o que foi desmentido após a publicação da MP. No entanto, o Ministério da Fazenda levou quase 24 horas após a edição da medida provisória para esclarecer os impactos das medidas de redução de despesas obrigatórias.

As economias estimadas são as seguintes:

•Inserção do programa Pé-de-Meia no piso constitucional da educação: R$ 4,818 bilhões em 2026;

•Limitação a 30 dias de benefícios por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) a benefícios concedidos pelo Atestmed, sistema de atestado médico digital do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS): R$ 1,21 bilhão em 2025 e R$ 2,616 bilhões em 2026. Após esse prazo, será exigida perícia médica presencial;

•Teto para a compensação financeira que União paga a regimes de previdência dos servidores estaduais e municipais para incorporar o tempo de serviço no INSS, com valor limitado à verba definida na sanção do Orçamento: R$ 1,5 bilhão em 2025 e R$ 1,55 bilhão em 2026;

•Ajustes nos critérios para a concessão de Seguro Defeso, auxílio para pescadores durante o período do defeso, com homologação do registro de pescador pela prefeitura e teto limitado ao valor definido na sanção do Orçamento: R$ 1,575 bilhão em 2025 e R$ 1,703 bilhão em 2026.

Em relação ao Pé-de-Meia, o Ministério da Fazenda explicou, em nota, que a inclusão do programa no piso constitucional da educação a partir do próximo ano permite que o aumento dos gastos discricionários (não obrigatórios) em educação decorrente do piso possam financiar o programa. Segundo a pasta, a medida garante sustentabilidade fiscal do programa, ao otimizar a distribuição de recursos.

Sobre as mudanças no Atestmed, o ministério argumentou que a medida pretende dar prioridade ao benefício por incapacitação temporária a quem precisa. A nota ressaltou que uma norma infralegal (sem a necessidade de votação no Congresso) deve passar a autorizar o julgamento de mérito dos requerimentos no Atestmed pelo médico perito. Dessa forma, o profissional vai poder discordar parcial ou totalmente dos atestados médicos incluídos no sistema, inclusive em relação aos prazos de afastamento.

A instituição de um teto no seguro defeso, informou a Fazenda, o cadastro dos pescadores foi aperfeiçoado, com o registro sendo homologado não apenas no Ministério da Pesca e Aquicultura, mas pelas prefeituras ou governos estaduais. Segundo a pasta, a limitação do valor pago ao aprovado no Orçamento tem como objetivo tornar o programa sustentável.

Sobre os gastos com a compensação da União às previdências de servidores públicos estaduais e municipais, a pasta informou que o teto da dotação orçamentária inicial tem o objetivo de aumentar a eficiência na análise dos processos em que o governo federal é credor dos entes (estados e municípios). A Fazenda quer estimular o encontro de contas entre o que a União deve aos regimes de previdência estaduais e municipais e o que ela tem a receber deles. (Agência Brasil)

Fazenda esclarece mudanças em fundos imobiliários e Fiagros

A medida provisória (MP) que cria alternativas à elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) promoveu mudanças nos fundos imobiliários (FII) e nos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro). A isenção de Imposto de Renda a pessoas físicas acabará, mas a compensação de perdas foi parcialmente desonerada e ficará mais ampla.

A isenção a pessoas físicas deixará de valer apenas para as cotas emitidas a partir de 1º de janeiro de 2026, quando entrará em vigor a alíquota de 5%. As cotas emitidas até 31 de dezembro continuarão sem pagar IR sobre os rendimentos.

Para pessoas jurídicas, a alíquota cairá de 20% para 17,5% sobre os rendimentos. O Ministério da Fazenda esclareceu as mudanças no FII e no Fiagro na noite da quinta-feira (12).

Até agora, os investimentos em FII e Fiagro com mais de 100 cotistas não cobravam Imposto de Renda a pessoas físicas sobre os rendimentos. Para empresas, havia a cobrança de 20% de IR, também sobre os rendimentos.

Para os ganhos de capital (valorização no momento da venda das cotas), a alíquota de IR correspondia a 20%, tanto para pessoas físicas e jurídicas. Havia limitações para compensar perdas: descontar do Imposto de Renda a perda de valor de mercado entre a compra e a venda.

Com a MP, a alíquota de IR sobre ganhos de capital cai de 20% para 17,5%, tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas. No caso das pessoas físicas, haverá ampla compensação das perdas. Para as empresas, o ganho de capital será estabelecido direto na apuração.

Confira como ficaram as novas regras com a MP, as regras ficaram as seguintes:

Principais mudanças para FII e Fiagro

Pessoas Físicas (fundos com mais de 100 cotistas)

Regra atual:

•Rendimentos distribuídos: isentos;

•Ganho de capital: 20%, com restrições à compensação de perdas.

Regra proposta:

•Cotas emitidas até 31/12/2025: rendimentos permanecem isentos;

•Cotas emitidas a partir de 1/1/2026: rendimentos passam a ser tributados com 5% de IR.

•Ganho de capital: 17,5% de IR, com ampla compensação de perdas.

Pessoas Jurídicas (exceto empresas isentas e inscritas no Simples Nacional)

Regra atual:

•Rendimentos e ganho de capital: 20% de IR.

Regra proposta:

•Rendimentos: 17,5% de IR;

•Ganho de capital: direto na apuração

IOF

O Ministério da Fazenda ainda não informou o impacto da nova versão do decreto sobre o IOF. Além da medida provisória que reforçará o caixa do governo em R$ 10,5 bilhões e cortará R$ 4,28 bilhões em gastos neste ano, o governo editou decreto que desfez parte dos aumentos recentes no IOF.

Em relação ao IOF, o novo decreto alterou os seguintes pontos:

•Revogação da alíquota fixa de 0,95% para crédito às empresas. Alíquota voltou a ser de 0,38% por operação, mais 3% ao ano;

•Fim da diferenciação entre as operações de crédito das empresas em geral e das empresas inscritas no Simples Nacional;

•Fim da alíquota fixa sobre o risco sacado (operação de antecipação ou financiamento de pagamento a fornecedores). Só valerá alíquota diária de 3% ao ano, o que reduz alíquota em 80%;

•Previdência privada do tipo VGBL: isenção para aportes de até R$ 300 mil ao ano (R$ 25 mil por mês) até o fim de 2025 e de aportes anuais de até R$ 600 mil (R$ 50 mil por mês) a partir de 2026. Acima desse valor, cobrança de 5%;

•Isenção da contribuição patronal para previdência privada do tipo VGBL;

•Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC): alíquota de 0,38% sobre compra de cotas primárias, inclusive por bancos. Antes do decreto, operações eram isentas;

•Isenção para retorno de investimentos estrangeiros diretos (que geram empregos) no Brasil. (Agência Brasil)

Mais de 488 mil aposentados já foram aos Correios contestar descontos

Em duas semanas de atendimento, mais de 488 mil aposentados e pensionistas estiveram presencialmente em uma agência dos Correios do país para contestar descontos irregulares em seus benefícios. A opção de atendimento presencial para tratar dos descontos não autorizados está disponível desde o dia 30 de maio.

O serviço foi pensado para atender principalmente as pessoas que têm dificuldade em acessar o celular, o computador e a internet para resolver esse problema por meio do aplicativo Meu INSS e da Central 135.

"É um número bem significativo, porque em apenas duas semanas funcionando, a gente já tem mais de 10% do total de requerimentos via Correios. É um atendimento humanizado, olho no olho, presencial, um atendimento em que a pessoa se sente segura", disse o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Gilberto Waller.

Na sexta-feira (13), ele visitou a agência central dos Correios em São Paulo, no centro da capital.

A partir da próxima segunda-feira (16), os aposentados e pensionistas que tiveram descontos indevidos em seus benefícios e que já procuraram os canais de atendimento há mais de 15 dias úteis para contestar esses valores poderão retornar às agências dos Correios para consultar a resposta das entidades sobre os seus descontos.

Até este momento, foram feitas mais de 3,1 milhões de contestações, ou seja, mais de 3 milhões de pessoas alegaram não ter autorizado os descontos em seus benefícios para associações.

"Esse é um marco muito próximo daquele projetado pela CGU [Controladoria-Geral da União] e pela Polícia Federal de 4,1 milhões de pessoas", afirmou Waller.

Esse total inclui todas as contestações, inclusive as realizadas pela internet. Segundo o presidente do INSS, desse total de contestações feitas pelos beneficiários, 512 mil foram respondidas pelas instituições, que apresentaram documentos comprovando que os descontos foram autorizados e que não houve fraude.

As entidades alegam que 100 mil contestações já foram respondidas por via judicial. Os demais casos ainda estão sendo apurados ou esperam resposta das associações.

"Hoje temos 512 mil contestações das instituições em que elas informaram que houve o vínculo, que teve o desconto e autorização para isso. Isso é juntado dentro do sistema. Para quem utiliza o aplicativo meu INSS, essa resposta já está disponível para fazer a consulta pelo aplicativo, em que você consegue verificar se aquele documento foi feito por você mesmo, se você assinou [a autorização para o desconto]", explicou o presidente do órgão.

Ainda não é possível prever, com exatidão, o tamanho da fraude. Mas, segundo o presidente do INSS, se todas as 3,1 milhões de contestações feitas até agora pelos segurados estiverem irregulares, o dano deve ficar na casa de R$ 1,8 bilhão, sem correção.

"Se for corrigido, daria R$ 2,12 bilhões, mais ou menos. Esse é um valor bem importante para a gente porque, quando se levantou a fraude, pensava-se em um prejuízo na monta de R$ 6,7 bilhões ou até R$ 9 bilhões", falou.

"Verificamos que grande parte das fraudes são de instituições que foram criadas como fantasma nos anos de 2020 ou 2021 e elas tiveram dois anos de desconto efetivo e não os cinco anos [que se esperava]. E o valor [de desconto] era muito menor, um valor abaixo da média, porque a média é de R$ 48 de desconto por beneficiário, mas eles cobravam um valor abaixo disso, talvez até para não chamar muita atenção do nosso beneficiário. Isso gera um valor aquém daquilo que se esperava no início", explicou.

Waller não deu estimativa de prazos ou de quando os beneficiários serão ressarcidos, mas ele afirmou que o governo quer fazer isso o mais breve possível, utilizando-se do bloqueio de bens dos fraudadores.

"Desde o início, a ideia é que esse dinheiro saia do bolso de quem roubou, de quem fraudou, de quem lesou os nossos aposentados e pensionistas. Ingressamos rápido com o processo de responsabilização de pessoa jurídica e conseguimos o bloqueio de R$ 2,8 bilhões para assegurar o ressarcimento", falou.

Aqueles que já fizeram atendimento pelo aplicativo Meu INSS, pelo site do INSS ou pela Central 135 não precisam procurar os Correios para solucionar o problema.

No estado de São Paulo, 634 agências dos Correios estão habilitadas para acolher os beneficiários. No país são mais de 5 mil agências em funcionamento para atender os aposentados e pensionistas.

A fraude foi descoberta em abril deste ano, durante a Operação Sem Desconto, deflagrada pela Polícia Federal. Segundo a PF, o esquema envolvia associações e sindicatos que aplicavam descontos indevidos nos benefícios de aposentados e pensionistas.

Cifras iniciais apresentadas pela PF estimavam que R$ 6,3 bilhões de descontos associativos foram realizados entre 2019 e 2024.

Quem for aos Correios poderá descobrir se houve algum desconto indevido em seu benefício e contestar esses descontos não autorizados. Ele também poderá acompanhar o resultado da contestação após o prazo de 15 dias úteis.

O atendimento nas agências dos Correios é gratuito. O segurado só precisa apresentar um documento oficial de identificação. Caso não possa comparecer, ele precisa nomear um representante legal com procuração autenticada e que é válida apenas para consulta. (Agência Brasil)

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal



BRK Ambiental – Projetos Ambientais S.A.

CNPJ/MF nº 21.384.741/0001-93 – NIRE 35.300.472.632

Ata da Assembleia Geral Ordinária Extraordinária realizada em 30/04/2025, às 14:00 Horas

Data, Hora e Local: Realizada de forma virtual aos 30/04/2025, às 14:00 horas, na sede social da BRK Ambiental – Projetos Ambientais S.A., na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 7º andar – parte, Torre Corporativa B2 – Paineira, Setor B, Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.794-000 ("Companhia"). **Convocação**: Dispensada a publicação de Editais de Convocação, na forma do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). **Publicações**: Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, publicados, de forma digital e física, no jornal O Dia SP, na página 6, na edição de 29/04/2025, e na página de relação com investidores da Companhia (www.ri.brkambiental.com.br). **Presenças**: Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura no Livro de Presença de Acionistas, tendo sido dispensada a presença do representante da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Auditores Independentes"), em face da inexistência de quaisquer dúvidas em relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024. **Mesa**: Verificado o quórum para instalação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a mesa foi composta pela Presidente, Sra. Gabriela Velloso Tavares, e pelo Secretário, o Sr. Rodolfo Duarte Bruscain. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(I)** em **Assembleia Geral Ordinária** – **(1)** as contas dos administradores, as demonstrações financeiras da Companhia e o parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024; **(2)** a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2024; **(3)** a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2025; e **(II)** em **Assembleia Geral Extraordinária** – **(4)** a alteração do Estatuto Social; **(5)** a ratificação da composição da Diretoria, da designação de cada membro e suas respectivas funções; e **(6)** a alteração do capital social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social. **Deliberações**: Instalada a Assembleia, após apresentação, exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, o acionista detentor da totalidade do capital social da Companhia, sem quaisquer restrições, resolve autorizar a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, § 1º da Lei das S.A., e: **(I)** em **Assembleia Geral Ordinária** – **(1)** aprovar, após esclarecimentos realizados pelo representante da administração da Companhia sobre os principais pontos relacionados ao desempenho da Companhia durante o último exercício social, sem quaisquer reservas, emendas ou ressalvas, as Demonstrações Financeiras da Companhia, contendo as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31/12/2024; **(2)** aprovar a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31/12/2024, no valor total de R$ 69.483.989,69, da seguinte forma: (i) R$ 3.474.199,43, equivalentes a 5% do lucro líquido apurado, destinado à Reserva Legal, nos termos do Art. 193 da Lei das S.A.; (ii) R$ 49.507.341,94 retidos e destinados para a conta de reserva de retenção de lucros, nos termos do § 3º do Art. 202 da Lei das S.A.; (iii) R$ 15.744.314,07(quinze milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, trezentos e quatorze reais e sete centavos) para distribuição de dividendos obrigatórios; e (iv) R$ 758.133,25, distribuídos no exercício de 2024, a título de dividendos intermediários; **(3)** aprovar o montante global de R$ 50.000,00 como limite da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025, em observância ao disposto no artigo 152 da Lei das S.A. Os acionistas tomam conhecimento de que os administradores da atual gestão renunciam ao recebimento de toda e qualquer remuneração que possa ser atribuída, inclusive a título de "pro labore", tendo em vista que são remunerados pela Sociedade que os indicaram, na qualidade de empregados desta Sociedade; e **(II)** em **Assembleia Geral Extraordinária** – **(4)** aprovar a alteração do Estatuto Social da Companhia, a fim de estabelecer, de forma fidedigna, as regras referentes à designação e atribuição do escopo a ser desempenhado pelos membros da diretoria da Companhia. Sendo assim, os artigos 12, 13 e 15 do Estatuto Social da Companhia passam a ter a seguinte redação: "***Art. 12*** *– A Diretoria será constituída por até 3 Diretores, sendo 1 Diretor Presidente, com suas funções estabelecidas no art. 15 abaixo, e os demais Diretores terão suas designações e funções atribuídas pela Assembleia Geral, na respectiva ata de eleição. Todos os membros da Diretoria serão residentes e domiciliados no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição e dispensada a prestação de qualquer garantia de gestão.* ***Parágrafo Primeiro*** *– Todos os membros da Diretoria são investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse lavrados no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da Companhia, devendo permanecer investidos em seus cargos até a posse de seus sucessores.* ***Parágrafo Segundo*** *– A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos membros da Diretoria.* ***Art. 13*** *– Em caso de impedimento ou de ausência de qualquer dos membros da Diretoria, o Diretor Presidente deverá indicar o substituto, conforme o caso, dentre os demais Diretores. Parágrafo Único – Ocorrendo a hipótese prevista neste Artigo, o substituto terá direito ao seu voto e ao voto do substituído nas reuniões da Diretoria.* ***Art. 15*** *– Compete ao Diretor Presidente: (a) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social; (b) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões; (c) realizar a gestão dos negócios da Companhia em conformidade com as orientações da Assembleia Geral, sendo ele o principal responsável pela execução do objeto social da Companhia e pelos seus resultados; (d) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis e necessários; (e) responsável pelo cumprimento das legislações Municipais, Estaduais e Federais, bem como das normas das agências reguladoras, e por disseminar e promover a conformidade com o Código de Conduta Ética, as Políticas Internas e o Programa de Integridade da Companhia, zelando pela ética e transparência nas atividades da área; e (f) liderar, coordenar e orientar as atividades dos demais Diretores, nas suas respectivas áreas de competência.* ***Parágrafo Primeiro*** *– A Diretoria deverá reunir-se sempre que seja convocada por qualquer Diretor, com 5 dias de antecedência, no mínimo, salvo quando de caráter urgente.* ***Parágrafo Segundo*** *– As convocações poderão ser feitas por meio de carta, e-mail ou qualquer forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário.* ***Parágrafo Terceiro*** *– Independentemente das formalidades previstas no parágrafo anterior, será considerada regularmente convocada a reunião da Diretoria a que comparecerem todos os Diretores.* ***Parágrafo Quarto*** *– O Diretor Presidente presidirá a reunião e indicará um dos presentes para secretariá-la, sendo certo que as atas correspondentes serão lavradas no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da Companhia.* ***Parágrafo Quinto*** *– As reuniões da Diretoria realizar-se-ão com a presença da maioria de seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos Diretores presentes, considerando-se presentes, inclusive, os Diretores que estiverem, na ocasião, representados por outro Diretor, bem como os Diretores que participarem das reuniões por teleconferência, videoconferência ou qualquer outro meio que permita a comunicação oral em tempo real do Diretor em questão com os demais Diretores presentes à reunião. A Companhia poderá providenciar a gravação das reuniões da Diretoria, de forma a captar, inclusive, os votos proferidos pelos Diretores que não estiverem fisicamente presentes à reunião.* ***Parágrafo Sexto*** *– Serão considerados presentes à reunião os Diretores que, após o exame da ordem do dia, enviarem seu voto por escrito aos demais Diretores anteriormente à realização da reunião em questão.*"; **(5)** em função das alterações realizadas acima, o acionista ratifica que a Diretoria da Companhia, eleita em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 26/04/2024, às 12:00 horas, é composta pelos seguintes membros, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2026, os quais desempenham as seguintes atribuições: (i) **Jorge Augusto Regis Gomes**, RG nº MG-18.735.048-PC/MG, e CPF/MF nº 928.014.395-68, designado como Diretor Presidente, exercerá as funções conforme definidas no Estatuto Social da Companhia; (ii) **Felipe Cardoso de Gusmão Cunha**, RG nº 11.697.576-4-SSP/RJ e CPF/MF nº 086.504.307-83, designado como Diretor Executivo, exercerá a função de representação legal da Companhia, nos termos do art. 17 do Estatuto Social; e (iii) **Daniela Mattos Sandoval Coli**, RG nº 23.801.966-SSP/SP e CPF/MF nº 069.907.508-47, designada como Diretora Executiva, exercerá a função de representação legal da Companhia, nos termos do art. 17 do Estatuto Social; e **(6)** aprovar o aumento de capital social da Companhia no montante de R$ 132.300.000,00, com a emissão de 20.289.911 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 6,52048 por ação, fixado nos termos do art. 170, § 1º, II, da Lei das S.A., passando este dos atuais R$ 668.383.162,27, dividido em 110.066.671 ações ordinárias, nominativas, todas sem valor nominal, para R$ 800.683.162,58, dividido em 130.356.582 ações ordinárias, nominativas, todas sem valor nominal. As ações emitidas em função do presente aumento são totalmente subscritas e integralizadas pela acionista BRK Ambiental Participações S.A., conforme Boletim de Subscrição que integra a presente ata como Anexo I. Como consequência, o artigo 4º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 4º*** *– O capital social é de R$ 800.683.162,58, dividido em 130.356.582 ações ordinárias, nominativas, todas sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, bens ou direitos.*". **Conselho Fiscal**: Não há Conselho Fiscal permanente, nem foi instalado no presente exercício. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo/SP, 30/04/2025. **Mesa**: Gabriela Velloso Tavares, *Presidente;* e Rodolfo Duarte Bruscain, *Secretário.* **Acionista**: BRK Ambiental Participações S.A. (representada nos termos do seu estatuto social), Certifico e dou fé que esta ata é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Rodolfo Duarte Bruscain – *Secretário.* Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 180.411/25-1 em 06/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

SINDICATO DOS MOTORISTAS E SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO SIMOSERV

EDITAL

Pelo presente edital a comissão Eleitoral do Sindicato dos Motoristas e servidores da Prefeitura Municipal de São Paulo - SIMOSERV, atendendo dispositivo estatutário especialmente no artigo 76° parágrafos Segundo e Terceiro, informa aos associados que transcorrido o prazo de inscrição de chapa conforme edital publicado em 02/06/2025, houve a solicitação de inscrição de 1(uma) chapa, encabeçada pelo associado Edson Goncalves Pereira, que atendeu todos os dispositivos estatutários. Sendo assim DEFERIDA, denominada Chapa Única. São Paulo 16 de junho de2025 - Comissão Eleitoral.

Smart Piracicaba Incorporações SPE Ltda.

CNPJ 46.480.081/0001-75

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Victor Mendes Colares, administrador da **Smart Piracicaba Incorporações SPE Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado constituída sob a forma de Sociedade Empresária Limitada, com prazo de duração indeterminado, com sede e foro localizados no CEP 13025-320, nos termos do Contato Social c/c artigo 1.152, §3º do Código Civil, convoca os sócios para se reunirem, **presencialmente**, na sede da ***Smart House Construções Ltda.***, com endereço na Rua José Luiz Xavier, nº 280, Bairro Ibituruna, Montes Claros/MG, CEP 39408-029, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), **no dia 23.06.2025, às 09:30h,** em 1ª convocação, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Proceder à apuração das atividades, tomada de contas e consequente encerramento da sociedade; Montes Claros/MG, 13.06.2025. **Victor Mendes Colares**

FRAZÃO Leilões — **LEILÃO DE IMÓVEL** Presencial e Online — Encerramento: 25/06/2025 4ª-feira - 10h30 — VIBRA

O leilão já está aberto na internet para receber lances.

TERRENO COM ÁREA TOTAL DE 801M², NA AV. SANTO ANTÔNIO, 745 - VILA XAVIER - ARARAQUARA/SP

Lance Inicial: R$ 650.000,00

À vista ou através de financiamento imobiliário conforme descrito no Edital do Leilão. Lance condicionado a aprovação do vendedor. Leia o Edital, veja as fotos e receba mais informações no site da leiloeira. Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão online. **Rua Hipódromo, 1141, sala 66 - Mooca – São Paulo/SP.**

Ana Claudia Campos Frazão – leiloeira oficial – JUCESP 836.

Tel. (11)3550-4066 - (11)97179-0728 | FrazaoLeiloes.com.br

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expede o EDITAL DE CITAÇÃO, referente à usucapião administrativo, prenotado sob nº 939.943 em 28 de novembro de 2024 a requerimento de GISLEINE MARIA TANZI, RG nº 14.166.681-X-SSP/SP e CPF nº 085.680.708-76 e seu marido MARCOS PERIOTO, RG nº 9.186.137-SSP/SP e CPF nº 064.942.248-14, brasileiros, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, devidamente qualificados na ata notarial. FAZ SABER aos terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, e os herdeiros da titular de domínio, ELVIRA GUADALINE, brasileira, viúva, cujas anuências foram juntadas no procedimento, com exceção de SILVIA RITTENBEREK, brasileira, casada, do lar, cuja notificação voltou, requer a **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA**, nos termos do artigo 1.071 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 13.105/15 e provimento 149 de 30/08/2023 da CNJ, visando a declaração de domínio sobre o imóvel situado na Rua General Chagas Santos nº 428, lote 14 da quadra 11 da Vila da Saúde, com 224,45m2, origem na transcrição nº 61.122 do 1º Registro de Imóveis, alegando e comprovando posse mansa e pacifica há 40 anos. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, nos termos dos artigos 15, §1º, V e 2º e 16 do provimento 65 de 14/12/2017, com alteração promovida pelo provimento 149/2023 da CNJ. Será o presente edital publicado na forma da lei. São Paulo, 30 de maio de 2025.

EDITAL

O Síndico do Condomínio Edifício COPAN, atendendo o artigo XI, §1º, § 4º e demais que lhes são próprios da Convenção Condominial, **CONVOCA**, os Srs. Condôminos a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que realizar-se-á no dia 30 de junho de 2025, em 1ª Convocação às 18:00 hs e em 2ª Convocação às 18:30 hs, na hipótese de não atingir o "quorum" necessário para a sua instalação, ambas no FOYER do próprio Edifício. **ORDEM DO DIA: 1- Aprovação da participação do Condomínio no Chamamento Público 01/2025/SMUL, em que a Prefeitura do Município de São Paulo concede subvenção econômica para custear, a fundo perdido, até 25% dos custos das obras de restauro do edifício. 2 - Assunção das contrapartidas que devem ser observadas caso o Condomínio seja contemplado com a Subvenção, quais sejam:** No período das obras de restauro: ▪ **Instalar placa de identificação de obra, em que constem as marcas da SMUL e PMSP ▪ Buscar, sempre que possível, soluções que promovam uma obra sustentável, tendo como referência o rol exemplificativo da Lei municipal 17.260/20, art. 7˚.** o **No período de 10 anos, contados da finalização do recebimento da Subvenção Econômica: ▪ Não alterar a destinação do uso do Condomínio ▪ Fornecer, anualmente de forma declaratória e quando eventualmente solicitados pela Prefeitura, dados e informações para avaliação do impacto da concessão da Subvenção. ▪ Divulgar o apoio recebido pela Prefeitura para a realização das obras, por meio de placa que sinalize esse apoio, em local visível da frente para a rua de acesso ao imível, em observância às diretrizes de preservação. 3 – Obras no quadro de Energia (importante a presença do representante das lojas: 36,37,38,39,40,45,46,47,48,49,50, 51,52,53,58,59,60,61,62,63,64,65, 66, 67,68,69,70,71,72,73,74, 75,76,77,78,79,80,81,82).** Credenciamento: Solicitamos aos condôminos ou procuradores que pretendam participar da assembleia, precipuamente obter senha para votação, que compareçam antecipadamente na Administração do Condomínio, na sobreloja do Bloco F nos dia 30 de junho de 2025 das 10:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas. A melhor observação do horário de credenciamento visa evitar atraso no início da assembleia, motivo de queixa constante dos presentes no horário convocado.

São Paulo, 13 de junho de 2025.

ADM - Affonso Celso Prazeres de Oliveira
Síndico

CBR 071 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 32.476.248/0001-10 - NIRE 35235430144

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 04.06.2025, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor **de** R$ 8.595.287,00 **para** R$ 7.095.287,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

CBR 079 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 33.789.404/0001-65 - NIRE 35235541779

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 04.06.2025, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor **de** R$ 6.885.942,00 **para** R$ 3.964.223,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

CBR 102 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 36.082.241/0001-74 - NIRE 35235823057

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 04.06.2025, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 37.107.122,00 **para** R$ 27.107.122,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Remote Brasil Fornecimento de Serviços Ltda.

CNPJ/MF n.º 39.529.271/0001-74 – NIRE n.º 35236489819

4ª Alteração do Contrato Social

Nos termos da 4ª Alteração do Contrato Social da Remote Brasil Fornecimento de Serviços Ltda., datada de 03/06/2025 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 06/06/2025, o Sr. Gabriel Nascimento Pinto deixou de exercer o cargo de Administrador da sociedade, deixando de participar da administração a partir de 03/06/2025.

CBR 126 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 42.787.160/0001-72 - NIRE 35237483377

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 04.06.2025, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 26.334.663,00 **para** R$ 20.334.663,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1002842-20.2020.8.26.0006. A MM. Juíza de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dra. Luciana Antunes Ribeiro Crocomo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Francisco Batista Santiago, CPF 117.231.818-20 e Maria Amélia Dantas Santiago, CPF 075.845.168-74, que Joaquim Ruescas Neto, ajuizou uma Ação de Execução de Título Extrajudicial, para cobrança de R$ 56.620,88 (03/2020), referente ao saldo devedor do Contrato de Locação Não Residencial. Estando os executados em local ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 03 dias, a fluir após os 20 dias supra, paguem o ?quantum? reclamado, acrescido de juros e correção monetária, bem como honorários advocatícios fixados em 10% sobre o total do débito atualizado, anotando-se que, efetuado o pagamento no prazo de 03 dias, a verba honorária fica reduzida pela metade, tendo o prazo de 15 dias, a afluir após o prazo supra, para oferecerem embargos, facultando aos executados nesse prazo, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mais custas e honorários, requererem o pagamento do saldo em 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. N - 14 e 17

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1010484-67.2022.8.26.0008. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Alessander Marcondes França Ramos, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MEGA BRASIL LOG EIRELI, CNPJ 09346944000190, com endereço à Rua Monguba, 91, Vila Carrao, CEP 03438-000, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de SEM PARAR INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA. O autor é prestador de serviço automático de pagamento de estacionamento e de pedágios com passagem rápida, denominado SEM PARAR/VIA FÁCIL, cujo sistema de pagamento é auditado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, processo administrativo nº 28.827/01 e certificado pelo IPT Instituto de Pesquisas Tecnológicas, o que lhe confere absoluta certeza e segurança. Entretanto, o Requerido não manteve numerário suficiente para a quitação dos valores devidos em razão das passagens efetuadas por seus veículos e cobrados pelas faturas. Assim, foi deferida a expedição de edital para pagamento. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO por EDITAL para que, no prazo de 15 dias, pagar o valor reclamado e efetuar o pagamento de honorários advocatícios correspondentes à 5% do valor da causa, ou apresente embargos ao edital, nos termos do artigo 701 do CPC. Fica consignado que o réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o edital no prazo. Caso não cumpra o edital no prazo e os embargos não forem opostos, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de fevereiro de 2025. N - 13 e 14

EDITAL DE INTERDIÇÃO Processo nº: 1013753-51.2021.8.26.0008 Classe? Assunto: Interdição/ Curatela - Nomeação Requerente e Curador (Ativo): Cilene Sousa Dutra e outros Requerido: Germana Gonçalo de Sousa Prioridade Idoso Juíza de Direito: Dra. Glaís de Toledo Piza Peluso Em razão do exposto, acolho o pedido para decretar a INTERDIÇÃO de Germana Gonçalo de Sousa, CPF: 198.636.938- 20, RG: V124200-1, filha de Antonio Gonçalo e Mariana Miguel, nascida em 14/06/1939, viúva de Clemente de Viveiros Sousa, natural de Portugal, com domicílio em Rua Renato Rinaldi, 1.046, Vila Carrão, São Paulo/SP, CEP 03426-000, com registro de casamento junto ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do 27º Subdistrito - Tatuapé (matrícula n° 143032 01 55 1965 2 00098 067 0035130-19), reconhecendo-a parcialmente incapaz de exercer, pessoalmente, todos os atos da vida civil, por ser portadora de demência não especificada (CID-10: F:03), e nomeando-lhe curador o requerente, Simon Gonçalo de Sousa, CPF: 213.603.658-00, RNE V124199-Y, casado, com domicílio em Rua Catarina Braida, 359, ap.131, bloco 3, Mooca, São Paulo/ SP, CEP 03169-030, sob compromisso. Em obediência ao disposto no §3° do artigo 755 do Código de Processo Civil, serve o dispositivo da presente sentença como edital, a ser publicada por três vezes na imprensa oficial, com intervalo de dez dias, uma vez na imprensa local, na rede mundial de computadores e na plataforma do Conselho Nacional de Justiça, se o caso. Serve, ainda, esta sentença como mandado para registro da interdição no Cartório de Registro Civil competente, acompanhada das cópias necessárias ao seu cumprimento, que deverão ser providenciadas pela parte e juntadas a esta sentença, inclusive da certidão de trânsito em julgado, para que o Sr. Oficial da Unidade de Registro Civil das Pessoas Naturais competente proceda ao seu cumprimento. Esta sentença servirá também como termo de compromisso e certidão de curatela, independentemente de assinatura do curador, ex vi do disposto no artigo 759, I, do Código de Processo Civil. Ante a ausência de patrimônio vultoso de titularidade da interditada, bem como a presumida idoneidade do curador, dispensa-se a prestação de caução para o exercício da curatela, nos termos do parágrafo único do art. 1.745 e do art. 1.774, ambos do Código Civil. Fica o curador, ainda, dispensada da especialização da hipoteca legal e da prestação de contas com relação ao benefício previdenciário recebido pela interdita, eis que serão empregados exclusivamente para sua sobrevivência. Após o trânsito em julgado, cumpra-se o disposto nos artigos 93 da Lei 6.015/73 e 755 do Estatuto Adjetivo Civil. P.R.I. Ciência ao Ministério Público.

www.jornalodiasp.com.br

MENDELICS ANÁLISE GENÔMICA S.A.

CNPJ 15.519.353/0001-70

Relatório da Diretoria - Exercícios findos em 31/12/2024 - (em milhares de reais - R$)

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, esta Diretoria apresenta à apreciação de V.Sas. os seguintes Demonstrativos Financeiros, encerrados em 31 de dezembro de 2024: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do resultado abrangente e Notas Explicativas às Demonstrações. Nos termos dos Estatutos Sociais, colocamo-nos à disposição de V.Sas., para as informações que se fizerem necessárias.

Balanço Patrimonial		Consolidado	Controladora	
Ativo	**Nota**	**2024**	**2024**	**2023**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	9.929	9.429	773
Clientes a receber	4	6.045	5.938	6.020
Estoques	5	11.556	11.556	11.276
Impostos a recuperar	6	1.814	1.809	1.667
Custos a apropriar		199	199	-
Adiantamento de terceiros		630	561	638
Adiantamento de funcionários		79	79	86
Total do ativo circulante		**30.252**	**29.571**	**20.460**
Não circulante				
Créditos com partes relacionadas	7	-	2.721	-
Imobilizado	8	10.420	10.420	6.020
Intangível	9	4.277	2.537	-
Total do ativo não circulante		**14.697**	**15.678**	**6.020**
Total do ativo		**44.949**	**45.249**	**26.480**

Balanço Patrimonial		Consolidado	Controladora	
Passivo	**Nota**	**2024**	**2024**	**2023**
Circulante				
Fornecedores	10	5.895	6.131	2.647
Salários e encargos sociais	11	3.116	2.354	3.421
Impostos a recolher	12	185	165	128
Empréstimos	13	42.114	42.114	42.087
Receita diferida	14	13.632	13.632	326
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	4.018
Total do passivo circulante		**64.942**	**64.396**	**52.627**
Não circulante				
Obrigações partes relacionadas	7	-	672	-
Provisão para contingências	15	609	609	33
Passivo a descoberto - Controlada		-	174	-
Total do passivo não circulante		**609**	**1.455**	**33**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	16			
Capital social		252	252	250
Reserva de capital		82.237	82.237	76.232
Prejuízos acumulados		(103.091)	(103.091)	(102.662)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**(20.602)**	**(20.602)**	**(26.180)**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**44.949**	**45.249**	**26.480**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Nota	Capital social	Reserva de capital (Ágio na emissão de ações)	Prejuízos acumulados	Total
Em 31/12/2022		**250**	**76.112**	**(75.415)**	**947**
Constituição de reserva de capital	16.2	-	120	-	120
Prejuízo do exercício		-	-	(27.247)	(27.247)
Em 31/12/2023		**250**	**76.232**	**(102.662)**	**(26.180)**
Capital social a integralizar	16.1	(50)	-	-	(50)
Capital social subscrito	16.1	52	-	-	52
Constituição de reserva de capital	16.2	-	5.553	-	5.553
Ações outorgadas	16.3	-	452	-	452
Prejuízo do exercício		-	-	(429)	(429)
Em 31/12/2024		**252**	**82.237**	**(103.091)**	**(20.602)**

Demonstração de Resultado		Consolidado	Controladora	
	Nota	**2024**	**2024**	**2023**
Receita operacional líquida	17	68.360	66.307	58.432
Custos dos serviços	18	(41.183)	(41.404)	(41.883)
Resultado operacional bruto		**27.177**	**24.903**	**16.549**
Despesas gerais e administrativas	19	(20.987)	(18.533)	(35.485)
Despesas de vendas e marketing	20	(685)	(685)	(1.731)
Equivalência patrimonial		-	(174)	-
Outras despesas		(326)	(326)	(19)
Total de despesas operacionais		**(21.998)**	**(19.718)**	**(37.235)**
Resultado operacional		5.179	5.185	(20.686)
Resultado financeiro líquido	21	**(5.608)**	**(5.614)**	**(6.561)**
Imposto de renda e contribuição social	22			
Prejuízo do exercício		**(429)**	**(429)**	**(27.247)**

Demonstração do resultado abrangente	Consolidado	Controladora	
	2024	**2024**	**2023**
Prejuízo do exercício	**(429)**	**(429)**	**(27.247)**
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultados abrangentes	**(429)**	**(429)**	**(27.247)**

Demonstração do fluxo de caixa	Consolidado	Controladora	
	2024	**2024**	**2023**
Prejuízo do exercício	**(429)**	**(429)**	**(27.247)**
Ajustes ao prejuízo do exercício			
Depreciação e amortização	1.970	1.910	5.102
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(84)	(84)	86
Provisão/Reversão com contingências	575	575	-
Provisão para recuperação de créditos tributários	(602)	(602)	-
Juros e encargos financeiros	6.035	6.035	6.968
Equivalência patrimonial	-	174	-
Despesa com instrumentos patrimoniais outorgados	433	433	-
Resultado com alienação de bens	-	-	45
Variações de ativos e passivos			
Clientes	59	166	9.790
Estoque	(479)	(479)	1.894
Impostos a recuperar	(147)	(142)	345
Adiantamento a terceiros	7	78	103
Adiantamento a funcionários	7	7	(45)
Fornecedores	3.104	3.338	(5.604)
Obrigações fiscais	659	639	(91)
Obrigações trabalhistas	(303)	(1.065)	(2.636)
Receita diferida	13.306	13.306	(395)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**24.111**	**23.860**	**(11.685)**
Pagamentos partes relacionadas	-	(2.049)	-
Aquisição de imobilizado	(6.164)	(6.164)	(76)
Desenvolvimento interno de ativo intangível	(4.337)	(2.537)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(10.501)**	**(10.750)**	**(76)**
Integralização na reserva de capital	19	19	120
Aporte para futuro aumento de capital social	1.535	1.535	4.018
Pagamento de juros sobre empréstimos	(6.008)	(6.008)	(6.884)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(4.454)**	**(4.454)**	**(2.746)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	9.156	8.656	(14.507)
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	**773**	**773**	**15.280**
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	**9.929**	**9.429**	**773**

Notas Explicativas

1. Informações gerais: A Mendelics Análise Genômica S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi fundada em 18 de abril de 2012 e possui sede na Av. Braz Leme, 1.631, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto a prestação de serviços de análises clínicas e laboratoriais, podendo os referidos serviços envolverem, dentre outras técnicas, a análise genética dos materiais biológicos coletados junto a seus clientes; a gestão de bens (móveis ou imóveis) e direitos (materiais ou intelectuais) de sua própria titularidade; e a eventual participação em outras sociedades, personificadas ou não, na qualidade de sócia ou acionista. Em 2024, em decorrência da expansão do segmento de atuação para a prestação de serviços de software, foi constituída uma subsidiária integral (cujo capital social é 100% detido pela Mendelics), sob o CNPJ 54.765.489/0001-11 e razão social DIGITAL GENOMICS SERVIÇOS DIGITAIS S.A., dedicada a esta atividade econômica, oferecendo soluções de SaaS para área de saúde com alta qualidade para atender à crescente demanda do mercado. Como parte da estratégia de otimização de recursos e rentabilidade, paralisamos novos investimentos na frente meuDNA, reduzindo despesas de marketing e novas *features*, enquanto seguimos honrando a prestação de serviços com os clientes já estabelecidos. Esses fatores, aliados à reestruturação implementada no final de 2023, contribuíram para uma melhora significativa do resultado de 2024 da Companhia, permitindo que a empresa alcance rentabilidade e uma posição financeira mais sustentável. Plano de continuidade operacional: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 34.690 (R$ 32.167 em 31 de dezembro de 2023), prejuízo no exercício de R$ 429 (R$ 27.247 em 31 de dezembro de 2023), prejuízos acumulados de R$ 103.091, e dessa forma, um passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2024 de R$ 20.602. Os prejuízos acumulados apresentados refletem o esperado no plano de negócios da Companhia, que contempla a formação, desenvolvimento e exploração do mercado de análise genômica no Brasil e do mercado internacional. A fase inicial da Companhia consistiu na formação de pessoal qualificado, aprimoramento dos processos produtivos, investimentos em máquinas e equipamentos, divulgação da marca, pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e tecnologias, e na busca do aumento de eficiência operacional. Atualmente, a Mendelics foca na consolidação e expansão de sua vertical diagnóstica, através de serviços laboratoriais e software de alta tecnologia, no Brasil e no exterior. **3. Caixa e Equivalentes de Caixa:** O saldo de aplicações financeiras refere-se a investimentos em fundos não exclusivos atrelados ao DI com rendimento bruto de em média 100% do CDI com liquidez imediata. **4. Contas a Receber:** O contas a receber da Companhia é composto por laboratórios parceiros, operadoras de planos de saúde, empresas farmacêuticas e clientes pessoa física. A provisão para créditos de liquidação duvidosa refere-se a títulos em protesto. Quando um título não é pago em seu vencimento, realizamos contato com o cliente imediatamente – se houver retorno, seguimos com a negociação de novo prazo de pagamento, do contrário, o cliente é protestado e a provisão é realizada. Se o motivo do não pagamento é uma glosa de operadora de saúde, realizamos o recurso desta e seguimos os trâmites e prazos acordados com o cliente, neste caso também, sanados todos os procedimentos cabíveis, se ainda assim não houver o pagamento, a provisão também é realizada. Os prazos que envolvem processos de glosa podem chegar a 180 dias, entre recursar uma glosa e a análise do recurso, o que justifica grande parte dos vencimentos mais antigos. No início de cada ano também são revisados títulos superiores a 360 dias, caso ainda não tenha sido realizada a provisão. **5. Estoques:** O estoque é constituído, em sua maioria, por reagentes e plásticos & vidrarias, principais produtos utilizados para a realização dos exames oferecidos pela Companhia. Esses insumos são consumidos nas diferentes etapas de preparação dos exames, a saber: coleta do sangue/saliva e extração do DNA, construção de uma biblioteca de exames e sequenciamento em máquina. A Companhia avalia tempestivamente a recuperabilidade de seus estoques e entende que não existe a necessidade de qualquer tipo de provisão com relação à sua realização. **6. Impostos a Recuperar: 8. Imobilizado:** Máquinas e equipamentos: Depreciado em 10 anos - Referem-se às compras do Maquinário do Laboratório (exceto Sequenciador), como por exemplo, o Robô de automatização de Construção de Bibliotecas. Móveis e utensílios: Depreciado em 10 anos - Referem-se principalmente ao mobiliário do Laboratório e demais dependências. Geradores: Depreciado em 10 anos - Referem-se a geradores utilizados para backup de energia do prédio. Equipamentos de informática: Depreciado em 5 anos - Referem-se principalmente à compra de computadores. Benfeitoria em imóveis de terceiros: Depreciado conforme aluguel - Referem-se às benfeitorias realizadas nas unidades locadas, como por exemplo: ar-condicionado, pintura, reforma etc. Máquinas (Sequenciadores): Depreciados em 5 anos. Referem-se aos sequenciadores de DNA utilizados no processo de elaboração de exames. **9. Ativos Intangíveis:** Softwares: Amortizado em 5 anos. - Softwares desenvolvidos internamente ou adquiridos. **10. Fornecedores:** Referem-se a compras de produtos laboratoriais (reagentes, plásticos e vidrarias etc.), contas de telefonia fixa e móvel e outros gastos operacionais, com vencimento em sua maioria no mês subsequente. **13. Empréstimos:** A Companhia utiliza os montantes captados via empréstimos bancários para fortalecer o capital de giro e financiar a aquisição de máquinas e equipamentos. Todos os empréstimos possuem como garantia o aval dos principais acionistas e cláusulas *covenants* não financeiros que estão sendo cumpridas e monitoradas constantemente. **14. Receita Diferida:** A receita diferida refere-se ao faturamento das vendas antecipadas que são apropriadas no resultado no momento da realização dos exames ou no período de vigência contratado da prestação de serviço. O mesmo ocorre com a apuração dos custos relacionados a tais exames. **15. Contingências:** A Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais e tributárias e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso ou prováveis de ocorrer como se segue: **16. Patrimônio Líquido: 16.1 Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R$ 252, representado por 167.324 ações nominativas sem valor nominal conforme informações a seguir. **16.2 Reserva de capital:** Em 2023, foi aportado pelos sócios o montante de R$ 120, sendo todos os recursos destinados à reserva de capital. Em dezembro de 2023 o saldo das reservas de capital ficou no montante de R$ 76.232. Em 2024, os valores aportados pelos sócios no montante de R$ 5.553 foram destinados à reserva de capital. No ano de 2024 foram exercidas ações no montante de R$ 452 mediante plano de *stock options*. Em dezembro de 2024 o saldo das reservas de capital ficou no montante de R$ 82.237. 16.3 Plano de remuneração baseado em ações - *Stock option*: A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações com o objetivo de promover a busca de crescimento e lucratividade a longo prazo, proporcionando aos profissionais a oportunidade de obter participação acionária na Companhia. **17. Receita Operacional Líquida:** As receitas são provenientes da prestação de serviços laboratoriais genéticos da frente diagnóstica (exames de Exoma, Painel Expandido, Painel Doenças Raras, Bochechinha, Array, entre outros) e direto ao consumidor (meuDNA Assinatura). **18. Custos dos Serviços:** Os custos da Companhia são formados pelos gastos relacionados diretamente à realização dos exames, contemplando custos diretos da prestação de serviços, tais como: reagentes para sequenciamento, plásticos e vidrarias entre outros insumos, consumo de nuvem, além da alocação da mão de obra as quais envolvem as despesas de folha de pagamento e os rateios de toda estrutura (aluguel, conta de luz, telefone etc.) relacionada ao laboratório, área de médicos e bioinformática. Outros custos são formados por gastos relacionados a realização dos exames como, seguros, logística, certificações, manutenção de equipamentos, aluguel de equipamentos, consultorias, suprimentos de limpeza etc. **19. Despesas Gerais e Administrativas:** Outras despesas gerais são formadas pelos gastos relacionados a administração, como aluguel, condomínio, água, energia elétrica, materiais, benfeitoria em imóveis de terceiros e suprimentos de escritório, internet, despesas de vendas e marketing etc. **20. Despesas de Vendas e Marketing:** Outras despesas de vendas e marketing são formadas por gastos como, representações comerciais, assessoria de imprensa, pesquisa de mercado etc. **22. Imposto de Renda e Contribuição Social:** A Companhia adota o regime de tributação do lucro real e não teve lucro tributável no exercício. O Imposto de Renda (IR) foi calculado à alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10%, consoante legislação específica, e a Contribuição Social sobre o lucro (CSLL) foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto sobre o lucro, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido como uso da alíquota de imposto média ponderada, aplicável aos lucros da Companhia. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são constituídos apenas na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação do prejuízo fiscal e base negativa. **23. Gestão de Riscos: 23.1 Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. **23.2 Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas atividades operacionais da Companhia e consolidada pela área financeira. Esta área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, para assegurar o caixa suficiente para atender as necessidades operacionais. **23.3 Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia, buscando oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para a suas operações. **24. Eventos Subsequentes:** Não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Eventos Subsequentes.

Diretoria:

David Schlesinger; André Castilho Valim; João Paulo Fumio Whitaker Kitajima; Fernando Kok; Ana Paula Rosalem Senese Cosentino.

Conselho de Administração:

Laércio José de Lucena Cosentino; David Schlesinger; João Paulo Vasco Poiares Baptista; André Castilho Valim; Thomaz Andrade Conde; Juliana Utrabo Rodrigues Tubino.

Contadora: **Ana Paula Rosalem Senese Cosentino** - CRC: 1SP303951/O-4.

AGU pede que STF autorize crédito extra para ressarcir aposentados

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) autorização para que o governo federal abra crédito extraordinário no orçamento para viabilizar o ressarcimento dos descontos irregulares nos benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Na ação enviada ao STF, o órgão pede que os valores a serem usados na devolução não entrem no teto de gastos da União para os anos de 2025 e 2026.

Para garantir o pagamento, a AGU também quer uma decisão do Supremo para suspender a prescrição dos pedidos de ressarcimento dos descontos indevidos. De acordo com o órgão, a medida serve para proteger os segurados para que os pagamentos sejam feitos pela via administrativa, sem ações na Justiça.

O governo federal pediu ainda que todas as ações judiciais que tratam do ressarcimento sejam suspensas para evitar a litigância em massa contra a União.

De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cerca de 4 milhões de ações sobre o assunto estão em tramitação no país.

Até o momento, a Justiça Federal já determinou o bloqueio de R$ 119 milhões em bens de empresas e investigados envolvidos nas fraudes em descontos irregulares nos benefícios.

No mês passado, a AGU pediu o bloqueio de R$ 2,5 bilhões contra 12 entidades associativas e 60 dirigentes.

As fraudes são investigadas na Operação Sem Desconto, da Polícia Federal, que apura um esquema nacional de descontos de mensalidades associativas não autorizadas. Estima-se que cerca de R$ 6,3 bilhões foram descontados de aposentados e pensionistas entre 2019 e 2024. (Agência Brasil)

Eufrázio

sequoia

SEQUOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

CNPJ nº 01.599.101/0001-93

Relatório da Administração

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 4T24

São Paulo, 11 de junho de 2025 - A Sequoia Logística e Transportes S.A., prestadora de serviços de intermediação e operação logísticas de *e-commerce,* B2B, expresso, cartões bancários e tecnologia, anuncia os resultados do quarto trimestre de 2024. Considerando que a aquisição da MOVE3 ocorreu em 28 de março de 2024, o resultado nas demonstrações financeiras auditadas do 4T24 não contemplam o resultado do 1T24 da MOVE3. Dessa forma, quando apresentarmos nesse release o consolidado 2024, iremos trazer o resultado do 1T24 pro-forma não auditado da MOVE3. Já os resultados de 2023 não consideram os resultados da MOVE3.

Reestruturações Sequoia e Aquisição da MOVE3

O ano foi marcado por reestruturações e mudanças no perfil da Companhia. A aquisição da MOVE3 permitiu acessar o segmento de transporte de documentos da Flash Courier, líder na entrega de objetos bancários em todo o território nacional através de uma cadeia de franqueados. A Companhia também passou a deter as operações de encomendas (B2C) de São Bernardo do Campo, incluindo uma das maiores e mais modernas esteiras de roteirização do país (Mega Sorter Damon), com capacidade para processar até 32.000 pacotes por hora.

As estratégias de reestruturação da Companhia envolvem as seguintes principais áreas:



Reestruturação Financeira

Necessária para manter a Sequoia e Transportadora Americana solventes, a reestruturação financeira envolve três frentes de trabalho, cada uma com as suas particularidades e expertises, embora sob uma estrutura interna de reestruturação.

(i) Acordo Global com bancos e debenturistas, reestruturando R$ 754 milhões de dívidas financeiras da Sequoia pré-aquisição da MOVE3;

(ii) Plano de Recuperação Extrajudicial dos credores não-financeiros da Sequoia e da Transportadora Americana, envolvendo R$ 328 milhões de contas a pagar, disputas com ex-fornecedores, pedidos de falência e ações de execução; e

(iii) Governança Tributária, incluindo a regularização de passivos de ICMS via parcelamentos e o pedido de transação na PGFN, para a qual é direcionado R$ 460 milhões em passivos de tributos federais com pedido de desconto de juros e multas, prazos para pagamento e utilização de prejuízo fiscal. A Companhia possui R$ 168 milhões registrado de créditos sobre prejuízos fiscais e base negativa e outros R$ 242 milhões não registrados, suficientes para compensação de parte do passivo em uma eventual transação com a PGFN.

Devido ao Acordo Global com os bancos e debenturistas, dívidas ou emissões estruturadas se tornam mais desafiadoras no momento, restando à Companhia a antecipação de recebíveis para suprir as suas necessidades de capital de giro. A tesouraria terminou o ano operando com R$ 22,7 milhões em cessões de recebíveis com FIDCs.

A Companhia também ofertou a 7ª emissão de debêntures, permitindo a migração da 4ª emissão desde que com aporte de dinheiro novo. Foram captados R$ 20,0 milhões para fazer frente às rescisões trabalhistas e desmobilizações de centros de distribuição a partir do 3T24.

Outra iniciativa para a liquidez da Companhia foi o levantamento e compensação de créditos fiscais, que totalizaram R$ 27,8 milhões no ano, sendo R$ 3,8 milhões provisionado por existir algum risco atrelado às teses. Tais créditos foram compensados com impostos a pagar, gerando aumento de liquidez ao reduzir desembolso de caixa com impostos a pagar.

Vale destacar que um impacto positivo de desconto de juros e multas poderá ser aferido no resultado de 2025 caso a Companhia tenha êxito na transação dos passivos de tributos federais com a PGFN.

Reestruturação Operacional

Obviamente limitada à capacidade da Companhia levantar recursos para investir em equipamentos e no capital de giro, a administração seguiu firme na reestruturação das operações, encerrando operações deficitárias e reduzindo o capital empregado em aproximadamente 100 centros de distribuição espalhados pelo país. O impacto da desmobilização foi de R$ 20,3 milhões em 2024.

Ambas as operações de logística de e-commerce pesado (acima de 30 kg) e logística indoor (armazenagem, controle de estoque, movimentação de cargas, etc. para grandes empresas) foram encerradas, resultando ainda numa redução de 2.275 colaboradores ao longo do ano. Somente em demissões foram gastos R$ 51,8 milhões em 2024.

A realidade atual e conjuntura econômica do país não permite sustentar operações deficitárias com alavancagem financeira numa estratégia de crescer a receita para quem sabe conseguir capturar lucratividade futura via ganho de escala. A Companhia ingressa em 2025 sendo uma empresa de logística 'asset light', focada no equilíbrio de custo com qualidade (SLA), atuando em segmentos e clientes que produzem uma carteira saudável de recebíveis e margem operacional positiva.

Plano de Recuperação Extrajudicial ("PRE")

Em 24 de março de 2025, a justiça homologou o PRE, sendo R$ 328,7 milhões alocados às opções do plano da seguinte forma:

Liquidação das obrigações no contas a pagar	*Em Milhões de Reais*
Conversão em ações SEQL3 a R$ 8,00	102,6
Carência de 5 anos; 3 anos para pagar; IPCA	147,1
50% desconto; sinal 40% à vista + 15 meses; IPCA	62,1
70% desconto; à vista	16,9

A Companhia reconheceu no seu resultado de 2024 um aumento de R$ 113,7 milhões relacionado aos passivos do PRE. Por outro lado, uma vez já homologado e tendo sido cumprido/quitado o PRE, será registrado em 2025 os seguintes lançamentos contábeis:

i. R$ 102,6 milhões será baixado do contas a pagar pelo aumento do capital social;
ii. R$ 147,1 milhões será transferido do passivo circulante para o longo prazo; e
iii. R$ 42,8 milhões será reconhecido como ganho no resultado ('haircut').

Destaques e Ajustes no Resultado de 2024

Em função da reestruturação da Sequoia e da aquisição e combinação com a MOVE3, se tornou necessária e natural uma revisão dos registros contábeis de ambas as empresas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Fruto dessa revisão, reconhecemos ajustes no resultado, vários dos quais não possuem impacto no fluxo de caixa da Companhia ou não são recorrentes (R$ 837,2 milhões).

Em milhões de reais

Destaques		4T24	4T23	Δ	2024 Pro-Forma	2023	Δ
Receita Líquida	A	**194,6**	**125,1**	**55,6%**	**930,7**	**744,7**	**25,0%**
Rescisões trabalhistas	B	(27,7)	(3,2)	757,0%	(51,8)	(17,7)	192,4%
Lucro Bruto Ajustado		**(9,8)**	**(52,4)**	**81,2%**	**40,2**	**(69,1)**	**55,6%**
Margem bruta		*-5,1%*	*-41,9%*	*36,8 p.p.*	*+4,3%*	*-9,3%*	*13,6 p.p.*
Desmobilizações de CDs	B	(15,3)	-	-	(20,3)	-	-
Reconhecimento de passivos PRE	C	-	-	-	(113,7)	-	-
Baixa de contas a receber	D	(59,0)	-	-	(59,0)	-	-
Provisões para contingências	E	(77,0)	(99,2)	-22,4%	(156,4)	(110,0)	42,2%
Impairment (baixa) de ágio	F	(460,4)	-	-	(480,6)	-	-
Despesa financeira	G	(43,9)	(72,0)	-38,9%	(206,7)	(246,9)	-16,3%
Levantamento de créditos fiscais	H	24,0	-	-	24,0	-	-
Lucro na venda da Frenet	I	20,6	-	-	20,6	-	-
Prejuízo Contábil		**(578,5)**	**(349,6)**	**-65,5%**	**(1.099,2)**	**(822,2)**	**-33,7%**
EBITDA		**(506,0)**	**(332,2)**	**-52,3%**	**(736,3)**	**(552,3)**	**-33,3%**
Margem EBITDA		*-260,0%*	*-265,6%*	-	*-79,1%*	*-74,2%*	-
EBITDA Ajustado		**88,8**	**(229,7)**	-	**100,8**	**(424,5)**	-
Margem EBITDA ajustado		*45,6%*	*-183,/%*	-	*+10,8%*	*-57,0%*	-

(1) 2024 pro-forma considera o 1T24 da MOVE3; e (2) períodos 2023 não incluem MOVE3.

(A) Redução de R$ 278,2 milhões de receita líquida entre 2024 e 2023 nos segmentos de e-commerce pesados, logística indoor e *field service* (serviço de campo, como entrega e manutenção de máquinas de cartões), por demanda por capital elevado ou margens negativas, compensada pela captura de R$ 443,1 milhões da MOVE3, com destaque para o segmento de objetos bancários.

(B) A rescisão contratual de aproximadamente 2.275 colaboradores e o encerramento das atividades em 105 centros de distribuição impactaram o resultado em R$ 51,8 milhões e R$ 20,3 milhões, respectivamente. Essa reestruturação das operações, embora desafiadora para o caixa e resultado de 2024, permite ingressar em 2025 com geração de caixa e margem operacional positivas.

(C) Reconhecimento de aumento de R$ 113,7 milhões em contas a pagar em decorrência do Plano de Recuperação Extrajudicial ("PRE"). O ganho com deságio do PRE será reconhecido no 1T25 e totalizará R$ 42,8 milhões e outros R$ 102,6 milhões serão absorvidos pelo aumento de capital social.

(D) Baixa definitiva de contas a receber parcialmente provisionadas impactou o resultado em R$ 59,0 milhões. A carteira de recebíveis agora encontra-se revisada e o giro do contas a receber se enquadra num patamar adequado.

(E) Provisões para contingências foram aumentadas em R$ 156,4 milhões registrados como despesas no resultado do exercício. Caso a Companhia consiga formalizar a transação individual na PGFN, parte das provisões e passivos de tributos federais serão compensados com IR diferido sobre prejuízos fiscais, além de eventuais descontos lançados no resultado.

(F) *Impairment,* ou perda do valor do ágio pela aquisição da Transportadora Americana, adquirida em 2020, cuja rentabilidade futura foi impactada pelo PRE e pela redução do volume B2B e carga fracionada. O cálculo do valor recuperável é realizado através da comparação do fluxo de caixa descontado, que sofreu alterações nas perspectivas de crescimento e mudanças no cenário. A perda por *impairment* reduz o valor do ativo da Companhia através de uma despesa no lucro líquido.

(G) Parte das despesas financeiras envolvem debêntures conversíveis em ações, cuja variação do preço unitário fará parte do valor a ser convertido. Sendo assim, não gera impacto no caixa da Companhia. Outra parte refere-se a pagamentos que ocorrerão somente a partir de 2027.

(H) O levantamento e compensação de créditos fiscais afetaram positivamente o resultado da Companhia, gerando também um impacto positivo no caixa (não-recorrente).

(I) A venda da logtech Frenet gerou R$ 27,3 milhões de caixa em 2024, sendo que o lucro contábil reconhecido na venda (não-recorrente) foi de R$ 20,6 milhões.

EBITDA

Em milhares de reais

Destaques	4T24	4T23	Δ	12M24 Pro-Forma	2023	Δ
Receita Líquida	**194.622**	**125.069**	**55,6%**	**930.735**	**744.741**	**25,0%**
EBITDA	**(505.998)**	**(332.176)**	**-52,3%**	**(736.348)**	**(552.268)**	**-33,3%**
Margem EBITDA	-260,0%	-265,6%	5,6 p.p.	-79,1%	-74,2%	-4,9 p.p.
(+) Efeitos Não Recorrentes	**594.835**	**102.451**	**480,6%**	**837.191**	**127.738**	**555,4%**
Reconhecimento passivos PRE	-	-	-	113.717	-	-
Impairment (baixa) do ágio	460.386	-	-	480.577	-	-
Baixa de contas a receber	59.005	-	-	59.005	-	-
Provisões para contingências	77.039	99.218	-22,4%	156.435	110.035	42,2%
Desmobilizações de CDs	15.311	-	-	20.311	-	-
Venda da Frenet	(20.613)	-	-	(20.613)	-	-
Créditos fiscais	(24.000)	-	-	(24.000)	-	-
Rescisões trabalhistas	27.708	3.233	-	51.760	17.703	192,4%
EBITDA Ajustado¹	**88.837**	**(229.725)**		**100.843**	**(424.530)**	-
Margem EBITDA Ajustada¹	45,6%	-183,7%	229,3 p.p.	10,8%	-57,0%	67,8 p.p.

(1) O EBITDA Ajustado é calculado excluindo as despesas não recorrente; (2) 2024 pro-forma considera o 1T24 da MOVE3; e (3) períodos 2023 não incluem MOVE3.

O principal impacto no EBITDA de 2024 foi o *impairment* (baixa) do ágio da aquisição da Transportadora Americana. Desconsiderando esse ajuste e outros ajustes não-recorrentes, o EBITDA pro-forma foi positivo em R$ 100,8 milhões.

Receitas

Em milhares de reais

Destaques	4T24	4T23	Δ	12M24 Pro-Forma	2023	Δ
Receita Operacional Bruta	**223.513**	**146.340**	**52,7%**	**1.070.306**	**874.348**	**22,4%**
Impostos incidentes	(28.891)	(21.271)	35,8%	(139.571)	(129.607)	7,7%
% Receita Bruta	12,9%	14,5%	-1,6 p.p.	13,0%	14,8%	-1,8 p.p.
Receita Líquida	**194.622**	**125.069**	**55,6%**	**930.735**	**744.741**	**25,0%**

(1) 2024 pro-forma considera o 1T24 da MOVE3; e (2) períodos 2023 não incluem MOVE3.

Segmentos de atuação	Descrição	Receita Bruta
Cartões	Utilizando a marca Flash Courier, a Companhia atende aproximadamente 450 clientes, sendo os principais bancos, fintechs e empresas de benefícios a trabalhadores. Possui 19.000 entregadores parceiros numa malha cobrindo 5.000 cidades, sendo realizadas 10 milhões de entregas por mês.	R$ 626,4 MM
Encomendas e roteirização	Utilizando diversas marcas, a Companhia atua no segmento de e-commerce, executando a coleta, separação e até a entrega de encomendas na porta dos clientes. Para essa operação contamos com uma esteira de separação cuja operação foi iniciada no 2º semestre de 2024 (Mega Sorter Damon), capaz de roteirizar 344 mil objetos por hora em São Bernardo do Campo. Pela alta capacidade de separação dessa esteira, a Companhia está avaliando ingressar no segmento de prestação de serviço, ocupando a capacidade ociosa com produtos de empresas interessadas no ganho de eficiência e automação do roteamento. Esse segmento possui grande potencial de crescimento em 2025.	R$ 169,4 MM
Expresso	Combinando transporte aéreo e rodoviário para entregas mais rápidas e seguras, esse segmento atende entregas de smartphones, notebooks e outros itens de maior valor. Com um histórico de sucesso junto a importantes clientes, a tecnologia envolvida permite um atendimento ágil, simplificado e flexível. Equipes dedicadas em aeroportos garantem os embarques e todas as cargas são 100% rastreadas e seguradas.	R$ 66,1 MM
Full-Truck-Load	Transferência de materiais entre dois locais, conectando armazéns, centros de distribuição ou até mesmo cidades distantes. Equipe exclusiva para acompanhamento e suporte 24x7, utilizando frota terceirizada.	R$ 41,7 MM
Operações Dedicadas	Operações de veículos dedicados a executar rotas personalizadas para atender as necessidades de clientes. A remuneração é baseada na roteirização e no volume de pacotes, atendendo a primeira e a última milha da entrega. O diferencial está no monitoramento e nos indicadores-chaves (KPIs) que são compartilhados com os clientes.	R$ 40,9 MM
Outras Receitas	Segmentos de logística e operações descontinuadas	R$ 125,8 MM

Lucro Bruto e Margem Bruta

Em milhares de reais

Destaques	4T24	4T23	Δ	12M24 Pro-Forma	2023
Custo dos Serviços Prestados	(232.178)	(180.709)	28,5%	(942.302)	(831.536)
Lucro Bruto	**(37.556)**	**(55.639)**	**-32,5%**	**(11.567)**	**(86.795)**
Margem Bruta	-19,3%	-44,5%	25,2 p.p.	-1,2%	-11,7%
Rescisões trabalhistas	27.708	3.233	757,0%	51.760	17.703
Lucro Bruto Ajustado	**(9.848)**	**(52.406)**	**81,2%**	**40.193**	**(69.092)**
Margem Bruta Ajustada	-5,1%	-41,9%	36,8 p.p.	4,3%	-9,3%

(1) 2024 pro-forma considera o 1T24 do Grupo Move3; (2) períodos de 2023 não incluem MOVE3; (3) o custo de rescisões de 2023 refere-se basicamente ao segmento de e-commerce de pesados enquanto em 2024 ao segmento de logística indoor.

Os custos da empresa concentram-se basicamente em fretes (agregados, franqueados, etc.) e na mão de obra própria. Com o encerramento dos centros de distribuições, os custos com leasing não são mais relevantes.

A melhoria na margem bruta é reflexo dos cortes de custos que vem sendo realizados ao longo de 2024. Parte substancial dessa economia das rescisões de 2024 é capturada a partir do mês de setembro de 2024, uma vez que as rescisões foram aceleradas com o ingresso de R$ 20 milhões de captação no mês de agosto. A Companhia reduziu a folha de pagamento em 2.275 colaboradores ativos, finalizando o ano com 2.250 colaboradores:

	Dezembro 2023	Março 2024	Junho 2024	Setembro 2024	Dezembro 2024
Colaboradores ativos	4.525	4.274	4.107	3.217	2.250

Também estão sendo desmobilizados diversos CDs desde o início de 2024, passando de um custo mensal de R$ 12,2 milhões no início do ano para aproximadamente R$ 1,6 milhões no final de 2024. O ganho de margem com o encerramento dos CDs ocorre pela desmobilização de estruturas onde as receitas, margens e volumes contratuais não remuneravam o custo da capacidade arrendada (falta de escala).

SG&A

Em milhares de reais

Destaques	4T24	4T23	Δ	12M24 Pro-Forma	2023	Δ
Despesas Comerciais, Gerais e Administrativa	**(257.515)**	**(313.643)**	**-17,9%**	**(608.686)**	**(612.880)**	**-0,7%**
% Receita Líquida	-132,3%	-250,8%	118,5 p.p.	-65,4%	-82,3%	16,9 p.p.
(+) Depreciação e Amortização	**25.026**	**18.999**	**31,7%**	**100.805**	**73.043**	**38,0%**
(+) Efeitos Não Recorrentes	**106.742**	**99.218**	**7,6%**	**304.854**	**110.035**	**177,1%**
Reconhecimento de passivos PRE	-	-	-	113.717	-	-
Baixa de contas a receber	59.005	-	-	59.005	-	-
Provisões para contingências	77.039	99.218	-22,4%	156.435	110.035	42,2%
Desmobilizações de CDs	15.311	-	-	20.311	-	-
Venda da Frenet	(20.613)	-	-	(20.613)	-	-
Levantamento de créditos fiscais	(24.000)	-	-	(24.000)	-	-
Despesas Comerciais, Gerais e Adninistrativas Ajustadas	**(125.747)**	**(195.426)**	**-35,7%**	**(203.027)**	**(429.803)**	**-52,8%**
% Receita Líquida	-64,6%	-156,3%	91,7 p.p.	-21,8%	-57,7%	35,9 p.p.

(1) 2024 pro-forma considera o 1T24 do Grupo Move3; (2) períodos de 2023 não incluem MOVE3; (3) o custo de rescisões de 2023 refere-se basicamente ao segmento de e-commerce de pesados enquanto em 2024 ao segmento de logística indoor.

No ano as despesas totalizaram R$ 608,7 milhões, patamar similar ao ano anterior. Mas vale ressaltar que 2023 não incluía MOVE3 e que as despesas recorrentes reduziram de R$ 429,8 milhões para R$ 203,0 milhões, representando uma redução de -52,8%.

Contas a receber

Em milhares de reais

Composição do Contas a receber	Dez 2024
Contas a receber a vencer	**117.924**
Serviços faturados e a faturar	140.640
Cessões de recebíveis	(22.716)
Contas a receber vencido	**15.796**
Serviços faturados vencidos até 90 dias	14.787
Serviços faturados vencidos há mais de 90 dias	28.520
PDD	(27.511)
Total	**133.720**

Em 2024 a Companhia centralizou a gestão do faturamento e da cobrança da Sequoia e MOVE3, permitindo um inventário dos títulos em aberto e chances de êxito envolvendo cobranças judiciais e extrajudiciais. Houve a baixa efetiva de valores a receber no montante total consolidado de R$ 105,5 milhões, sendo que R$ 62,7 milhões estavam provisionados.

Para dar liquidez para a Companhia, a tesouraria realiza mensalmente a cessão de recebíveis para fundos investimento em direitos creditórios (FIDCs). No final de 2024 existiam R$ 22,7 milhões em aberto nessa modalidade.

Dívida Líquida

Em milhares de reais

Dívida Líquida	Dez 2024
(A) Endividamento	362.830
Dívidas repactuadas de longo prazo (Acordo Global)	115.609
Debêntures repactuadas de longo prazo (Acordo Global)	65.628
Debêntures 7ª emissão (2026-2028)	21.402
Debêntures 5ª emissão (2026)	13.128
CCB Sequoia (antigo risco sacado)	34.468
Capital de giro MOVE3	102.871
Leasing MOVE3	7.419
Outros	2.305
(B) Caixa e equivalente de caixa	(21.853)
(C=A+B) Dívida Líquida	**340.977**

No final de 2023, dentro do contexto de um Acordo Global, a Companhia negociou a conversão das suas dívidas em debêntures mandatoriamente conversíveis em ações e na repactuação das condições de pagamento. As debêntures mandatoriamente conversíveis não são apresentadas aqui como parte do endividamento. Ainda estão pendentes de conversão R$ 549,1 milhões. Em 2024 foram convertidas R$ 92,1 milhões de debêntures em ações da Companhia.

Durante o terceiro trimestre a Companhia concluiu a 7ª emissão de debêntures, com opção facultativa de conversão para a 1ª série cash de R$ 20,6 milhões e migração da 4ª emissão, com melhores prazos e preços de conversão, para quem concedeu novos recursos para a Companhia. Esses recursos foram utilizados nas rescisões e desmobilizações de centros de distribuições.

Parte das dívidas adquiridas com a MOVE3 possuem avais e fianças dos ex-controladores. Em 2024 foram pagos R$ 41,9 milhões em juros.

Aviso Legal

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas as perspectivas de crescimento da Sequoia são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da Diretoria sobre o futuro dos negócios.

Essas expectativas dependem, substancialmente, das condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas à mudança sem aviso prévio. Todas as variações aqui apresentadas são calculadas com base nos números em milhares de reais, assim como os arredondamentos.

O presente relatório de desempenho inclui dados contábeis e não contábeis tais como operacionais, financeiros pro-forma e projeções com base na expectativa da Administração da Companhia. Os dados não contábeis não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes da Companhia.

CONTATOS RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ri@sequoialog.com.br | https://ri.sequoia.com.br/

sequoia | move3

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.075	23.238	21.853	30.045
Contas a receber	6	20.373	152.774	133.720	222.862
Instrumentos financeiros derivativos	11.2	-	-	7.746	-
Tributos a recuperar	7	-	34.534	8.732	57.633
Adiantamentos		737	3.839	1.192	4.633
Despesas antecipadas		2.417	5.732	5.327	8.856
Demais contas a receber		7.480	9.316	8.331	9.806
Total do ativo circulante		**44.082**	**229.433**	**186.901**	**333.835**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Ativos de indenização na aquisição de empresas	8.6	-	-	6.249	6.232
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	204.173	207.821	259.995	240.729
Partes relacionadas	23	16.676	15.354	2.996	1.843
Depósitos judiciais	15.3	13.639	2.929	33.594	16.920
Demais contas a receber		10.141	6.084	10.141	6.084
Tributos a recuperar	7	-	-	1.649	-
Investimentos	8	441.296	373.771	8.866	4.046
Imobilizado	9	61.038	78.926	128.034	117.369
Intangível	10	26.655	176.749	512.111	630.672
Direito de uso	12	39.769	194.962	81.620	203.402
Total do ativo não circulante		**813.387**	**1.056.596**	**1.045.255**	**1.227.297**
Total do ativo		**857.469**	**1.286.029**	**1.232.156**	**1.561.132**

Passivo	Notas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Fornecedores e operações de risco sacado	13	337.402	109.751	349.757	140.272
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.1	59.318	261.621	144.455	269.552
Instrumentos financeiros derivativos	11.2	-	32.019	-	32.019
Passivo de arrendamento	12	27.912	55.404	42.471	62.038
Obrigações tributárias	14	19.695	66.155	63.893	159.034
Parcelamentos fiscais	14.1	9.311	18.524	20.294	26.966
Obrigações trabalhistas	14.3	38.344	36.430	53.642	52.281
Partes relacionadas	23	1.525	-	-	-
Contas a pagar por aquisição de investimentos	8.5	4.355	1.575	11.414	4.622
Outros passivos	16	43.120	42.211	95.892	45.155
Total do passivo circulante		**540.982**	**623.690**	**781.818**	**791.939**
Não circulante					
Fornecedores e operações de risco sacado	13	-	8.381	-	10.299
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.1	741.809	184.191	756.673	184.191
Passivo de arrendamento	12	27.255	195.805	63.514	201.688
Parcelamentos fiscais	14.1	34.319	39.831	50.436	57.678
Outros passivos tributários	14.2	86.153	-	171.538	-
Partes relacionadas	23	133.751	97.980	212	-
Contas a pagar por aquisição de investimentos	8.5	-	1.638	13.228	17.211
Impostos diferidos passivos		-	-	15.700	-
Provisões para demandas judiciais	15	51.574	16.947	302.372	180.560
Outros passivos	16	-	-	1.226	-
Total do passivo não circulante		**1.074.861**	**544.773**	**1.374.899**	**651.627**
Total do passivo		**1.615.843**	**1.168.463**	**2.156.717**	**1.443.566**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Capital social	17.1	1.002.385	915.155	1.002.385	915.155
Gastos com emissão de ações	17.1	(69.498)	(69.317)	(69.498)	(69.317)
Reserva de capital	17.3	9.539	8.225	9.539	8.225
Reserva de lucro	17.2	9.969	9.969	9.969	9.969
Debêntures conversíveis	17.4	354.909	224.947	354.909	224.947
Prejuízos acumulados		(2.065.678)	(971.413)	(2.065.678)	(971.413)
		(758.374)	**117.566**	**(758.374)**	**117.566**
Participação de não controladores	5	-	-	(166.187)	-
		(758.374)	**117.566**	**(924.561)**	**117.566**
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**857.469**	**1.286.029**	**1.232.156**	**1.561.132**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto pelo resultado por ação)

	Notas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita operacional líquida	18	155.587	587.707	769.016	744.741
Custos dos serviços prestados	19	(298.138)	(627.939)	(794.183)	(831.536)
Prejuízo bruto		**(142.551)**	**(40.232)**	**(25.167)**	**(86.795)**
Despesas operacionais:					
Despesas comerciais, administrativas e gerais	19	(394.189)	(316.808)	(626.994)	(552.729)
Outras receitas (despesas), líquidas	20	57.978	(19.405)	55.435	(60.189)
Impairment ágio	20	(164.558)	-	(480.577)	-
Resultado de equivalência patrimonial	8	(284.159)	(366.779)	(507)	(3.519)
		(784.928)	(702.992)	(1.052.643)	(616.437)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(927.479)**	**(743.224)**	**(1.077.810)**	**(703.232)**
Despesas financeiras	21	(170.114)	(202.752)	(215.012)	(255.281)
Receitas financeiras	21	6.976	6.036	17.404	8.405
		(163.138)	(196.716)	(197.608)	(246.876)
Resultado antes do IR e a CS		(1.090.617)	(939.940)	(1.275.418)	(950.108)
IR e contribuição social - corrente	22	-	-	(6.540)	-
IR e contribuição social - diferido	22	(3.648)	117.718	3.567	127.886
Prejuízo do exercício		**(1.094.265)**	**(822.222)**	**(1.278.391)**	**(822.222)**
Atribuído aos:					
Acionistas controladores		(1.094.265)	(822.222)	(1.094.265)	(822.222)
Acionistas não controladores		-	-	(184.126)	-
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas controladores da Companhia (expresso em R$ por ação)					
Prejuízo básico por ação	17.5	(53,54850)	(86,48048)	(53,54850)	(86,48048)
Prejuízo diluído por ação	17.5	(53,54850)	(86,48048)	(53,54850)	(86,48048)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de reais)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Prejuízo do exercício	(1.094.265)	(822.222)	(1.278.391)	(822.222)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente	**(1.094.265)**	**(822.222)**	**(1.278.391)**	**(822.222)**
Atribuído aos:				
Acionistas controladores	(1.094.265)	(822.222)	(1.094.265)	(822.222)
Acionistas não controladores	-	-	(184.126)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	**(1.090.617)**	**(939.940)**	**(1.275.418)**	**(950.108)**
Ajustes para conciliar o resultado antes do IR e contribuição social a itens que não afetam o caixa	677.266	680.099	860.505	526.606
Depreciação e amortização	62.258	70.045	143.527	150.971
Baixa de imobilizado e intangível	2.055	-	25.325	-
Resultado de equivalência patrimonial	284.159	366.779	507	3.519
Juros provisionados	57.205	131.652	62.605	142.251
Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	32.019	15.351	24.273	15.351
Ajuste de preço	-	(8.943)	-	36.732
Plano de pagamento com base de ações	1.314	2.077	1.314	2.077
Impairment de intangível e imobilizado e ágio	186.355	9.507	480.577	6.300
Provisões e outros itens que não afetam caixa	51.901	93.631	122.377	169.405
Resultado antes do IR e contribuição social ajustado por itens que não afetam caixa	**(413.351)**	**(259.841)**	**(414.913)**	**(423.502)**
Variações nos ativos e passivos operacionais	482.994	126.713	491.641	141.013
Contas a receber	170.771	4.832	140.974	24.267
Adiantamentos e Despesas antecipadas	6.417	11.396	6.970	12.207
Tributos a recuperar	34.534	7.400	48.901	13.225
Partes relacionadas	37.142	57.344	(941)	(1.843)
Fornecedores	219.270	(35.298)	199.186	(31.988)
Obrigações trabalhistas e tributárias	41.607	74.205	77.758	109.569
Depósito judicial	(10.710)	(2.532)	(16.674)	(5.311)
Parcelamentos fiscais	(14.725)	-	(13.914)	-
Outros ativos e passivos	(1.312)	9.366	49.381	20.887
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**69.643**	**(133.128)**	**76.728**	**(282.489)**
Atividades de investimentos				
Acréscimo de imobilizado e intangível	(3.850)	(8.069)	(6.328)	(11.429)
Aumento de capital e Adiantamento para futuro aumento de capital	48.101	(173.063)	5.327	-
Aquisição de participação em controlada e controlada em conjunto	42.609	(11.872)	-	(19.166)
Aumento de capital	1.068	-	1.068	-
Contas a pagar por aquisição de empresas	1.142	7.500	2.792	7.500
Fluxo de caixa gerado pelas aplicado nas atividades de investimentos	**89.070**	**(185.504)**	**2.859**	**(23.095)**
Atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	381.956	389.192	506.040	408.755
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	(480.815)	(243.514)	(507.934)	(247.197)
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	(35.525)	-	(41.866)	-
Amortização de arrendamentos	(34.492)	(63.673)	(44.019)	(74.966)
Aumento de capital, líquido dos custos de transação	-	100.058	-	100.058
Obrigações com quotistas do FIDC Sequoia	-	-	-	(13.273)
Aplicações financeiras restritas	-	46.011	-	42.902
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	**(168.876)**	**228.074**	**(87.779)**	**216.279**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(10.163)**	**(90.558)**	**(8.192)**	**(89.305)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	23.238	113.796	30.045	119.350
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	13.075	23.238	21.853	30.045
	(10.163)	**(90.558)**	**(8.192)**	**(89.305)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receitas	**209.530**	**537.766**	**872.757**	**616.768**
Receita de prestação de serviço	174.899	687.197	882.837	874.348
Provisão para perdas de crédito esperadas	(21.539)	(129.849)	(63.707)	(196.997)
Outras receitas (despesas) operacionais	56.170	(19.582)	53.627	(60.583)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS, PIS e COFINS)	**(591.739)**	**(517.048)**	**(1.481.082)**	**(705.466)**
Custos dos serviços prestados	(142.768)	(411.449)	(618.369)	(512.585)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(284.413)	(105.599)	(382.136)	(192.881)
Impairment ágio	(164.558)	-	(480.577)	-
Valor adicionado bruto	**(382.209)**	**20.718**	**(608.325)**	**(88.698)**
Retenções	**(62.258)**	**(70.045)**	**(143.527)**	**(150.971)**
Depreciação e amortização	(62.258)	(70.045)	(143.527)	(150.971)
Valor adicionado líquido produzido	**(444.467)**	**(49.327)**	**(751.852)**	**(239.669)**
Valor adicionado recebido em transferência	**(277.183)**	**(360.468)**	**16.897**	**5.228**
Resultado de equivalência patrimonial	(284.159)	(366.779)	(507)	(3.522)
Receitas financeiras	6.976	6.311	17.404	8.750
Valor adicionado total a distribuir	**(721.650)**	**(409.795)**	**(734.955)**	**(234.441)**
Distribuição do valor adicionado	**721.650**	**409.795**	**734.955**	**234.441**
Pessoal e encargos	**(164.766)**	**(212.502)**	**(194.303)**	**(310.164)**
Remuneração direta	(129.105)	(166.483)	(153.755)	(246.678)
Benefícios	(25.016)	(36.546)	(29.343)	(49.355)
F.G.T.S.	(10.645)	(9.473)	(11.205)	(14.131)
Impostos e taxas e contribuições	**(27.945)**	**13.743**	**(123.508)**	**(8.150)**
Federais	(19.797)	40.589	(109.021)	30.410
Estaduais	(3.508)	(18.072)	(8.332)	(28.333)
Municipais	(4.640)	(8.774)	(6.155)	(10.227)
Juros e aluguéis	**(179.904)**	**(213.668)**	**(225.625)**	**(269.467)**
Remuneração de capitais próprios	**1.094.265**	**822.222**	**1.278.391**	**822.222**
Participação dos acionistas não controladores	-	-	184.126	-
Prejuízos retidos	1.094.265	822.222	1.094.265	822.222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de reais)

	Capital social	Gastos com emissão de ações	Reserva de capital: Plano de pagamento com base em ações	Reserva de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Instrumentos conversíveis em ações	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2023	**655.649**	**(24.247)**	**6.148**	**9.969**	**(149.190)**	**-**	**498.329**	**3.061**	**501.389**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(822.222)	-	(822.222)	-	(822.222)
Aumento de capital	100.169	(111)	-	-	-	-	100.058	-	100.058
Plano de pagamento com base em ações	-	-	2.077	-	-	-	2.077	-	2.077
Integralização de debêntures conversíveis	-	-	-	-	-	341.546	341.546	-	341.546
Conversão de debêntures em capital	159.337	(44.959)	-	-	-	(116.599)	(2.221)	-	(2.221)
Obrigações com quotistas do FIDC Sequoia	-	-	-	-	-	-	-	(3.061)	(3.061)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**915.155**	**(69.317)**	**8.225**	**9.969**	**(971.413)**	**224.947**	**117.566**	**-**	**117.566**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.094.265)	-	(1.094.265)	(184.126)	(1.278.391)
Aumento de capital	1.068	-	-	-	-	-	1.068	-	1.068
Plano de pagamento com base em ações	-	-	1.314	-	-	-	1.314	-	1.314
Conversão de debêntures em capital	86.162	-	-	-	-	(86.182)	-	-	-
Ações a emitir por aquisição de investimento	-	-	-	-	-	216.124	215.943	17.939	233.882
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.002.385**	**(69.498)**	**9.539**	**9.969**	**(2.065.677)**	**354.909**	**(758.374)**	**(166.187)**	**(924.561)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Sequoia Logística e Transportes S.A. ("Companhia" ou "Sequoia Transportes") é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento do mercado de ações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo Mercado, sob o código de transação "SEQL3", e tem sede localizada na Alameda Rio Negro, 500, 6º andar, sala 601, Bairro Alphaville, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil. Possui entre suas principais atividades a prestação de serviços de logística. Ainda, se destaca por implantar soluções integradas de logística e transporte, com uso intensivo de tecnologia e sistemas que suportam as atividades operacionais e de interface com seus clientes, desenvolvendo sistemas customizados para atendimento pleno das operações. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 11 de junho de 2025.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). **2.2. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Companhia é o Real ("R$"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R$, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico exceto pelos (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; (ii) o valor justo de investimento mensurado pelo valor justo e (iii) valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios. Adicionalmente, A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R$ 000), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia e de suas controladas. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional vigente na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. **2.4. Demonstração do Valor Adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicio-

continua >>>

Jornal O DIA SP
Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal
Eufrázio

SEQUOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

CNPJ nº 01.599.101/0001-93

nado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela Norma Brasileira de Contabilidade CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado - aplicável às companhias abertas. As normas internacionais - *International Financial Reporting Standards* (IFRS) - não requerem esta apresentação. Sendo assim, à luz das normas internacionais, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A finalidade da DVA é evidenciar a riqueza criada pelo Grupo durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes. **2.5. Declaração de continuidade:** A Companhia apresenta um prejuízo acumulado de R$ 2.065.678 em 31 de dezembro de 2024 e, naquela data, o passivo circulante da controladora e consolidado excedia o ativo circulante em R$ 496.900 e R$ 594.917, respectivamente, fatores que podem indicar a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A Companhia estruturou um plano de reestruturação e está aplicando ações visando a redução dos prejuízos apresentados e está atuando junto aos credores financeiros e não financeiros visando a adequação das condições de pagamento, obtendo os seguintes resultados em 31 de dezembro de 2024 e em período subsequente à apresentação dessas demonstrações financeiras: i) Conclusão da reestruturação das dívidas bancárias; ii) Início de sinergia com Move3, adquirida em 28 de março de 2024; iii) Em 21 de outubro de 2024 foi deferido o processamento do pedido de homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial (RE) da Sequoia e da Transportadora Americana; e iv) Em 28 de outubro de 2024, a Companhia protocolou pedido de transação individual das dívidas de tributos federais junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN. A seguir detalhamos os itens acima: i) Como parte do processo de reestruturação financeira, o Conselho de Administração aprovou em 22 de março de 2024 a colocação privada de debêntures mandatoriamente conversíveis (6ª emissão), no montante de até R$470.000, em 2 séries, uma integralizada em moeda corrente e outra série integralizada utilizando créditos detidos anteriormente remanescente da 4ª emissão de debêntures. Durante o exercício de 2024,houve a integralização de R$86.162 em moeda corrente e a integralização de R$341.151 através da conversão de dívidas dos principais bancos credores. Ainda, a Companhia concluiu uma negociação com os bancos credores dos empréstimos de capital de giro que não aderiram à conversão da 6ª emissão de debêntures, repactuando os termos e condições dos contratos vigentes, de forma a alongar o prazo de pagamento, que terá início com o pagamento de juros em 2027 e amortização do principal entre 2029 e 2031. Em 26 de agosto de 2024, a Companhia encerrou a oferta pública para emissão de 131.598 debêntures mandatoriamente conversíveis em ações (7ª emissão), com valor de R$1.000, perfazendo o total de R$131.598, sendo R$20.593 da Primeira Série, que foram subscritas e integralizados mediante dação em pagamento de créditos ou em moeda corrente nacional, e R$111.005 da Segunda Série, que foram subscritas e integralizadas pelo preço de integralização, à vista, mediante dação em pagamento de debêntures da 4ª emissão. Com essa emissão a Companhia gerou R$ 20.593 de caixa utilizado em rescisões trabalhistas e desmobilização de centros de distribuição. ii) Em 28 de março de 2024, a Transportadora Americana, controlada da Companhia, concluiu a aquisição integral da Move3 Administração e Participações S.A. ("Move3") e encontra-se em período de implementação dos planos de sinergia para redução dos custos e despesas. No mesmo sentido acima, como parte do processo de simplificação da atual estrutura societária, a administração aprovou as incorporações da Levoo Tecnologia e Serviços de Informação do Brasil Ltda. e da Rodoe Transporte de Encomendas Ltda. pela Carriers Logística e Transporte Ltda., assim como, da JHO Administração e Participações Ltda. pela Transportadora Americana S.A. Uma vez que as empresas apresentavam a mesma estrutura de gestão e administração, este movimento representa para o Grupo redução de custos com obrigações acessórias, simplificações dos processos de *back-office*, entre outros. Conforme evidenciado na nota 26, os processos de incorporação ocorreram no 1º trimestre de 2025. Essas incorporações não necessariamente alteram as marcas. iii) Homologação Plano de Recuperação Extrajudicial A Sequoia Transportes e a Transportadora Americana pediram a homologação de um plano de recuperação extrajudicial ("Plano de RE") perante o Juízo 1ª Vara Regional de Competência Empresarial de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª RAJ ("Juízo Recuperacional"), processo autuado sob o nº 1003015- 19.2024.8.26.0260. O Plano de RE conta com aprovação de aproximadamente 54% dos credores sujeitos, abrangendo todos os créditos não-financeiros existentes na data do pedido em 11 de outubro de 2024, nos termos do art. 161, §1º, da Lei 11.101/2005, os quais totalizavam R$ 311.279. O Plano de RE prevê as seguintes formas de pagamento: **Opção 1:** Deságio: não há. Carência: não há. Pagamento: Conversão integral em ações da Sequoia (SEQL3), com preço de exercício de R$ 8,00. Limite: o aumento de capital para subscrição com dívida será limitado a R$ 110.000 em créditos optantes a serem convertidos. **Opção 2:** Deságio: não há. Carência: 60 meses contados da homologação judicial. Pagamento: 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira após o prazo de carência. Limite: não há. Condição de taxa: IPCA. **Opção 3:** Deságio: 70% sobre o saldo devedor. Carência: 12 meses contados da homologação judicial. Pagamento: 84 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira após o prazo de carência. Limite: o pagamento desta opção será limitado a R$ 10.000 em créditos optantes. Condição de taxa: IPCA. **Opção 4:** Deságio: 50% sobre o saldo devedor. Pagamento: (i) em dinheiro à vista de 2/5 do saldo devedor após o deságio, a ser realizado dentro de 120 dias corridos a contar da homologação judicial, ou 31 de janeiro de 2025, o que ocorrer primeiro; e (ii) pagamento em dinheiro de 3/5 do saldo devedor após o deságio, em 15 prestações mensais e consecutivas, com início 30 dias corridos após o pagamento em dinheiro à vista do item (i). Condição de taxa: as parcelas do item (ii) serão corrigidos pelo IPCA. Limite: o pagamento desta opção será limitado a R$ 64.000 em créditos optantes. Credor Fornecedor Colaborador: para eleger esta opção, os credores devem se enquadrar na definição de Credor Fornecedor Colaborador. **Opção 5:** Deságio: 70% sobre o saldo devedor. Pagamento: em dinheiro à vista do saldo devedor após o deságio, a ser realizado dentro de 30 dias corridos a contar da homologação judicial. Limite: o pagamento desta opção será limitado a R$ 17.000 em créditos optantes. Credor Fornecedor Colaborador: para eleger esta opção, os credores devem se enquadrar na definição de Credor Fornecedor Colaborador. Em 19 de março de 2025, a juíza homologou o plano de recuperação extrajudicial e o montante total, que após ajustes dos valores, atingiu R$ 328.743. Em 28 de outubro de 2024, a Companhia protocolou pedido de revisão da capacidade de pagamento e de transação da dívida fiscal em aberto na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e na Receita Federal do Brasil totalizando R$ 433.069 naquela data. A Companhia solicita a concessão de descontos sobre juros e multa, bem como a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas para liquidação de parte do saldo remanescente. **2.6. Resultado por ação:** Em 29 de maio de 2024, foi aprovado o grupamento de ações na razão de 20 ações para 1 e, por isso, estamos apresentando o efeito decorrente desse grupamento no período findo em 31 de dezembro de 2024:

	Prejuízo básico		Prejuízo diluído	
	Apresentado Atualmente	Originalmente apresentado	Apresentado Atualmente	Originalmente apresentado
Prejuízo do período	(822.222)	(822.222)	(822.222)	(822.222)
Quantidade média ponderada de ações em circulação - em milhares	9.508	190.152	9.508	190.152
Prejuízo básico por ação - em R$	**(86,48048)**	**(4,32402)**	**(86,48048)**	**(4,32402)**

3. BASE DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. O resultado das controladas adquiridas é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Os exercícios sociais das controladas incluídos na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme na Companhia consolidada. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes, que buscam seguir condições de mercado. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, apresentadas a seguir:

Participação direta		Principal atividade	País sede	Percentual de participação 2024	2023
Transportadora Americana Ltda. ("Transportadora Americana")	(a)	Logística e transporte	Brasil	57,5%	100%
Lithium Software Ltda. ("Frenet")	(b)	Plataforma digital	Brasil	-	100%
SF 350 Ltda. ("SFX")	(c)	Intermediação	Brasil	-	100%

(a) Transportadora Americana foi adquirida em 28 de fevereiro de 2020. (b) Frenet foi adquirida em 5 de abril de 2021 e vendida em 5 de dezembro de 2024. (c) SFX foi constituída em 2 de setembro de 2021, estava sem atividades desde sua constituição e suas atividades foram encerradas em 3 de março de 2025.

Participação indireta		Principal atividade	País sede	Percentual de participação 2024	2023
JHO Administração e Participações Ltda. **("JHO")**	(d)	Holding	Brasil	100%	-
Rodoe Transportes de Encomendas Ltda. **("Rodoe")**	(d)	Logística e transporte	Brasil	100%	-
M3 Pagamentos Ltda. **("M3")**	(d)	Fintech	Brasil	100%	-
ILGJ Logística e Transporte Ltda. **("Moove")**	(d)	Logística e transporte	Brasil	100%	-
Carriers Logística e Transporte Ltda. **("Carriers")**	(d)	Logística e transporte	Brasil	100%	-
MRR LOGISTICS SOLUTIONS, UNIPESSOAL LTDA. **("MRR")**	(d)	Logística e transporte	Portugal	100%	-
Flash Courier Ltda. **("Flash")**	(d)	Serviços	Brasil	100%	-
Levoo Tecnologia e Serviços de Informação do Brasil Ltda. **("Levoo")**	(d)	Intermediação	Brasil	100%	-

(d) Empresa adquirida em 28 de março de 2024.

A Companhia não possui controle sobre a seguinte empresa na qual possui participação societária e, portanto, é apresentada no grupo de investimentos:

Participação indireta		Principal atividade	País sede	Percentual de participação 2024	2023
Transportadora Americana Ltda. GHSX Tecnologia e Intermediação **("Drops")**	(e)	Intermediação	Brasil	51%	51%

(e) Drops foi constituída em 8 de agosto de 2021 sob controle compartilhado.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas respectivas notas explicativas. Práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. As informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. Ressalta-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com os exercícios anteriores apresentados e são comuns à controladora e controlada, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controlada são ajustadas para atender este critério. **4.1. Classificação entre circulante e não circulante:** A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante, quando aplicável. **4.2. Informações por segmento:** Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócios dos quais podem ser obtidas receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de transporte e logística e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de transporte e logística como passível de reporte. **4.3. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, as quais a Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam, estão abaixo apresentadas: • IFRS 7/IAS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e que lhe são aplicáveis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras; • IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações; • CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado; • CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia e suas controladas. **4.4. Estimativas, julgamentos e premissas contábeis materiais:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: Provisões: As provisões são reconhecidas quando existe a obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável de que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia e suas controladas possuem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão - como por exemplo, em virtude de um contrato de seguro - o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O teste de recuperação ("*impairment test*") tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas controladas. A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua Unidade Geradora de Caixa (UGC), salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos. Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização com a finalidade de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital, antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros. Provisão para demandas judiciais: A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A probabilidade de perda considera como principais critérios de avaliação o resultado histórico das ações judiciais (êxitos e perdas) da Companhia, o tempo médio de duração dos processos, as provas produzidas nos autos (se a defesa depender de matéria probatória) e o cenário jurisprudencial, de forma a se municiar de elementos que indicam o valor a ser provisionado conforme o caso, observada a legislação aplicável e a opinião dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Tributos: Em virtude da natureza e complexidade dos negócios, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis consequências de inspeções das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade. São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro. Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Provisão para créditos com expectativa de liquidação duvidosa: A provisão para créditos com expectativa de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização de contas a receber. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber de clientes são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada provisão no balanço em montante suficiente para cobertura da perda provável. **4.5. Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais não se tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas ao custo amortizado inclui contas a receber de clientes. *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais não estejam classificados de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado. *Redução do valor recuperável de ativos financeiros:* A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas: (i) para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses); (ii) para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). No contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia e suas controladas aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, reconhecendo uma provisão para perdas com base em expectativas históricas de perdas em cada data-base, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos e quando informações internas ou externas indicam ser improvável o recebimento integral de valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Passivos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. *Passivos financeiros ao custo amortizado:* Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. ***Mensuração do valor justo:*** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas explicativas. Não houve transferência entre classificação de nível dos instrumentos financeiros em 2024 e 2023. Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras por categoria, bem como os respectivos valores justos, são os seguintes:

Saldos em 31 de dezembro de 2024	Controladora				
	Hierarquia do valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	13.075	-	13.075	13.075
Contas a receber	Nível 2	-	20.373	20.373	20.373
Passivos financeiros:					
Fornecedores e operações de risco sacado	Nível 2	-	(337.402)	(337.402)	(337.402)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	-	(741.809)	(741.809)	(741.809)
Parcelamento de impostos	Nível 2	-	(43.630)	(43.630)	(43.630)
Contas a pagar por aquisição de investimentos	Nível 2	-	(4.355)	(4.355)	(4.355)

Saldos em 31 de dezembro de 2024	Consolidado				
	Hierarquia do valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	21.853	-	21.853	21.853
Instrumentos derivativos	Nível 2	7.746	-	7.746	7.746
Contas a receber	Nível 2	-	133.720	133.720	133.720
Passivos financeiros:					
Fornecedores e operações de risco sacado	Nível 2	-	(349.757)	(349.757)	(349.757)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	-	(756.673)	(756.673)	(756.673)
Parcelamentos fiscais	Nível 2	-	(70.730)	(70.730)	(70.730)
Contas a pagar por aquisição de investimentos	Nível 2	-	(24.642)	(24.642)	(24.642)

Considerações sobre riscos: *Riscos de crédito:* A operação da Companhia e de suas controladas compreendem a prestação de serviços de logística, representados principalmente pelo transporte de cargas em geral, regido por contratos específicos, os quais possuem determinadas condições e prazos, estando substancialmente indexados a índices de reposição inflacionária para período superior a um ano. A Companhia adota procedimentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando prevenir perdas por inadimplência. *Riscos de liquidez:* É o risco de a Companhia e suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. *Risco de taxa de juros:* A Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimento e crescimento. Em decorrência do citado acima, a Companhia está exposta ao risco de taxa de juros referenciadas em CDI. *Gestão de capital:* O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar a manutenção de uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A gestão de capital pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	741.809	445.812	756.673	453.743
Instrumentos financeiros derivativos	-	32.019	(7.746)	32.019
Contas a pagar por aquisição de investimentos	4.355	3.213	24.642	21.833
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(13.075)	(23.238)	(21.853)	(30.045)
Dívida líquida	733.089	457.806	751.716	477.550
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	(758.374)	117.566	(924.561)	117.566
Patrimônio líquido e dívida líquida	**1.491.463**	**575.372**	**1.676.277**	**595.116**

Valorização dos instrumentos financeiros: A mensuração da totalidade dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas corresponde apenas às características do Nível 2: *Nível 2:* Caixa e equivalentes de caixa - os valores contábeis das aplicações financeiras em Certificado de Depósitos Bancários mensuradas ao custo amortizado aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós fixados. Empréstimos, financiamentos e debêntures, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e operações de risco sacado, parcelamento de impostos e contas a pagar por aquisição de investimentos - os valores contábeis são mensurados por seu custo amortizado e divulgados a valor justo. Contas a receber - estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas. *Operações com instrumentos derivativos:* Em 17 de janeiro de 2022, a Companhia firmou contrato de *equity swap*, em linha com o contrato de recompra de ações assinado em 11 de janeiro de 2022, que foi liquidado em 25 de maio de 2024, no contexto da reestruturação financeira. Ainda, sua controlada Moove, passou a utilizar contratos de *swap* para proteger-se contra riscos de taxas cambiais. Esses contratos foram classificados como instrumentos financeiros derivativos e reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato é celebrado e subsequentemente remensurado mensalmente ao valor justo, sendo os ajustes lançados diretamente na demonstração do resultado. Será classificado como um ativo financeiro quando o valor justo apurado for positivo ou passivo financeiro quando esse valor justo for negativo. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e acredita que os controles internos existentes são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado financeiro. Os contratos de *swaps* firmados no âmbito do *equity swap*, possuem o valor nocional indicado na data de cada negociação e possibilita que a Companhia pague um taxa pós-fixada indexada ao CDI e receba a oscilação do valor de suas ações listadas na B3. O valor justo dos contratos de *swap* foi calculado considerando os índices divulgados pela B3, os dados disponíveis na data do cálculo e uma metodologia de cálculo específica para esse tipo de transação. *Análise de sensibilidade:* A Companhia está exposta à variação no Certificado de Depósito Interbancário (CDI), indexador de empréstimo em moeda nacional e dos rendimentos de aplicações financeiras (CDB). Com a finalidade de verificar a sensibilidade desses indexadores foram definidos três cenários diferentes. Para o cenário provável, segundo avaliação preparada pela Administração, foi considerada uma oscilação de 5%. Adicionalmente, são demonstrados outros dois cenários (A e B). A Companhia assumiu uma oscilação de 25% (cenário A) e de 50% (cenário B - cenário de situação extrema) nas projeções. A análise de sensibilidade para cada tipo de risco considerado relevante pela Administração está apresentada na tabela a seguir:

		Consolidado			
			Ganhos e/ou (perdas)		
Transação	Risco	2024	Provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos e financiamentos indexados ao CDI	Aumento do CDI	(901.128)	5.479	27.372	54.744
Instrumentos financeiros derivativos	Aumento do CDI	7.746	(47)	(235)	(471)
Contas a pagar por aquisição de investimentos	Aumento do CDI	(24.642)	150	749	1.497
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	Queda do CDI	5.381	(31)	(131)	(218)
	CDI (aumento)[1]	12,15%	12,76%	15,19%	18,23%
	CDI (queda)[1]	12,15%	11,57%	9,72%	8,10%

1) CDI divulgado pela CETIP.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia e suas controladas consideram como equivalentes de caixa uma aplicação financeira com vencimentos diários resgatáveis com o próprio emissor, sem perda significativa de valor. Os títulos possuem rentabilidade compatível com a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são mantidos junto a instituições financeiras renomadas e em Fundos de investimentos financeiros, com remunerações próximas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa	-	85	1	143
Bancos conta movimento	12.712	19.302	16.471	25.256
Aplicações financeiras em CDB (a)	363	3.851	5.381	4.646
Caixa e equivalentes de caixa (b)	**13.075**	**23.238**	**21.853**	**30.045**

(a) O saldo de aplicações financeiras está representado, substancialmente, por Certificado de Depósitos Bancários ("CDB"), predominantemente em bancos com grau de investimento, cuja classificação de rating está entre AA e AAA, com liquidez imediata e remuneradas a uma taxa entre 20% e 102% do CDI. (b) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de alta liquidez com vencimento inferior a 90 dias, não sujeitos a risco de mudança de taxas de juros ou inflação, e não há restrições ao uso dos recursos apresentados. A redução no saldo entre 31 de dezembro de 2024 e 2023 está relacionada, principalmente, a decisões operacionais e estratégicas adotadas no período, incluindo o uso de recursos para sustentar a operação e apoiar iniciativas de crescimento. Esses desembolsos foram planejados e estão alinhados com a estratégia de negócios da empresa para o exercício de 2024.

6. CONTAS A RECEBER

Ativos de contrato: Um ativo de contrato é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Se a Companhia e suas controladas desempenharem suas atividades transferindo bens ou serviços ao cliente antes que este pague a contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, é reconhecido um ativo de contrato pela contraprestação adquirida, que é condicional. Contas a receber de clientes: Um recebível representa o direito da Companhia e suas controladas a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). São registradas e mantidas nos balanços pelos valores nominais das vendas e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento. A política contábil para reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperadas encontra-se na nota 4.4. A composição do contas a receber pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Clientes (b)	15.435	95.812	100.318	202.095
Clientes a faturar (a)	18.791	109.185	60.913	100.110
	34.226	**204.997**	**161.231**	**302.205**
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas (b)	(13.853)	(52.223)	(27.511)	(79.343)
	20.373	**152.774**	**133.720**	**222.862**

(a) Serviços prestados que serão faturados em períodos subsequentes, sendo registrados pelo regime de competência. Em 2024 houve baixa efetiva de valores a receber no montante de R$ 49.947 na controladora e R$ 105.499 no consolidado, em conta de perdas, no grupo de Despesas comerciais nas Demonstrações dos resultados. A idade do contas a receber pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
A vencer	26.262	123.929	117.924	144.304
Vencidos				
Vencidos de 1 a 30 dias	-	3.699	11.538	12.479
Vencidos de 31 a 90 dias	-	4.469	3.249	9.027
Vencido de 91 a 180 dias	-	13.000	1.063	21.285
Vencido de 181 a 365 dias	86	36.421	8.250	60.121
Vencidos há mais de 365 dias	7.878	23.479	19.207	54.989
Subtotal - vencidos	7.964	81.068	43.307	157.901
	34.226	**204.997**	**161.231**	**302.205**

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada pode ser assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(43.394)	(64.508)
Adição	(8.829)	(14.835)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(52.223)**	**(79.343)**
Adição por aquisição	-	(10.858)
Baixa	38.370	62.690
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(13.853)**	**(27.511)**

O prazo médio consolidado de recebimento é de aproximadamente 24 dias (97 dias em 31 de dezembro de 2023).

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

A composição do saldo dos tributos a recuperar pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PIS e COFINS (a)	-	17.291	1.087	22.783
ICMS (b)	-	-	5.591	2.153
IRPJ e CSLL - antecipação	-	-	-	1.413
INSS (c)	-	10.057	3.638	23.965
Impostos retidos	-	5.873	65	5.887
Outros	-	1.313	-	1.432
	-	**34.534**	**10.381**	**57.633**
Circulante	-	34.534	8.732	57.633
Não circulante	-	-	1.649	-

A redução dos saldos deve-se à compensação dos créditos com os impostos a pagar nas mesmas rubricas. (a) Refere-se a não inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado de seu processo, o que possibilitou o registro do montante de R$5.999 (principal) nos tributos a recuperar com contrapartida na linha de Outras receitas e despesas no resultado do período. (b) Referente ao crédito de ICMS proveniente da aquisição de controlada. (c) Refere-se, substancialmente, ao recálculo do INSS pago ao Sistema S tendo como base o limite de 20 salários-mínimos ao invés de ter como base a folha de pagamento.

8. INVESTIMENTOS

A Companhia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, se expondo aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. Investimentos em *joint ventures* decorrem de participações em empresas cujo controle é compartilhado com uma ou mais partes e nenhuma das partes conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, restando a Sequoia apenas o direito sobre os ativos líquidos dessa entidade. Esses investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados. O investimento em controladas e joint ventures inclui a mais valia decorrente do valor justo de ativos tangíveis e intangíveis contabilizados na aquisição da participação pelo método de aquisição. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido. A composição dos investimentos pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Investimentos em controladas	432.430	369.725	-	-
Investimentos em controlada em conjunto	8.866	4.046	8.866	4.046
	441.296	**373.771**	**8.866**	**4.046**
Investimentos em controladas, controlada em conjunto e coligada	441.296	373.771	8.866	4.046
	441.296	**373.771**	**8.866**	**4.046**

8.1. Investimentos em controladas, controlada em conjunto e coligada: A movimentação e composição do saldo podem ser assim apresentadas:

Controladora	Transportadora Americana	Direcional	Frenet	Drops	Lincros	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2023	**540.616**	**-**	**21.302**	**1.479**	**25.338**	**588.735**
Resultado de equivalência patrimonial	(359.973)	-	(3.287)	(640)	(2.879)	(366.779)
Adiantamento para futuro aumento de capital e aumento de capital	151.569	-	18.287	3.207	-	173.063
JSCP de 2019, reclassificado em 2023	1.211	-	-	-	-	1.211
Transferência para ativo mantido para venda	-	-	-	-	(22.459)	(22.459)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**333.423**	**-**	**36.302**	**4.046**	**-**	**373.771**
Resultado de equivalência patrimonial	(279.957)	-	(3.695)	(507)	-	(284.159)
Adiantamento para futuro aumento de capital	53.588	-	(10.814)	5.327	-	48.101
Valor pago em dinheiro pela aquisição de participação	42.609	-	-	-	-	42.609
Contribuição (aporte) da controladora	307.966	-	-	-	-	307.966
Baixa por *impairment*	(25.199)	-	-	-	-	(25.199)
Baixa por venda	-	-	(21.793)	-	-	(21.793)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**432.430**	**-**	**-**	**8.866**	**-**	**441.296**
Controladas	432.430	-	-	-	-	432.430
Controlada em conjunto	-	-	-	8.866	-	8.866
Ágio na aquisição de investimento	-	-	-	-	-	-
Investimentos	432.430	-	-	8.866	-	441.296

continua >>>

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal
Eufrázio

sequoia

SEQUOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

CNPJ nº 01.599.101/0001-93

	Consolidado		
	Drops	**Lincros**	**Total**
Saldos em 1° de janeiro de 2023	**1.479**	**25.338**	**26.817**
Resultado de equivalência patrimonial	(640)	(2.879)	(3.519)
Adiantamento para futuro de capital	3.207	-	3.207
Transferência para ativo mantido para venda	-	(22.459)	(22.459)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.046**	**-**	**4.046**
Resultado de equivalência patrimonial	(507)	-	(507)
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.327	-	5.327
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**8.866**	**-**	**8.866**
Controlada em conjunto	8.866	-	8.866
Investimento	8.866	-	8.866

(a) O saldo de Ágio na aquisição de investimento (que contempla ativos identificados e passivos assumidos quando da aquisição do investimento) são apresentados como Investimento no consolidado até que o controle seja obtido, momento no qual esses valores são reclassificados para as contas de sua natureza. As principais informações financeiras das controladas diretas e indiretas podem ser assim apresentadas:

	31 de dezembro de 2024				
Controlada	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Receita líquida**	**Lucro líquido (prejuízo) do período**
Transportadora Americana	735.028	(459.928)	(275.100)	79.773	(436.025)

	31 de dezembro de 2023				
Controlada	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Receita líquida**	**Lucro líquido (prejuízo) do período**
Transportadora Americana	669.200	(380.137)	(289.063)	144.059	(348.317)
Frenet	18.865	(15.127)	(3.738)	14.269	(1.550)

As principais informações da controlada em conjunto e da coligada podem ser assim apresentadas:

	31 de dezembro de 2024						
Investida	**% de participação**	**% de capital votante**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Receita líquida**	**Lucro líquido (prejuízo) do período**
Drops	**51%**	**51%**	9.421	(15.622)	6.201	11.310	(993)

	31 de dezembro de 2023						
Investida	**% de participação**	**% de capital votante**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Receita líquida**	**Lucro líquido (prejuízo) do período**
Drops	**51%**	**51%**	9.232	(14.394)	5.162	6.513	(1.255)

8.2. Venda da Frenet: Em setembro de 2024, a Companhia publicou a decisão de alienar ativos não estratégicos visando uma estratégia de reforço de aumento de capital. Naquele momento, o investimento na Frenet atendeu os critérios para classificação como ativo não circulante mantido para venda. Em 5 de dezembro de 2024, a Companhia concluiu a venda do investimento na Frenet pelo valor líquido de R$ 34.822. Esse valor foi recebido parte R$ 27.258 à vista e R$ 6.058 será retido para fazer frente a potenciais contingências e a diferença refere-se a R$ 1.506 dívida líquida. O valor retido será liberado em 5 anos, iniciando em janeiro de 2026, em uma média anual que varia de 11% a 28% do valor total retido. Os valores a receber está apresentado no grupo de "Demais contas a receber" e o resultado da venda apresentado no resultado em "Outras receitas e despesas":

Ativo	**R$ (000)**
Ágio na aquisição de investimento	19.049
Investimento	2.745
Ativo classificado como mantido para venda	**21.794**
Passivo	
Mútuo	(7.585)
Obrigações diretamente associadas ao ativo classificado como mantido para venda	**(7.585)**
Ativos líquidos diretamente associados ao grupo do ativo mantido para venda	**14.209**
Valor de venda	(34.822)
Lucro contábil na venda	**20.613**

8.3. Combinação de negócios: Política Contábil: Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação **à unidade geradora de caixa mantida**. Aquisição da Move3 Administração e Participações S.A. ("Move3"): Em 28 de março de 2024, após a satisfação das condições precedentes, o que inclui a aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a controlada Transportadora Americana finalizou a aquisição da Move3, momento no qual passou a deter o controle de 100% dos negócios. A Move3, holding de empresas que atuam no ramo de transporte e logística, era composta pelas seguintes empresas: 1. Move 3 Administração e Participações S.A. ("Move3"); 2. JHO Administração e Participações Ltda. ("JHO"); 3. Rodoê Transportes de Encomendas Ltda. ("Rodoe"); 4. M3 Pagamentos Ltda. ("M3"); 5. ILGJ Logística e Transporte Ltda. ("Moove"); 6. Carriers Logística e Transporte Ltda. ("Carriers"); 7. MRR LOGISTICS SOLUTIONS, UNIPESSOAL LDA. ("MRR"); 8. Flash Courier Ltda. ("Flash"); 9. Levoo Tecnologia e Serviços de Informação do Brasil Ltda. ("Levoo"). A Companhia mensurou a contraprestação transferida pela aquisição da totalidade das ações da Move3 no valor de R$ 375.905. No ato do fechamento, a Transportadora Americana efetuou o pagamento de R$ 50.000, sendo que o saldo restante, de R$ 325.905, será quitado mediante a emissão de novas ações da Sequoia Logística e Transportes S.A. **a) Alocação do valor justo:** O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Move3 foi registrado de forma preliminar conforme apresentado a seguir:

Ativos	**Valor justo reconhecido na aquisição**
Caixa e equivalentes de caixa	7.391
Contas a receber	57.689
Impostos a recuperar	5.062
Imobilizado	42.840
Intangível	
Software	2.943
Outros intangíveis	11.742
Carteira de clientes	151.696
Cláusula de não concorrência	8.925
Direito de uso	43.302
Demais ativos	2.493
	334.083
Passivos	
Empréstimos, financiamentos e derivativos	(117.936)
Arrendamentos mercantis	(46.721)
Fornecedores	(33.173)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(28.098)
Provisão para demandas judiciais	(1.100)
Passivo contingente	(2.921)
Outros passivos	(4.112)
	(234.061)
Total de ativos líquidos identificáveis	**100.022**
Ágio gerado na aquisição	275.883
Total da contraprestação	375.905
Fluxo de caixa na aquisição	
Caixa pago, líquido de caixa adquirido (classificado como Atividades de investimento)	**42.609**
Caixa a ser pago pela aquisição	**42.609**

O valor justo do contas a receber de clientes é de R$57.689, os quais se espera que sejam recebidos integralmente. O ágio gerado de R$275.883 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição. As principais premissas para a alocação dos ativos intangíveis utilizaram a taxa de desconto de 16,8% a.a., crescimento na perpetuidade de 3,5% a.a. e crescimento anual da receita líquida de 16% a.a. para período de abril de 2024 a dezembro de 2027. A partir de 2028, a ROL (Receita Operacional Líquida) foi projetada considerando o crescimento do PIB e reajustada pelo IPCA projetado apresentando uma taxa de crescimento médio anual de 7,1% a.a. **(b) Método de mensuração e vida útil dos intangíveis identificados:** A Companhia contratou empresa de consultoria especializada para auxiliar no processo de alocação do preço de compra. A mensuração dos ativos intangíveis referente a carteira de clientes foi calculada considerando o modelo de "*Income Approach - Multi Period Excess Earnings*" e a mensuração dos ativos intangíveis referente ao acordo de não competição foi calculada considerando o modelo de "*With or without*". As seguintes vidas úteis foram estimadas:

	Valor alocado	**Amortização média em anos**
Carteira de clientes	151.696	10
Acordo de não competição	8.925	5

(c) Impacto da aquisição no resultado da Companhia: O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionados e gerados pela Move3. A seguir demonstramos o impacto da receita líquida e do resultado dessa adquirida no resultado do período, sem considerar o efeito da amortização dos ativos intangíveis identificados, desde a data de aquisição e caso ela tivesse sido adquirida desde o início do período:

	A partir da aquisição	**Desde o início do ano**
Receita líquida	519.925	681.644
Lucro líquido (prejuízo)	9.102	(27.621)

8.4. Reestruturação societária: Incorporação da Move3: Em 28 de março de 2024, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Transportadora Americana, a incorporação da Move3. O principal objetivo desta operação foi proporcionar ganhos operacionais para as empresas. O acervo líquido incorporado está demonstrado a seguir:

	Ativo circulante	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Acervo líquido incorporado**
Move3	68.638	104.824	(143.287)	(87.854)	(57.679)

No mesmo ato, foi aprovada a emissão de 331.000.000 novas ações da Transportadora Americana, as quais foram subscritas pelos antigos acionistas da Move3 e integralizadas mediante a entrega do acervo líquido da Move3. **8.5. Contas a pagar por aquisição de investimentos:** O saldo de contas a pagar por aquisição de investimentos representa as parcelas retidas das participações societárias adquiridas que serão desembolsadas após a dedução do valor de possíveis perdas indenizáveis. A composição e movimentação pode ser assim apresentada:

	Controladora						
Adquirida	**2023**	**Pagamentos**	**Ajuste de preço**	**Juros CDI**	**2024**	**Circulante**	**Não circulante**
Nowlog	2.792	(240)	32	440	3.024	3.024	-
Direcional	421	-	521	389	1.331	1.331	-
	3.213	**(240)**	**553**	**829**	**4.355**	**4.355**	**-**

	Controladora							
Adquirida	**2022**	**Pagamentos**	**Ajuste de preço**	**Reembolso de contingências**	**Juros CDI**	**2023**	**Circulante**	**Não circulante**
Lótus	8.709	(7.396)	(1.600)	-	287	-	-	-
Nowlog	3.143	(426)	-	(330)	405	2.792	1.575	1.217
Transportadora Americana	-	(4.049)	-	2.576	1.473	-	-	-
Direcional	-	-	-	(157)	578	421	-	421
Frenet (a)	6.850	-	(7.343)	-	493	-	-	-
	18.702	**(11.871)**	**(8.943)**	**2.089**	**3.236**	**3.213**	**1.575**	**1.638**

(a) O acordo de aquisição da Frenet considerava o atingimento de determinadas metas e dado ao não atingimento dessas metas, nenhum valor a mais será devido ao vendedor.

	Consolidado						
Adquirida	**2023**	**Pagamentos**	**Ajuste de preço**	**Juros CDI**	**2024**	**Circulante**	**Não circulante**
Nowlog	2.792	(240)	32	440	3.024	3.024	-
Direcional	421	-	521	389	1.331	1.331	-
Prime	2.336	-	-	209	2.545	2.545	-
Plimor	16.284	(306)	-	1.764	17.742	4.514	13.228
	21.833	**(546)**	**553**	**2.802**	**24.642**	**11.414**	**13.228**

	Consolidado							
Adquirida	**2022**	**Pagamentos**	**Ajuste de preço**	**Reembolso de contingências**	**Juros CDI**	**2023**	**Circulante**	**Não circulante**
Lótus	8.709	(7.396)	(1.600)	-	287	-	-	-
Nowlog	3.143	(426)	-	(330)	405	2.792	1.575	1.217
Transportadora Americana	-	(4.049)	-	2.576	1.473	-	-	-
Direcional	-	-	-	(156)	577	421	-	421
Prime	-	(1.954)	3.744	(198)	744	2.336	1.520	816
Frenet (a)	6.850	-	(7.343)	-	493	-	-	-
Plimor (b)	34.444	(5.342)	(14.893)	(1.327)	3.402	16.284	1.527	14.757
	53.146	**(19.167)**	**(20.092)**	**565**	**7.381**	**21.833**	**4.622**	**17.211**

(a) O acordo de aquisição da Frenet considerava o atingimento de determinadas metas e dado ao não atingimento dessas metas, nenhum valor a mais será devido ao vendedor, resultando na redução da dívida em R$7.343, o qual foi reconhecido em Outras receitas no resultado. (b) A Companhia firmou um termo de transação junto aos vendedores da Plimor, de forma a reestruturar o fluxo de pagamento de sua dívida, resultando na redução da dívida em R$14.893, o qual foi reconhecido em Outras receitas no resultado.

8.6. Ativos de indenização na aquisição de empresas: Refere-se a obrigação contratual de indenização por perdas pelos vendedores. A composição pode ser assim apresentada:

	Consolidado	
	2024	**2023**
Direcional	3.074	3.057
Prime	3.175	3.175
	6.249	**6.232**

9. IMOBILIZADO

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. O custo inclui o montante de reposição ou substituição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específica. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas de depreciação estão demonstradas a seguir:

Categoria de ativos	**Taxa média de depreciação anual (%)**
Veículos e caminhões	10
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	6,67
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em bens de terceiros	Prazo de contrato
Outras imobilizações	10

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia não capitalizou custos de empréstimos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A composição e movimentação do imobilizado pode ser assim apresentada:

	Controladora								
	Veículos e caminhões	**Instalações**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Equipamentos de informática**	**Benfeitorias em bens de terceiros**	**Imobilizado em andamento**	**Outras imobilizações**	**Total**
Custo:									
Em 1º de janeiro de 2023	33.730	10.051	36.464	7.619	19.036	24.651	22.220	9.626	163.397
Adições	86	-	48	71	1.036	-	5.525	12	6.778
Baixas	(1.059)	-	-	-	-	-	-	-	(1.059)
Transferências	-	-	12.377	15.275	5.956	-	(27.745)	(5.863)	-
Em 31 de dezembro de 2023	32.757	10.051	48.889	22.965	26.028	24.651	-	3.775	169.116
Adições	-	-	-	16	133	-	-	3.701	3.850
Baixas	(4.449)	(1.426)	(1.008)	(5)	(936)	(861)	-	(603)	(9.288)
Em 31 de dezembro de 2024	28.308	8.625	47.881	22.976	25.225	23.790	-	6.873	163.678
Depreciação:									
Em 1º de janeiro de 2023	(29.764)	(6.066)	(9.755)	(4.129)	(12.072)	(10.210)	-	(2.632)	(74.628)
Depreciação	(1.817)	(797)	(4.089)	(1.446)	(4.158)	(3.566)	-	(5)	(15.878)
Baixas	316	-	-	-	-	-	-	-	316
Em 31 de dezembro de 2023	(31.265)	(6.863)	(13.844)	(5.575)	(16.230)	(13.776)	-	(2.637)	(90.190)
Depreciação	(1.332)	(566)	(5.682)	(3.650)	(3.553)	(2.993)	-	(1.907)	(19.683)
Baixas	5.146	100	456	2	930	-	-	599	7.233
Em 31 de dezembro de 2024	(27.451)	(7.329)	(19.070)	(9.223)	(18.853)	(16.769)	-	(3.945)	(102.640)
Valor residual líquido:									
Em 31 de dezembro de 2023	1.492	3.188	35.045	17.390	9.798	10.875	-	1.138	78.926
Em 31 de dezembro de 2024	857	1.296	28.811	13.753	6.372	7.021	-	2.928	61.038

	Consolidado								
	Veículos e caminhões	**Instalações**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Equipamentos de informática**	**Benfeitorias em bens de terceiros**	**Imobilizado em andamento**	**Outras imobilizações**	**Total**
Custo:									
Em 1º de janeiro de 2023	145.366	11.238	66.502	11.348	33.778	31.339	34.693	51.265	385.529
Adições	142	5	55	77	1.036	-	8.620	31	9.966
Baixas	(5.759)	-	(18.229)	(4)	-	(2.253)	(386)	-	(26.631)
Transferência	929	35	23.566	15.275	6.296	(743)	(38.849)	(6.509)	-
Em 31 de dezembro de 2023	140.678	11.278	71.894	26.696	41.110	28.343	4.078	44.787	368.864
Adições por aquisição	4.111	730	46.504	2.850	7.421	3.895	-	185	65.696
Adições	-	219	2.126	73	206	-	3	3.701	6.328
Baixas	(10.758)	(1.423)	(2.033)	(9)	(494)	-	(290)	-	(15.007)
Em 31 de dezembro de 2024	134.031	10.804	118.491	29.610	48.243	32.238	3.791	48.673	425.881
Depreciação:									
Em 1º de janeiro de 2023	(111.643)	(6.877)	(36.613)	(6.938)	(25.401)	(13.819)	-	(42.603)	(243.894)
Depreciação	(12.341)	(899)	(5.926)	(1.646)	(4.691)	(4.165)	-	(90)	(29.758)
Baixas	3.334	-	17.301	-	-	1.522	-	-	22.157
Em 31 de dezembro de 2023	(120.650)	(7.776)	(25.238)	(8.584)	(30.092)	(16.462)	-	(42.693)	(251.495)
Adição por aquisição	(2.412)	(262)	(12.544)	(1.252)	(5.393)	(994)	-	-	(22.857)
Depreciação	(3.860)	(701)	(12.125)	(3.975)	(4.239)	(3.546)	-	(6.923)	(35.369)
Baixas	9.801	104	1.316	14	586	26	-	27	11.874
Em 31 de dezembro de 2024	(117.121)	(8.635)	(48.591)	(13.797)	(39.138)	(20.976)	-	(49.589)	(297.847)
Valor residual líquido:									
Em 31 de dezembro de 2023	20.028	3.502	46.656	18.112	11.018	11.881	4.078	2.094	117.369
Em 31 de dezembro de 2024	16.910	2.169	69.900	15.813	9.105	11.262	3.791	(916)	128.034

10. INTANGÍVEL

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Os ativos intangíveis compreendem principalmente software adquiridos de terceiros, software desenvolvido para uso interno, carteira de clientes e direitos de exclusividade de não concorrência com ex-quotistas de empresas adquiridas. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas de forma prospectiva como mudanças das estimativas contábeis. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos como receita ou despesa do exercício quando da baixa do ativo. A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia:

	Software e outros	**Ágio**	**Carteira de Clientes**	**Cláusula de não concorrência**	**Mais valia do imobilizado**
Vida útil	Definida	Indefinida	Definida	Definida	Definida
Período de amortização	5 anos	-	3 e 10 anos	4 e 5 anos	8 e 10 anos
Método de amortização utilizado	Amortização linear	Não amortiza	Amortização linear	Amortização linear	Amortização linear
Gerados internamente ou adquiridos	Adquiridos e gerados internamente	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)

Softwares: As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas como despesas quando incorridas. As despesas diretamente relacionadas aos softwares desenvolvidos por terceiros e internamente, custos incorridos com empresas de desenvolvimento de software, custo de pessoal alocado diretamente no desenvolvimento de software (desenvolvimento interno) e outros custos diretos. Eles são capitalizados como ativos intangíveis quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Esses custos são reconhecidos como ativos e são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que em geral não é superior a cinco anos. Ágio e intangíveis identificados na Combinação de negócios: O ágio ("*goodwill*") é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos do negócio. A movimentação pode ser assim apresentada:

	Controladora					
	Software e outros	**Ágio**	**Carteira de Clientes**	**Cláusula de não concorrência**	**Mais valia do imobilizado**	**Total**
Custo:						
Em 1º de janeiro de 2023	76.024	139.547	34.642	5.446	6.585	262.244
Adições	1.291	-	-	-	-	1.291
Baixas	(7.955)	-	-	-	-	(7.955)
Em 31 de dezembro de 2023	69.360	139.547	34.642	5.446	6.585	255.580
Baixas	(14.836)	(139.547)	-	-	-	(154.383)
Em 31 de dezembro de 2024	54.524	-	34.642	5.446	6.585	101.197
Amortização:						
Em 1º de janeiro de 2023	(26.007)	-	(30.892)	(4.997)	(6.506)	(68.402)
Amortização	(6.960)	-	(3.750)	(365)	(26)	(11.101)
Baixas	672	-	-	-	-	672
Em 31 de dezembro de 2023	(32.295)	-	(34.642)	(5.362)	(6.532)	(78.831)
Amortização	(10.594)	-	-	(84)	(53)	(10.731)
Baixas	15.020	-	-	-	-	15.020
Em 31 de dezembro de 2024	(27.869)	-	(34.642)	(5.446)	(6.585)	(74.542)
Valor residual líquido:						
Em 31 de dezembro de 2023	37.065	139.547	-	84	53	176.749
Em 31 de dezembro de 2024	26.655	-	-	-	-	26.655

	Consolidado					
	Software e outros	**Ágio**	**Carteira de Clientes**	**Cláusula de não concorrência**	**Mais valia do imobilizado**	**Total**
Custo:						
Em 1º de janeiro de 2023	94.311	487.534	227.279	34.463	6.452	850.039
Adições	1.463	-	-	-	-	1.463
Baixas	(7.955)	-	-	-	-	(7.955)
Em 31 de dezembro de 2023	87.819	487.534	227.279	34.463	6.452	843.547
Adições	22.682	275.883	151.696	8.925	-	459.186
Baixa por *impairment*	-	(479.750)	(827)	-	-	(480.577)
Baixas	(17.214)	(9.225)	-	-	-	(26.439)
Em 31 de dezembro de 2024	93.287	274.442	378.148	43.388	6.452	795.717
Amortização:						
Em 1º de janeiro de 2023	(29.949)	-	(104.052)	(16.133)	(6.452)	(156.586)
Amortização	(9.124)	-	(41.835)	(6.002)	-	(56.961)
Baixa	672	-	-	-	-	672
Em 31 de dezembro de 2023	(38.401)	-	(145.887)	(22.135)	(6.452)	(212.875)
Adição por aquisição	(7.728)	-	-	-	-	(7.728)
Amortização	(12.358)	-	(47.823)	(7.069)	-	(67.250)
Baixas/ perda	4.193	-	-	54	-	4.247
Em 31 de dezembro de 2024	(54.294)	-	(193.710)	(29.150)	(6.452)	(283.606)
Valor residual líquido:						
Em 31 de dezembro de 2023	49.418	487.534	81.392	12.328	-	630.672
Em 31 de dezembro de 2024	38.993	274.442	184.438	14.238	-	512.111

Teste de recuperabilidade do ativo intangível ("*impairment*"): De acordo com CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36 - Impairment of Assets) ativos devem ser agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa independentes (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). A Companhia entende que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, duas UGCs representam a sua operação. Desta forma, os ativos da operação da Companhia Move3, adquirida em 28 de março de 2024, foram testados separadamente, com base nas premissas divulgadas na nota 8.3. Para a UGC existente, substancialmente representada pelos ativos relacionados com operações existentes em anos anteriores a 2023, a Administração, avaliou a recuperação do valor contábil do ágio registrado e ativos relacionados, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo identificado indicador de perda por redução ao valor recuperável. O montante de impairment pelo valor de R$480.577 foi reconhecido durante o exercício. O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxa de desconto. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 R1 - Redução do Valor Recuperável de Ativos. Todas as premissas utilizadas estão descritas abaixo: (i) Taxa de desconto dos fluxos de caixa futuro: 23,07% a.a. (15,5% a.a. em 2023). Conforme requerido pela norma contábil, a Administração realizou a reconciliação da taxa de desconto *post-tax* (23,07%) para *pre-tax* (23,51%). Segundo a avaliação da Administração, este é um percentual que reflete o custo de capital ponderado. As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas, sendo derivado de custos médios ponderados de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros. O risco específico é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público. (ii) Projeção de fluxo de caixa para 7 anos com taxa de crescimento na perpetuidade de 3,9% (3,5% em 2023). Adotou-se o período de 7 anos para adequar a taxa de crescimento esperada ao crescimento na perpetuidade. a.a. (iii) Evolução do resultado operacional: leva em consideração a margem histórica da empresa, estimativa de inflação dos principais custos e despesas e dissídio trabalhista. (iv) Investimentos: considerados investimentos necessários para a implantação de novos clientes e rotas. **Premissas com impacto relevante utilizadas no cálculo do valor em uso:** O cálculo do valor recuperável é mais sensível às seguintes premissas: (i) Taxa de desconto; (ii) Crescimento na perpetuidade • **Taxa de desconto:** A taxa de desconto representa a avaliação de risco no atual mercado. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivada dos custos de capital médio ponderado. • **Crescimento na perpetuidade:** A estimativa foi baseada principalmente em: • Resultados históricos obtidos pela Companhia e suas controladas; • Expectativa de crescimento orgânico em função de aumento de volumetria das operações atuais e reajuste de preço com base na inflação projeta (IPCA do período); • Expectativa de crescimento econômico baseado nas projeções divulgadas pelo Banco Central (Boletim Focus); e • Expectativa de inflação, medida pelo IPCA. • **Sensibilidade a mudanças nas premissas:** As implicações das principais premissas para o montante recuperável são discutidas a seguir: • Taxa de desconto - a taxa de desconto da Companhia possui sensibilidade desprezível a alterações na projeção de juros, uma vez que mais da metade da composição de seu capital advindo de terceiros é pré-fixada e o quase todo o restante indexado à TJLP, índice estruturalmente pouco suscetível a oscilações; • Crescimento na perpetuidade - aplicando-se um fator de redução no crescimento da perpetuidade de 30,0% este crescimento passa dos 3,9% originalmente considerados para 2,73% o que praticamente consideraria decréscimo real no fluxo de caixa operacional, situação que não seria factível em comparação à performance recente do ativo e sua expectativa de crescimento. Utilizando este novo crescimento de perpetuidade, a perda por redução ao valor recuperável seria acrescida em R$ 5.408.

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

11.1. Empréstimos, financiamentos e debêntures:

		Controladora		Consolidado	
	% - Taxa ao ano	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Capital de giro	Entre 100% CDI até Pré de 28,32% a.a.	160.206	374.713	253.735	380.437
Debêntures	Entre 100% CDI até Pré de 30% a.a.	100.158	73.669	100.158	73.669
Debêntures conversíveis (a)	Entre 100% CDI até Pré de 1% a.a.	549.051	-	549.051	-
Outros	Pré de 11,35% até 19,14% a.a.	1.517	151	8.936	2.358
		810.932	**448.533**	**911.881**	**456.464**
Custos de transação		(9.805)	(2.721)	(10.753)	(2.721)
		801.127	**445.812**	**901.128**	**453.743**
Circulante		59.318	261.621	144.455	269.552
Não circulante		741.809	184.191	756.673	184.191

Conforme Norma contábil CPC 39 - Instrumentos financeiros as debêntures conversíveis estão classificadas como instrumentos de dívida pelas características especificadas dos instrumentos emitidos nas 4ª, 6ª e 7ª emissões, as quais, determinam que, apesar de terem sua conversibilidade obrigatória em instrumentos patrimoniais, devem ser apresentadas como instrumentos de dívida até sua conversão, mesmo que não haja previsibilidade de conversão em caixa. A exceção de conversão em caixa refere-se à 2ª série da 6ª emissão que apresenta condições precedentes em seu instrumento de emissão, que quando não cumpridas, podem determinar a liquidação em caixa. A Administração vem cumprindo todos as condições precedentes desta debênture e considera remota a conversibilidade por caixa.

A movimentação do saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures pode ser assim apresentada:

	Controladora	
	31/12/2024	**31/12/2023**
Saldo em 1º de janeiro	**448.533**	**520.736**
Fluxos de caixa	(480.815)	(159.527)
Juros pagos	(35.525)	(61.281)
Juros provisionados	39.818	94.627
Novas captações	381.956	295.524
Debêntures conversíveis (a)	549.051	-
Conversão em debêntures	(92.086)	(241.546)
Saldo em 31 de dezembro	**810.932**	**448.533**

	Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**
Saldo em 1º de janeiro	**456.464**	**512.072**
Fluxos de caixa	(507.934)	(162.964)
Juros pagos	(41.866)	(61.256)
Juros provisionados	41.264	95.344
Adição por aquisição	63.204	-
Novas captações	443.784	315.084
Debêntures conversíveis (a)	549.051	-
Conversão em debêntures	(92.086)	(241.546)
Saldo em 31 de dezembro	**911.881**	**456.464**

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora	**Consolidado**
2026	463.125	465.858
2027	128.727	140.273
2028	6.299	6.314
2029 em diante	143.658	144.228
	741.809	**756.673**

Os montantes garantidos dos empréstimos podem ser assim apresentados:

	Controladora	**Consolidado**
Cessão fiduciária de direitos creditórios	161.723	262.671
Garantia fidejussória prestadas pelas controladas	100.158	100.158

A movimentação dos custos de transação pode ser assim apresentada:

	Controladora	
	31/12/2024	**31/12/2023**
Saldo em 1º de janeiro	**(2.721)**	**(1.807)**
Juros provisionados	**-**	3.194
Novas captações	**(7.084)**	(4.108)
Saldo em 31 de dezembro	**(9.805)**	**(2.721)**

	Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**
Saldo em 1º de janeiro	**(2.721)**	**(1.807)**
Juros provisionados	632	3.194
Impacto por aquisição	(1.580)	-
Novas captações	(7.084)	(4.108)
Saldo em 31 de dezembro	**(10.753)**	**(2.721)**

Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia celebrou Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação de Dívidas Bancárias e outras avenças com seus credores bancários, permitindo um *waiver* com relação a mensuração dos índices financeiros e demais obrigações. Em 22 de março de 2024, o Conselho de Administração, aprovou a colocação privada de debêntures mandatoriamente conversíveis (6° emissão), no montante de até R$470.000. Em 21 de maio de 2024, houve a integralização de R$341.151 através da conversão de dívidas dos principais bancos credores, bem como, no mesmo dia, houve a renegociação de prazo para pagamento do crédito detido pelos credores bancários que optaram por não participar dessa integralização. Com relação as Debêntures, em 04 outubro de 2023, a Companhia realizou uma Assembleia Geral com a presença de mais de 90% dos debenturistas, em que foram repactuados os principais termos e condições da 3ª emissão e, na qual, estabeleceu-se a não aferição de covenants para índice financeiro até dezembro de 2025. A medição do Índice Financeiro voltará a ser mensurada a partir da divulgação das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 dezembro de 2025. O contrato das Debêntures estabelece obrigações restritivas ("Covenants"), entre as quais: (i) prestação de informações contábeis anuais, (ii) inadimplência em transações com instituições financeiras e (iii) manutenção de índices financeiros determinados, definido pelo índice Dívida Líquida/EBITDA, devendo ser menor ou igual a 2,5x ao final do exercício de 2025 em diante. Para reforço de caixa para rescisões e desmobilizações de centros de distribuição a Companhia contratou em 27 de junho de 2024 uma Nota Comercial no valor de R$ 20.000, a qual foi integralizada na 1ª série da 7ª emissão de debêntures, com opção facultativa de conversão em equity ou amortização em 36 meses a partir de janeiro de 2026. Ainda no segundo trimestre de 2024, por meio de sua controlada Moove, o grupo contratou capital de giro no montante total de R$ 55.000, tendo essa operação a finalidade de pré-pagar empréstimos em montante equivalente. Adicionalmente, registrou-se um aumento de R$ 26.489 na linha de debêntures da Controladora, devido principalmente a Nota Comercial no valor de R$ 20.000, conforme mencionado anteriormente, bem como aos juros remuneratórios reconhecidos no período. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições estabelecidas nos contratos mencionados acima e demais contratos. **11.2. Instrumentos financeiros derivativos:** Os contratos de *swap* existentes, vinculados aos contratos de empréstimos, são mensurados ao valor justo. Os valores apurados no final do período podem ser assim apresentados:

	Valor justo		
Valor nominal	**Ponta ativa a receber**	**Ponta passiva(a pagar)**	**Líquido a receber / (a pagar)**
20.000	21.316	(16.940)	4.376
14.000	17.175	(13.805)	3.370
	38.491	**(30.745)**	**7.746**

O valor justo é apresentado no ativo circulante dado que a apuração da marcação a mercado apresenta-se positiva para a empresa no final do período do exercício. A movimentação do saldo de instrumentos financeiros derivativos pode ser assim apresentada:

	Controladora	
	31/12/2024	**31/12/2023**
Saldo em 1º de janeiro	**32.019**	**39.374**
Fluxos de caixa	(33.716)	(22.706)
Juros apropriados	1.697	-
Valor justo dos instrumentos financeiros	-	15.351
Saldo em 31 de dezembro	**-**	**32.019**

	Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**
Saldo em 1º de janeiro	**32.019**	**39.374**
Fluxos de caixa	(33.716)	(22.707)
Juros apropriados	1.697	-
Valor justo dos instrumentos financeiros	7.746	15.352
Saldo em 31 de dezembro	**7.746**	**32.019**

12. DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. É aplicada uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. São reconhecidos os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Direito de uso: A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: Centros de distribuição e demais imóveis: 2 a 12 anos; Caminhões: 5 anos; Sistemas de monitoramento: 5 anos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na nota 4.4. A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso (brutos do PIS e COFINS) reconhecidos e as movimentações durante o período:

	Controladora					
	Vida útil (anos)	**2023**	**Adições e renegociações**	**Baixas**	**Depreciação**	**2024**
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	155.033	21.551	(147.153)	(21.727)	7.704
Caminhões	5	39.680	2.265	-	(9.880)	32.065
Sistemas de monitoramento	5	249	40	(52)	(237)	-
		194.962	**23.856**	**(147.205)**	**(31.844)**	**39.769**

continua >>>

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Eufrázio

sequoia

SEQUOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

CNPJ nº 01.599.101/0001-93

	Controladora					
	Vida útil (anos)	2022	Adições e renego-ciações	Baixas	Depreciação	2023
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	205.510	1.733	(14.895)	(37.315)	155.033
Caminhões	5	50.261	-	-	(10.581)	39.680
Sistemas de monitoramento	5	539	-	-	(290)	249
		256.310	**1.733**	**(14.895)**	**(48.186)**	**194.962**

	Consolidado						
Centros de distribuição	Vida útil (anos)	2023	Adição por aqui-sição	Adições e renego-ciações	Baixas	Depre-ciação	2024
e imóveis	2 a 12	163.473	43.167	24.090	(150.385)	(30.791)	49.554
Caminhões	5	39.680	-	2.266	-	(9.880)	32.066
Sistemas de monitoramento	5	249	-	40	(52)	(237)	-
		203.402	**43.167**	**26.396**	**(150.437)**	**(40.908)**	**81.620**

	Consolidado					
	Vida útil (anos)	2022	Adições e renego-ciações	Baixas	Depreciação	2023
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	267.601	1.816	(46.303)	(59.640)	163.473
Caminhões	5	50.261	-	-	(10.581)	39.680
Sistemas de monitoramento	5	539	-	-	(290)	249
		318.401	**1.816**	**(46.303)**	**(70.511)**	**203.402**

Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nesta data, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam as suas taxas de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. A seguir informamos o impacto no balanço dos juros nominais embutidos do passivo de arrendamento:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo nominal	65.357	340.305	132.735	354.123
(-) Juros embutidos	(10.190)	(89.096)	(26.750)	(90.397)
	55.167	**251.209**	**105.985**	**263.726**
Passivo circulante	27.912	55.404	42.471	62.038
Passivo não circulante	27.255	195.805	63.514	201.688

Os vencimentos do saldo do não circulante estão demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
2026	13.890	20.497
2027	12.867	17.045
2028	423	5.038
2029	75	5.172
De 2030 em diante	-	15.762
	27.255	**63.514**

A movimentação do passivo de arrendamento pode ser assim apresentada:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 1º de janeiro	**251.209**	**300.939**
Fluxos de caixa	(34.492)	(63.673)
Juros provisionados	17.387	30.594
Novos arrendamentos	23.856	1.733
Baixas	(202.793)	(18.384)
Saldo em 31 de dezembro	**55.167**	**251.209**

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 1º de janeiro	**263.726**	**369.374**
Fluxos de caixa	(44.019)	(74.966)
Juros provisionados	21.341	36.326
Adição por aquisição	46.580	1.816
Novos arrendamentos	26.395	-
Baixas	(208.038)	(68.424)
Saldo em 31 de dezembro	**105.985**	**263.726**

Taxa incremental: Utilizamos a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos que estão no escopo do IFRS 16/CPC 06 (R2) por entendermos que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e está alinhada com as características dos contratos. A tabela a seguir demonstra as taxas utilizadas pela Companhia:

Prazos	Taxa ao ano (%)
1 ano	8,33%
2 anos	9,11%
3 anos	9,81%
4 anos	10,30%
5 anos	10,64%
De 6 a 10 anos	11,41%
De 11 a 15 anos	11,55%
Acima de 16 anos	11,63%

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de centros de distribuição e demais imóveis (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplicam a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

13. FORNECEDORES

13.1 Fornecedores e operações de risco sacado:	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores (a)	337.402	86.689	349.757	116.835
Risco sacado (b)	-	31.443	-	33.736
	337.402	**118.132**	**349.757**	**150.571**
Passivo circulante	337.402	109.751	349.757	140.272
Passivo não circulante	-	8.381	-	10.299

(a) Valor inclui saldo a pagar de credores não-financeiros, revisados em função do processo de pedido de Recuperação Extrajudicial. (b) A Companhia possuía contratos firmados com bancos para estruturar com os seus fornecedores estratégicos e prestadores de serviço de frete a operação denominada "risco sacado", com o objetivo de facilitar o fluxo financeiro destes parceiros.

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Impostos federais sobre a receita	18.422	47.974	53.911	122.616
Impostos federais sobre serviços de terceiros	1.273	9.569	4.809	25.331
IRPJ e CSLL	-	8.612	5.173	11.087
	19.695	**66.155**	**63.893**	**159.034**

14.1. Parcelamentos fiscais:	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Parcelamento fiscais (a)	43.630	58.355	70.730	84.644
	43.630	**58.355**	**70.730**	**84.644**
Circulante	9.311	18.524	20.294	26.966
Não circulante	34.319	39.831	50.436	57.678

(a) A Companhia aderiu a planos de parcelamentos com vencimento em até 60 meses para quitação de impostos Municipais, Estaduais e Federais que foram homologados no pagamento da primeira parcela. A abertura do saldo por esfera pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Federal	14.768	35.500	21.129	51.897
Estadual	28.862	21.758	49.601	31.501
Municipal	-	1.097	-	1.246
	43.630	**58.355**	**70.730**	**84.644**

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2026	9.187	14.983
2027	8.968	13.858
2028	8.601	11.884
De 2029 em diante	7.563	9.711
	34.319	**50.436**

14.2. Outros passivos tributários:	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Outros passivos tributários (a)	86.153	-	171.538	-
	86.153	**-**	**171.538**	**-**

(a) A Companhia aderiu a planos de parcelamentos com vencimento em até 60 meses para quitação de impostos Municipais, Estaduais e Federais, porém alguns valores ainda não foram incluídos nos parcelamentos ou estão em processo de homologação pelo Fisco. Desta forma, foram classificados como Outros passivos tributários. **14.3. Obrigações trabalhistas:** Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e opção de participação no plano de pagamento baseado em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Encargos sociais	18.450	21.671	24.401	31.725
Processos trabalhistas a pagar	7.465	262	8.786	900
Salários a pagar	7.384	3.912	9.178	5.310
Provisão para férias e 13º salário	5.045	10.585	11.277	14.346
	38.344	**36.430**	**53.642**	**52.281**

15. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Perdas prováveis	51.574	15.562	302.372	174.309
Passivos contingentes	-	1.385	-	6.251
	51.574	**16.947**	**302.372**	**180.560**

15.1. Perdas prováveis: A Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes constituem provisão, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. O cálculo dos valores de contingência trabalhista considera as decisões dos processos trabalhistas que podem ser procedentes, procedentes em parte ou improcedentes. Para a decisões desfavoráveis à Companhia, a classificação é de perda provável, com provisionamento de 100% do valor da condenação. Os processos ainda sem decisão são classificados como possíveis, e os processos com decisões favoráveis à Companhia são classificados como remotos. A movimentação das contas de provisões para demandas judiciais para cobrir riscos prováveis apresenta-se conforme segue:

	Controladora			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo Em 1º de janeiro de 2023	**3.171**	**820**	**-**	**3.991**
Pagamento de processos	(1.785)	-	-	(1.785)
Complemento/(reversão) de provisão	9.559	2.830	967	13.356
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**10.945**	**3.650**	**967**	**15.562**
Complemento/(reversão) de provisão	7.461	2.379	26.172	36.012
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**18.406**	**6.029**	**27.139**	**51.574**

	Consolidado			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo Em 1º de janeiro de 2023	**7.440**	**19.570**	**6.951**	**33.961**
Pagamento de processos	(3.406)	-	-	(3.406)
Complemento/(reversão) de provisão	14.829	(916)	129.841	143.754
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**18.863**	**18.654**	**136.792**	**174.309**
Complemento/(reversão) de provisão	19.775	(4.345)	111.533	126.963
Adição por incorporação	1.100	-	-	1.100
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**39.738**	**14.309**	**248.325**	**302.372**

A seguir apresenta-se um resumo das principais ações: Provisões trabalhistas: A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2024, são partes em 1.326 reclamações trabalhistas (1.879 em 31 de dezembro de 2023) movidas por ex-colaboradores, prestadores de serviços e motoristas, cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, eventual doença ocupacional, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária e discussão acerca do reconhecimento de eventual vínculo empregatício. As provisões são revisadas periodicamente com base na evolução dos processos para refletir a melhor estimativa corrente. O aumento da provisão entre 2023 e 2024 se deu em virtude do ajuste na forma de provisionamento pela Companhia, que passou a provisionar 100% dos valores liquidados nas decisões desfavoráveis à Companhia. O método anterior de provisionamento considerava média histórica de pagamentos e a realização de acordos, que possibilitavam deságios no desembolso, o que não vem mais acontecendo com frequência, em virtude da situação de caixa da Companhia. Provisões cíveis: Os processos cíveis são movidos, em sua maioria, por consumidores com pedido de indenização por inconsistências em entregas realizadas ou danos aos produtos entregues, bem como por fornecedores que, de modo geral, alegam suposto inadimplemento contratual. Provisões tributárias: As contingências tributárias referem-se, substancialmente, a discussões sobre informações em obrigações acessórias e nas bases de cálculo dos impostos, como, por exemplo, julgamento utilizado pela administração sobre o conceito de insumos que geram créditos de PIS e COFINS; bem como suposto não recolhimento de tributos incidentes sobre as operações da Companhia, com preponderância nos âmbitos federal e estadual. O aumento da provisão entre 2023 e 2024 se deu em virtude da situação de caixa da Companhia, bem como do trabalho de conciliação que a Companhia vem fazendo para fins de transacionar o passivo tributário junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). **15.2. Perdas possíveis:** A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base em avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão contábil constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Trabalhista	2.861	12.164	5.903	22.118
Cível	22.229	92.501	53.814	138.469
Tributária	27.204	11.196	106.740	63.128
	52.294	**115.861**	**166.457**	**223.715**

A seguir apresenta-se um resumo das principais ações: Trabalhistas: Os pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, eventual doença ocupacional, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária e discussão acerca do reconhecimento de eventual vínculo empregatício. Cíveis: Os processos cíveis são movidos em sua maioria por consumidores com pedido de indenização por inconsistências em entregas realizadas ou danos aos produtos entregues e pedidos de revisão de cláusulas contratuais de prestadores de serviços. Tributárias: As contingências tributárias referem-se, substancialmente, a discussões sobre informações em obrigações acessórias e nas bases de cálculo dos impostos, como, por exemplo, julgamento utilizado pela administração sobre o conceito de insumos que geram créditos de PIS e COFINS; bem como suposto não recolhimento de tributos incidentes sobre as operações da Companhia, com preponderância nos âmbitos federal e estadual **15.3. Depósitos e bloqueios judiciais:** A movimentação dos depósitos e bloqueios judiciais pode ser assim apresentada:

	Controladora			Consolidado		
	Cível	Trabalhista	Total	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**186**	**2.743**	**2.929**	**1.311**	**15.609**	**16.920**
Depósito	-	10.710	10.710	-	17.251	17.251
Pagamento/ baixa	-	-	-	(577)	-	(577)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**186**	**13.453**	**13.639**	**734**	**32.860**	**33.594**

16. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Provisão para custos e despesas (a)	22.371	20.406	38.068	23.618
Provisão para partes relacionadas	9.756	1.805	7.662	-
Contas a pagar	9.204	20.000	47.223	20.000
Adiantamentos diversos	-	-	1.652	-
Outros	1.789	-	2.513	1.537
	43.120	**42.211**	**97.118**	**45.155**
Circulante	43.120	42.211	95.892	45.155
Não circulante	-	-	1.226	-

(a) Trata-se de provisões que foram mensuradas conforme a melhor estimativa apurada pela Administração e ainda terão o valor aprovado após a conclusão da prestado

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia era de R$1.002.385 (R$915.155 em 31 de dezembro de 2023), composto por 22.805.854 ações ordinárias nominativas e sem valores nominais (351.837.605 em 2023), totalmente integralizadas e pode ser assim apresentado:

	Ações	Participação
Ações com acionistas de referência	6.808.707	29,9%
Ações em circulação	15.997.147	70,1%
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**22.805.854**	**100,0%**

A movimentação do capital social pode ser assim apresentada:

	R$	Ações
5 de janeiro de 2024 (a)	26	1.182
14 de fevereiro de 2024 (a)	40.724	1.851.081
14 de março de 2024 (a)	161	7.303
14 de março de 2024 (a)	130	31.000
14 de maio de 2024 (a)	141	33.500
13 de junho de 2024 (b)	11.343	515.594
13 de junho de 2024 (b)	34	8.000
12 de julho de 2024 (b)	11.151	506.863
12 de julho de 2024 (b)	68	16.250
6 de setembro de 2024 (b)	283	195.000
13 de setembro de 2024 (c)	17.884	1.660.012
14 de outubro de 2024 (c)	229	158.224
14 de outubro de 2024 (c)	3.294	149.803
8 de novembro de 2024 (c)	1.757	79.877
10 de dezembro de 2024 (c)	5	286
	87.230	**5.213.975**

(a) O Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, por subscrição particular, para atender aos exercícios de opções de compra de ações da Companhia, no âmbito do Primeiro Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações. (b) O Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, por subscrição privada, conforme deliberação aprovada em 24 de abril de 2023. (c) O aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, se deu em atendimento às comunicações de conversão da 4° emissão de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, conforme nota 17.4. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R$2.433.080 por deliberação do Conselho de Administração. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequado. **17.2. Reserva de incentivos fiscais:** A Companhia possui crédito presumido de ICMS no montante de 20% sobre o valor do débito do imposto, nos termos do Convênio CONFAZ ICMS 106/1996. Até 31 de dezembro de 2024, o montante de R$ 9.969 (R$9.969 em 31 de dezembro de 2023) foi reconhecido como subvenção de investimento, por meio da Lei Complementar nº 160/2017 e destinado para reserva de incentivos fiscais, nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76. Como a Companhia não apresentou lucros em 2024, não foi constituída reserva para o benefício de incentivo fiscal no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **17.3. Plano de pagamento baseado em ações:** A Companhia concede a seus principais executivos, administradores e empregados opção de participar no plano de pagamento baseado em ações. O custo de transações liquidadas com ações é mensurado com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, eventos futuros, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As despesas dessas transações devem ser reconhecidas no resultado (rubrica "despesas com pessoal") durante o período em que o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida da reserva de pagamentos baseados em ações, no patrimônio líquido. Os planos de pagamento baseado em ações da Companhia têm por objeto a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia aos participantes com o objetivo de atrair, motivar e reter executivos-chave. Em AGE de 15 de setembro de 2020, foi aprovado o Segundo Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano 2"), ficando o Conselho de Administração e a Diretoria autorizadas a tomar as medidas necessárias para a implantação desse plano. Em 9 de outubro de 2023, o Conselho de Administração aprovou alterações no Plano 2 e as outorgas realizadas foram revogadas, haja visto que nenhuma outorga foi exercida, e novas outorgas foram concedidas visando substituir as outorgas revogadas. Em 6 de setembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou alterações no Plano 2 alterando o valor de exercício para R$ 1,45 mediante pagamento de prêmio de R$ 0,05. As principais características são as seguintes: Limite de 10% do total de ações ordinárias. Período de *vesting*: 25% no primeiro aniversário, 25% no segundo aniversário, 25% no terceiro aniversário e 25% no quarto e último aniversário ou baseado em metas. Preço de exercício: R$1,45; Prêmio pago pelo beneficiário: R$ 0,05. Prazo extintivo: 4 anos a partir da data de outorga ou em caso de término do vínculo empregatício por vontade do beneficiário, o optante terá 30 dias para o exercício de suas opções *vested*; em caso de desligamento por vontade da Companhia por justa causa, as opções serão consideradas automaticamente extintas; em caso de desligamento por vontade da Companhia sem justa causa, o beneficiário terá 6 meses para o exercício das opções *vested*. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada ("*constructive obligation*") de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. O valor justo das opções concedidas foi calculado separadamente pelo tipo de opção, considera o "tempo de permanência do executivo" e utilizou-se o modelo de avaliação contínuo de *Black & Scholes*. A substituição das outorgas gerou impactos no aumento do valor justo das opções, dado que ocorreu benefício aos outorgados, conforme previsto pelo CPC 10 - Pagamento base em ações.

As principais informações relativas ao Plano 2 estão resumidas a seguir:

					Quantidade de opções			
Data da outorga	1ª data de exercício	Data de expiração	Preço de exercício	Valor justo	Limite de outorga	Exercida	Expirada	Limite em vigor
Out/24	Mar/25	Out/28	R$1,45	R$1,90	2.805.000	-	-	2.805.000
					2.805.000	**-**	**-**	**2.805.000**

O pronunciamento técnico CPC 10/IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações determina que os efeitos das transações de pagamentos baseados em ações estejam refletidos no resultado da Companhia. A despesa registrada no resultado da controladora em 2024 foi de R$1.314 (R$2.077 no mesmo período de 2023). **17.4. Debêntures conversíveis:** Debêntures conversíveis: A Companhia emitiu debêntures mandatoriamente conversíveis em ações com as seguintes características:

	4° emissão	6° emissão	7ª emissão
Data de emissão	17 de outubro de 2023	22 de março de 2024	26 de agosto de 2024
Quantidade	341.546.000	396.134.589	131.598.000
Valor unitário	1.000	1	1.000
Total emitido - R$	341.546	396.151	131.598
Primeira série - R$	241.546	341.151	20.593
Integralização	Conversão de créditos detidos anteriormente	Conversão de créditos detidos anteriormente	Moeda corrente
Segunda série - R$	100.000	55.000	111.005
Integralização	Moeda corrente	Moeda corrente	Conversão de créditos detidos anteriormente
Remuneração	Pré-fixado de 12,6825%	Pré-fixado de 12,6825%	
Vencimento	1º de janeiro de2026	1º de janeiro de2026	31 de dezembro de 2027

Para emissão das debêntures conversíveis, a Companhia teve o gasto de R$187, o qual foi registrado em conta específica no Patrimônio líquido. A movimentação pode ser assim apresentada:

	Quantidade	Debêntures - R$
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**231.634**	**224.947**
Conversão em 14 de fevereiro de 2024	(39.209)	(40.724)
Conversão em 14 de junho de 2024	(10.500)	(11.348)
Conversão em 12 de julho de 2024	(10.220)	(11.151)
Conversão em 13 de setembro de 2024	(4.469)	(4.981)
Conversão em 13 de setembro de 2024	(12.183.444)	(12.902)
Conversão em 26 de setembro de 2024 para a 7ª emissão	(99.171)	(111.010)
Integralização da 7ª emissão	111.005	111.005
Conversão em 14 de outubro de 2024	(2.922)	(3.289)
Conversão em 14 de outubro de 2024	(4.748)	(5)
Conversão em 8 de novembro de 2024	(1.547)	(1.757)
Conversão em 10 de dezembro de 2024	(4.700)	(5)
Ações a emitir por aquisição de investimento	-	307.966
Ações a emitir por aquisição de investimento	-	307.966
Transferência para instrumento de dívida	-	(91.836)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**384.116.891**	**903.960**

Ações a emitir por aquisição de investimento: Conforme indicado na nota 7.2, o saldo a pagar pela aquisição da Move3 será quitado mediante a entrega de futuras novas ações de emissão da Companhia. Dado que os critérios de classificação contábil foram atendidos (relacionados, principalmente, com a impossibilidade do pagamento da dívida em caixa e quantidade de ações definida em contrato), essa dívida está sendo apresentada no patrimônio líquido. **17.5. Resultado por ação:** O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício:

	Prejuízo básico	
	2024	2023
Prejuízo do exercício	(1.094.265)	(822.222)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação - em milhares	20.435	9.508
Resultado por ação básico - em R$	**(53,54850)**	**(86,48048)**

O resultado por ação diluído é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas, referentes a opções de compra de ações e debêntures conversíveis e o potencial dilutivo dessas opções é representado por 3.826.614 ações (10.797.023 ações em 2023, pós agrupamento). Devido ao fato de a Companhia ter apresentado prejuízo para os exercícios findo em 31 de dezembro 2024 e 2023, as opções de compra de ações e as debêntures conversíveis não foram consideradas no cálculo por não haver efeito diluidor.

	Prejuízo básico	
	2024	2023
Prejuízo do exercício	(1.094.265)	(822.222)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação - em milhares	20.435	9.508
Resultado por ação diluído - em R$	**(53,54850)**	**(86,48048)**

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas. Imposto sobre vendas: As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos impostos descritos abaixo, e são apresentados líquidos da receita de vendas na demonstração do resultado: • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%; • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; • Imposto Sobre Serviços (ISS) - 2% a 5%; • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - 7% a 12%; • Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) - 1,5%. Esses encargos são apresentados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. A seguir apresenta-se a reconciliação entre a Receita Bruta e a Receita Líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prestação de serviço de operação logística e transporte	174.899	687.197	882.837	874.348
Impostos incidentes	(19.312)	(99.490)	(113.821)	(129.607)
	155.587	**587.707**	**769.016**	**744.741**

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Os custos e despesas operacionais são registrados na demonstração do resultado do exercício quando incorridos. O custo relacionado com a receita de prestação de serviços inclui os salários e encargos de pessoal, os custos com insumos, além da depreciação e amortização de ativos. A reconciliação dos custos e despesas por natureza para os saldos apresentados na demonstração de resultado é como segue:

	Controladora		Consolidado	
Gastos com:	2024	2023	2024	2023
Distribuição e transporte (a)	(152.565)	(422.695)	(629.093)	(527.431)
Pessoal	(168.602)	(218.005)	(198.491)	(317.457)
Depreciação e amortização	(30.414)	(21.859)	(102.619)	(80.418)
Amortização - direito de uso	(31.844)	(48.186)	(40.908)	(70511)
Vendas	(51.495)	(8.787)	(98.263)	(11.250)
Provisão para perdas de crédito esperadas	28.408	(129.849)	46.025	(196.997)
Gerais e administrativas (b)	(246.199)	(42.688)	(281.125)	(56.387)
Provisão (reversão) para demandas judiciais (c)	(34.627)	(28.935)	(99.107)	(92.914)
Serviços de terceiros	(4.989)	(23.743)	(17.596)	(30.900)
	(692.327)	**(944.747)**	**(1.421.177)**	**(1.384.265)**
Apresentados como:				
Custos dos serviços prestados	(298.138)	(627.939)	(794.183)	(831.536)
Despesas comerciais, administrativas e gerais	(394.189)	(316.808)	(626.994)	(552.729)
	(692.327)	**(944.747)**	**(1.421.177)**	**(1.384.265)**

(a) Referem-se a gastos com contratação de serviço de frete terceiro, combustível, pedágio e demais despesas relacionadas a prestação de serviço de transportes, pallets, caixas e demais insumos utilizados na administração dos centros de distribuição. (b) Referem-se a gastos com manutenções em centros administrativos, licenciamentos de softwares de gestão, locação de computadores, seguros administrativos, serviços de comunicação e demais gastos incorridos na gestão. (c) Houve baixa efetiva e reversão de provisão na controladora no monte de R$ 49.947 e no consolidado no montante de R$ 105.499 em 2024.

20. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS E *IMPAIRMENT ÁGIO*

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Impairment de ágio (c)	(186.355)	-	(480.577)	-
Baixa de contrato de arrendamento (d)	24.096	-	24.096	-
Ajuste de preço (a)	-	8.943	-	(36.732)
Venda de investimento (vide nota 8.2)	17.600	(9.507)	17.600	(9.507)
Outras despesas e receitas (b)	38.079	(18.841)	13.739	(13.950)
	(106.580)	**(19.405)**	**(425.142)**	**(60.189)**

(a) (a) Em 2023, refere-se a um acordo realizado com os vendedores da Lotus, TA, Plimor e Prime, ambos formalizados após 12 meses da data de aquisição do investimento. (b) Em 2024, refere-se a resultado líquido na baixa de ativos e cancelamento de contratos de arrendamento. (c) Em 2024 a controladora realizou avaliação de *impairment* sobre os ágios nas controladas e reconheceu perdas sobre os respectivos ágios nas seguintes controladas: Sete Estradas no montante de R$ 65.521, Lotus no montante de R$ 34.379, Nowlog no montante de R$ 22.842, Direcional Transportes no montante de R$ 5.009, YEP Log no montante de R$ 16.424 e YEP Tec. no montante de R$ 194. No consolidado o montante das perdas reconhecidas sobre os ágios das empresas controladas foi de R$ 196.008 na controlada Plimor e R$ 120.011 na empresa Prime. *d) Em 2024, com base no plano de recuperação extrajudicial a administração do Grupo tomou a decisão de encerrar alguns contratos de arrendamento de unidades logísticas e concentrar as operações em locais próprios.

21. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira" nas demonstrações do resultado.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Juros sobre passivo de arrendamento	(17.196)	(28.735)	(17.938)	(34.606)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(93.680)	(97.901)	(121.284)	(98.619)
Juros sobre outros passivos	(14.813)	(42.162)	(23.094)	(77.393)
Resultado líquido de instrumentos financeiros (swap)	(1.697)	(15.351)	-	(15.351)
Efeito de conversão da dívida em debêntures conversíveis	(13.039)	-	(3.707)	-
Despesas bancárias	-	-	(5.526)	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	-	3.800	2.747	3.847
Atualização sobre créditos tributários	154	-	90	-
Descontos obtidos	913	1.640	1.080	2.926
Outras receitas (despesas) financeiras	(23.780)	(18.007)	(29.976)	(27.680)
	(163.138)	**(196.716)**	**(197.608)**	**(246.876)**

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social - correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados pelo valor recuperável esperado ou a pagar para às autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços. A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15% sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R$240 do lucro real por ano, somente no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL. Imposto de renda e contribuição social - diferidos: O imposto de renda diferido ativo e passivo é reconhecido com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía prejuízos fiscais acumulados e constituiu imposto de renda e contribuição sociais diferidos até o limite no qual sua realização é provável em futuro previsível, incluindo o pedido de transação individual junto a PGFN. A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos podem ser assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo fiscal e base negativa	167.853	167.853	167.853	167.853
Provisão para demandas judiciais	17.175	5.012	78.459	41.111
Provisão para perdas no valor recuperável do contas a receber	4.710	16.806	8.738	24.025
Diferenças Temporárias - Alocações Intangível	26.268	21.096	47.600	42.429
Diferenças Temporárias - Ágio fiscal	(33.203)	(32.288)	(69.840)	(68.925)
Passivo de arrendamento	23.612	20.696	33.121	29.960
Instrumentos financeiros derivativos	-	10.887	-	10.887
Crédito extemporâneo	(2.242)	(2.241)	(5.936)	(6.611)
Ativo diferido	**204.173**	**207.821**	**259.995**	**240.729**
Passivo diferido	**-**	**-**	**(15.700)**	**-**

A movimentação dos impostos diferidos pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	207.821	90.103	240.729	112.843
Movimentações com impacto no resultado:				
Prejuízo fiscal e base negativa	-	101.189	-	101.189
Diferenças temporárias	(3.648)	16.529	3.566	26.697
	(3.648)	117.718	3.566	127.886
Saldo final	**204.173**	**207.821**	**244.295**	**240.729**

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro):

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes dos impostos	(1.090.617)	(939.940)	(1.275.418)	(950.108)
Expectativa do imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	370.810	319.580	433.642	323.037
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(92.326)	(119.553)	(507)	(598)
Plano de pagamento baseado em ações	(447)	(708)	(447)	(709)
Reserva de incentivos fiscais	299	1.508	651	2.350
Diferido não constituído sobre prejuízos fiscais	(215.433)	(85.383)	(241.861)	(198.146)
Impairment de ágio	(55.668)	-	(163.114)	-
Perdas	(11.424)	-	(27.610)	-
Diferido não constituído sobre diferenças temporárias	-	-	(3.843)	-
Reversão de crédito diferido	(2.241)	-	(2.241)	-
Outras diferenças permanentes	2.782	2.274	2.356	1.952
Efeito no resultado	**(3.648)**	**117.718**	**(2.974)**	**127.886**
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(6.540)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(3.648)	117.718	3.567	127.886
Taxa efetiva	**0,3%**	**13%**	**0,2%**	**13%**

Em 28 de outubro de 2024, a Companhia protocolou pedido de revisão da capacidade de pagamento e de transação da dívida fiscal em aberto na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e na Receita Federal do Brasil totalizando R$ 433.069 naquela data. A Companhia solicita a concessão de descontos sobre juros e multa, bem como a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas para liquidação de parte do saldo remanescente. Em 19 de março de 2025, a juíza homologou o plano de recuperação extrajudicial e o montante total, que após ajustes dos valores, atingiu R$ 328.743. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía prejuízos fiscais acumulados e constituiu imposto de renda e contribuição sociais diferidos até o limite no qual sua realização é provável em futuro previsível, incluindo o pedido de transação individual junto a PGFN.

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações comerciais: A Companhia mantém transações com partes relacionadas no curso normal de seus negócios representadas por compra e venda de serviços contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, levando-se em consideração a redução de risco de perdas. Transações com controladas, quando aplicável, são eliminadas no consolidado e no cálculo de equivalência patrimonial.

	Controladora		
	Passivo Fornecedores	Passivo Outros passivos	Custo
Transportadora Americana	11.132	2.130	(8.762)

Compartilhamento de despesas: A Companhia possui acordo com as controladas visando o compartilhando de certas despesas corporativas arcadas inicialmente pela Companhia e posteriormente reembolsadas pelas controladas.

	Controladora		
	Ativo	Passivo	Despesas administrativas
Transportadora Americana	13.611	(9.638)	-
GHSX	2.996	-	2.996
	16.607	**(9.638)**	**2.996**

Transações financeiras: A Companhia possui saldo a pagar decorrente de transações financeiras entre partes relacionadas, sem prazo, garantia ou incidência de juros ou correção monetária, conforme a seguir:

	Controladora		
	Ativo	Passivo	Resultado
Transportadora Americana	-	(92.735)	-
ILGJ	-	(15.431)	-
Drops	-	(212)	-
Flash	-	(17.260)	-
Carrier	69	-	-
	69	**(125.638)**	**-**
Circulante	**-**	(1.525)	**-**
Não circulante	16.676	(133.751)	**-**

Remuneração do pessoal-chave da Administração:	2024	2023
Remuneração direta	5.955	6.646
Plano de pagamento baseado em ações e benefícios	1.451	2.088

24. COBERTURA DE SEGUROS

Descrição da cobertura	Cobertura em R$ (000)
Incêndio, raio, explosão ou implosão, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo ou fumaça, desmoronamento, movimentação interna e alagamento ou inundação	317.805
Impacto de veículos terrestres, queda de aeronaves, engenhos aéreos ou espaciais	47.058
Lucros cessantes	69.638
Responsabilidade civil	177.333
Roubo ou de bens, mercadorias ou valores	5.200
Perda ou pagamento de aluguel	11.750
Derrame ou vazamento de chuveiros auto (*sprinklers*) e hidrantes	4.000
Remoção de entulho	3.000
Danos morais, danos materiais ou corporais (acidente de veículos)	2.300
Danos elétricos	5.770
Equipamentos estacionários, móveis e eletrônicos	2.250
Tumulto, greve ou *lock-out*	117
Quebra de vidros e anúncios luminosos	220
Recomposição de registros ou documentos	120

Os veículos possuem seguro com cobertura de 100% do valor do veículo considerado na tabela FIPE. As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

25. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As seguintes transações não afetaram o caixa:	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Recuperação extrajudicial	(113.717)	-	(113.717)	-
Debêntures conversíveis	*549.051*	-	*549.051*	-
Impairment de ágio (intangível)	(164.558)	-	(480.577)	-
Provisões para contingências	(36.012)	-	(126.963)	-
Baixa efetiva de contas a receber	(49.947)	-	(42.809)	-
Ajuste de preço por aquisição de controlada	-	(8.943)	-	(20.091)
Novos contratos de arrendamento	1.759	1.733	4.298	1.816
Contingências de caráter indenizatório	-	(15)	-	(379)

continua >>>

SEQUOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

CNPJ nº 01.599.101/0001-93

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Venda da MRR Logistics Soluctions: A Seguoia Logística e Transportes S.A. concluiu a venda da MRR Logistics Solutions, Unipessoal Ltda. ("Moove Portugal") para o seu administrador por € 1,00 (R$ 5,96 (cinco reais e noventa e seis centavos). A Moove Portugal iniciou as suas operações em 2020, possuindo atualmente 8 funcionários em um galpão alugado com 2.000 m2 de área construída. A empresa em Portugal registrou receita líquida de apenas € 486.705,00 no ano de 2024 (R$ 3.132 aproximadamente), não apresentando lucratividade naquele exercício. Um laudo de avaliação independente concluiu que o valor justo dessa empresa é € 10.582,99 (R$ 35 aproximadamente) e estudos quanto ao custo de encerramento das atividades e liquidação da empresa foram estimados em € 143.933,93 (R$ 858 aproximadamente), incluindo desligamentos, multas contratuais e desmontagem do galpão. Visando focar nas integrações e nas operações do Grupo Move3 Sequoia no Brasil, a administração aprovou a venda para o atual administrador em 7 de fevereiro de 2025. Incorporação da JHO Administração e Participações: Em 1º de janeiro de 2025, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Transportadora Americana, a incorporação da JHO Administração e Participações. O principal objetivo desta operação foi proporcionar ganhos operacionais para as empresas. O acervo líquido incorporado está demonstrado a seguir:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Acervo líquido incorporado
JHO	1.308	29.523	(721)	(22.515)	7.595

Incorporação das empresas Levoo Tecnologia e Serviços de Informação do Brasil e Rodoe Transportes de Encomendas: Em 1º de janeiro de 2025 foi aprovada conforme alteração contratual da Carriers Logística e Transporte, a incorporação das empresas Levoo Tecnologia e Serviços de Informação do Brasil e Rodoê Transportes de Encomendas. O principal objetivo desta operação foi proporcionar ganhos operacionais para as empresas. O acervo líquido incorporado está demonstrado a seguir:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Acervo líquido incorporado
Levoo	976	34	(405)	(203)	403
Rodoê	1.168	832	(4.091)	(500)	(2.592)

Encerramento das atividades da M3: Em 18 de fevereiro de 2025 foi efetuado o encerramento das atividades da M3 Pagamentos Ltda. Em alinhamento com o plano da Administração de promover a reestruturação administrativa com o objetivo da melhoria dos resultados da Companhia. Encerramento das atividades da SF 350 Ltda.:Em 3 de março de 2025 foi efetuado o encerramento das atividades da SF 350 Ltda. Em alinhamento com o plano da Administração de promover a reestruturação administrativa com o objetivo da melhoria dos resultados da Companhia. Plano de recuperação extrajudicial: Em 24 de março de 2025, foi publicada a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que homologou o Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia, o qual envolveu a oferta de 5 opções aos credores para a liquidação das obrigações registradas no balanço de 31 de dezembro de 2024, sendo os valores foram alocados às opções da seguinte forma:

Opções	Liquidação	Limite	Realizado
Opção 1	Conversão em ações	110.000	102.571
Opção 2	Carência 5 anos	Sem limite	147.087
Opção 3	30% alongado	10.000	23
Opção 4	50% alongado	64.000	62.080
Opção 5	30% à vista	17.000	16.982
Total			328.743

Uma vez homologado o Plano de Recuperação Extrajudicial, a Companhia registrou os seguintes lançamentos em sua contabilidade: 1. Redução de R$ 297.486 do saldo de fornecedores a pagar no curto prazo, sendo: i. R$ 145.409 redução nas obrigações envolvendo pagamentos; e ii. R$ 152.077 de transferência de curto para o longo prazo 2. Aumento do capital social em R$ 104.572. 3. Descontos obtidos de R$ 42.838 classificados no resultado financeiro.

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:
Leopoldo de Bruggen e Silva

Contadora:
Patrícia Cunha - CRC SP-267985/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Aos acionistas da **Sequoia Logística e Transporte S.A. - em recuperação extrajudicial -** Barueri - SP **Abstenção de opinião:** Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sequoia Logística e Transporte S.A. - em recuperação extrajudicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Base para abstenção de opinião:** Chamamos a atenção para a Nota 2.5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que indica que a Sequoia Logística e Transportes S.A. incorreu no prejuízo de R$1.094.265 mil e R$1.278.391 mil, individual e consolidado, respectivamente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, conforme o balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R$496.900 mil e R$594.917 mil, individual e consolidado, respectivamente. Adicionalmente, conforme descrito na Nota 2.5 e 26 às demonstrações financeiras, a Sequoia Logística e Transportes S.A. em conjunto com a Transportadora Americana S.A., controladora da Companhia, ajuizaram o pedido de Recuperação Extrajudicial junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e tendo sido deferido em 21 de outubro de 2024. Nos termos da Lei 11.101/2005, a Companhia e suas controladas apresentaram plano de recuperação extrajudicial, incluindo a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados e demonstrando suas viabilidades econômicas e a avaliação dos seus bens e ativos. Considerando a situação patrimonial e financeira e que a Companhia e suas controladas estão em fase de execução do plano de recuperação extrajudicial e que a continuidade operacional dependerá do cumprimento do referido plano que foi homologado em 19 de março de 2025, não nos foi possível determinar, no estágio atual, qual será o desfecho deste assunto e seus impactos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia e suas controladas apresentam, em 31 de dezembro de 2024, no consolidado, imposto de renda e contribuição social diferido, obrigações trabalhistas, tributárias, bem como parcelamentos fiscais dos quais aguardam deferimento da proposta de renegociação e regularização de seus débitos a serem negociados para sanar a totalidade de suas dívidas tributárias e previdenciárias. Dessa forma, não nos foi possível determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, devido ao desfecho desse assunto quando regularizados. Consequentemente, não nos foi possível efetuar procedimentos de auditoria que nos permitissem concluir sobre os eventuais ajustes decorrentes desses assuntos no balanço patrimonial, demonstração de resultado e nos elementos componentes das demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas nessa data, bem como, concluirmos se o pressuposto de continuidade, base para a elaboração dessas demonstrações financeiras, é apropriado. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* Fomos contratados para examinar, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, preparadas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre as demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas acima referidas. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 11 de junho de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Lazaro Angelim Serruya
Contador CRC DF-015801/O

EY Building a better working world

FRAZÃO Leilões

LEILÃO DE IMÓVEIS

Online e Presencial

24/06/2025
3ª feira – às 11h00

Prestador de Serviço Autorizado Itaú

O leilão já está aberto na internet para receber lances. Condomínio e IPTU quitados pelo ITAÚ até o dia do leilão.

CASAS, APARTAMENTOS E TERRENOS

LOTE 001 - RIO DE JANEIRO/RJ - Rua Claudio Abramo, 50, Apartamento 401. Lance mínimo R$ 552.600,00 * **LOTE 002 - SÃO PAULO/SP -** ITAQUERA - APARTAMENTO - R. Roque Polidoro, 163, apto 28 no Condomínio Roque Polidro. Lance mínimo R$ 134.300,00 * **LOTE 003 - PORTO ALEGRE/RS -** PARTENON - RESIDÊNCIA MULTIFAMILIAR - Rua Henrique Fraeb, 145/147. Trata-se de imóvel com 02 moradias, sendo o nº 145 residência no térreo e nº 147 residência pavimento superior. Lance mínimo R$ 361.500,00 * **LOTE 004 GOIOERÊ/PR -** MOREIRA SALES - TERRENOS - Terreno nº 03, com frente para a Estrada "D", e terreno nº 11, com frente para a Rua Projetada "O", esq. com a Rua projetada "N", ambos da quadra nº 13, do Jardim Bela Vista. Lance mínimo R$ 42.800,00 * **LOTE 005 - GUARULHOS/SP -** MACEDO - APARTAMENTO - Rua Consul Orestes Corrêa, 79, apto nº 22, Bloco 06 do Condomínio Premium Guarulhos, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 408.400,00 * **LOTE 006 - LAURO DE FREITAS/BA -** RECREIO DE IPITANGA - APARTAMENTO – Av. Jaime Vieira Lima, 748, apto 406 da Torre 2 - Napoli, Condomínio Cittá Lauro de Freitas, com uma vaga de garagem 93. Lance mínimo R$ 200.700,00 * **LOTE 007 - ILHA DE ITAMARACÁ/PE -** PILAR - CASA - Rua Timbiras, s/nº, casa nº 02, Lote 1-C da quadra E, Residencial Aurenita Ramos, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 74.000,00 * **LOTE 008 - RIO DE JANEIRO/RJ -** ITANHANGÁ - CASA - Rua Buritana, 69, Lote 7 da Quadra II - Condomínio Village das Pedras. Lance mínimo R$ 599.400,00 * **LOTE 009 - PARNAÍBA/PI -** SÃO JUDAS TADEU - CASA - Rua Maria Celeste de Jesus, 265 - Lote 11. Lance mínimo R$ 284.500,00 * **LOTE 010 - SANTA MARIA/RS -** CENTRO - APARTAMENTO – Av. Itambé, 35, apto 602, Condomínio Edifício Golden Park, com uma vaga de garagem, box-07, pavimento térreo. Lance mínimo R$ 413.600,00 * **LOTE 011 - PARANAPANEMA/SP -** TERRAS DE SANTA CRISTINA XII - CASA - Rua 179, 286, Condomínio Riviera de Santa Cristina XIII. Lance mínimo R$ 849.700,00 * **LOTE 012 - SÃO GONÇALO/RJ -** COELHO - CASA - Rua Pinheiro Chagas, 725, casa 5. Lance mínimo R$ 102.600,00 * **LOTE 013 - PAULO AFONSO/BA -** CAMINHO DOS LAGOS - APARTAMENTO - Rua Lago da Paz, 375, apto 02. Lance mínimo R$ 70.400,00 * **LOTE 014 - BRUSQUE/SC -** JARDIM MALUCHE - CASA - Rua Bruno Maluche, 145. Lance mínimo R$ 1.429.700,00 * **LOTE 015 - SALVADOR/BA -** CAMPINAS DE PIRAJÁ - APARTAMENTO – Estr. Campinas de Pirajá, 14, apto 204 - Edifício Jequitibá do Condomínio Parque Campinas. Lance mínimo R$ 102.500,00 * **LOTE 016 - RIO DE JANEIRO/RJ -** CATUMBI - APARTAMENTO - Rua Queiroz Lima, 89, apto 201. Lance mínimo R$ 189.400,00 * **LOTE 017 - MESQUITA/RJ -** SANTO ELIAS - CASA - Rua Josefina, 647, Casa 02, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 182.400,00 * **LOTE 018 - ITUMBIARA/GO -** BEIRA RIO I - CASA - Rua dos Buritis, 35, lote 20 da quadra 02 do Residencial Beira Rio I. Lance mínimo R$ 1.256.000,00 * **LOTE 019 - PAULISTA/PE -** JANGA - APARTAMENTO - Rua Palmares, 320, apto 101, 1º pavimento elevado, do Bloco M do Condomínio Residencial Cristina Tavares, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 72.800,00 * **[LOTE 020 - MARACANAÚ/CE -** CÁGADO - CASA - Rua 15, nº 384 B, (in loco 1309), parte do lote 39 Quadra 29, no Parque Antônio Viana. Lance mínimo R$ 68.600,00 * **LOTE 021 - SÃO PAULO/SP -** VILA CARMOSINA - CASA - Rua Pedro Feliciano, 230, casa nº 4 do Residencial Kiyo. Lance mínimo R$ 193.800,00 * **LOTE 022 - GOIOERÊ/PR -** COLINA VERDE - CASA – Av. Manuel Bandeira, 265, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 298.200,00 * **LOTE 023 - SÃO LEOPOLDO/RS -** CENTRO - SALA COMERCIAL - Rua Marquês do Herval, 688, Sala comercial nº 102, andar térreo ou 1º pavimento do Edifício Petrópolis. Lance mínimo R$ 64.400,00 * **LOTE 024 - HORTOLÂNDIA/SP -** PARQUE DO HORTO - CASA - Rua Palmas, 101. Lance mínimo R$ 132.500,00 * **LOTE 025 - SÃO CRISTOVÃO/SE -** MADRE PAULINA - CASA - Rua L, 132, lote 14, quadra "S", Villas de São Cristóvão. Lance mínimo R$ 86.800,00 * **LOTE 026 - SÃO PAULO/SP -** VILA ALBERTINA - APARTAMENTO - Rua Bartholomeu do Canto, 94, apto 204 - Torre B, Condomínio Residencial Plano & Bairro do Limão. Lance mínimo R$ 195.300,00 * **LOTE 027 - CASCAVEL/PR -** CENTRO - APARTAMENTO - Rua Salgado Filho, 2019, apto 302, Vaga 34-A/34-B e Depósito 34 do Edifício Ana Julia, com duas vagas de garagem nº34A/34B, e 01 depósito de nº 34. Lance mínimo R$ 507.300,00 * **LOTE 028 - SÃO PAULO/SP -** CIDADE ADEMAR - CASA - Rua Ana Amélia Lopes Âncona, 52. Lance mínimo R$ 296.700,00 * **LOTE 029 - PRAIA GRANDE/SP -** CAIÇARA - APARTAMENTO COM 02 VAGAS - Rua João Piedade Gomes, 344, Apto. 803, do Residencial Petros Mello I. Lance mínimo R$ 846.900,00 * **LOTE 030 - GRAVATAÍ/RS -** PARQUE OLINDA - APARTAMENTO - Rua Fredolino Schmitz, 1462, apto 202 do Bloco 01 do Condomínio Residencial São Paulo. Lance mínimo R$ 102.700,00 * **LOTE 031 - CUIABÁ/MT -** SANTA LAURA - CASA - Rua 06, 89, Lote 03 da Quadra 04, Casa 03 do Residencial Aricá. Lance mínimo R$ 155.300,00 * **LOTE 032 - MAJOR IZIDORO/AL -** CENTRO - CASA - Rua José Antonio de Souza França, 54. Lance mínimo R$ 284.000,00 * **LOTE 033 - CARLÓPOLIS/PR -** CENTRO - CASA - Rua Antônio Jonas Ferreira Pinto, 546, esq. com a Rua Francisco Avelino de Paiva. Lance mínimo R$ 509.900,00 * **LOTE 034 - ITAPECERICA DA SERRA/SP -** BAIRRO DAS PALMEIRAS - CASA - I - Rua Suzuka, 1.135, lote 10 da quadra 21B do Residencial Parque Delfim Verde II. Lance mínimo R$ 1.177.200,00 * **LOTE 035 - UCHOA/SP -** PAULINO DAVANZZO III - CASA - Rua Carmem Martins Franco, 61. Lance mínimo R$ 289.200,00 * **LOTE 036 - JAGUAPITÃ/PR -** RESIDENCIAL JARDIM BELA VISTA I - CASA - Rua Francisco Theobaldo Netto, 350. Lance mínimo R$ 104.100,00 * **LOTE 037 - RIO DE JANEIRO/RJ -** JACAREPAGUÁ - APARTAMENTO – Estr.de Camorim, 120, apto. 301, Bloco 12 no Condomínio Vivenda de Jacarepaguá, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 123.200,00 * **LOTE 038 - SUMARÉ/SP -** JARDIM RECANTO DOS SONHOS - APARTAMENTO - Rua José Vieira dos Santos, 564, nº 24, Bloco 21, Condomínio Residencial Sumaré IV, do Porto Feliz Condomínio Clube, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 158.600,00 * **LOTE 039 - ITANHAÉM/SP -** CORUMBÁ - CASA - Rua José Vicente Moreira, 47, casa B. Lance mínimo R$ 173.700,00 * **LOTE 040 - VOLTA REDONDA/RJ -** RETIRO - APARTAMENTO - Rua Bismark Oliveira Pontes, lote 2.581, apto 205 do Condomínio Residencial Recanto do Ypê, com uma vaga de garagem nº 6. Lance mínimo R$ 217.700,00 * **LOTE 041 - TRAMANDAÍ/RS -** INDIANÓPOLIS - CASA - Rua Claiton Hoffmeister, 2391, lote 17, quadra 81, setor 58. Lance mínimo R$ 150.000,00 * **LOTE 042 - GUAXUPÉ/MG -** JARDIM REGULADOR - CASA - Rua João Francisco Pallos, 300. Lance mínimo R$ 195.900,00 * **LOTE 043 - UBERLÂNDIA/MG -** JARDIM HOLANDA - APARTAMENTO – Al. José de Oliveira Guimarães, 700, apto. 301 no Bloco 16 do Residencial Parque United Kingdon, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 139.700,00 * **LOTE 044 - SALTO DE PIRAPORA/SP -** BAIRRO DA ILHA - CASA - Rua das Mangueiras, 297. Lance mínimo R$ 297.600,00 * **LOTE 045 - SÃO GONÇALO/RJ -** JARDIM CATARINA - CASA - Av. Padre Vieira, 1654 - Casa 01. Lance mínimo R$ 153.000,00 * **LOTE 046 - SÃO PAULO/SP -** VILA ANDRADE - APARTAMENTO COM 02 VAGAS (nºs 56G e 61M) - Rua Nelson Gama de Oliveira, 1113, Ruas Caxingó e Catarinenses e Vielas 37 e 65, Apartamento nº 211, do edifício Actual Versatile (bloco b), integrante do Residencial "Actual Morumbi". Lance mínimo R$ 544.900,00 * **LOTE 047 - PLANALTINA/GO -** BRASILINHA SUDOESTE - CASA - Rua 48, lote 20, quadra 193. Lance mínimo R$ 94.500,00 * **LOTE 048 - RIO DE JANEIRO/RJ -** PILARES - CASA - Rua Francisca Vidal, 181, Casa - 04 (fundos). Lance mínimo R$ 158.800,00 * **LOTE 049 - RIO DE JANEIRO/RJ -** CAMPO GRANDE - APARTAMENTO - Rua Eulino Nogueira, 400, apto 106, do Bloco 07, Condomínio Front Park, Freguesia de Guaratiba, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 289.300,00 * **LOTE 050 - RIO DE JANEIRO/RJ -** BARRA DA TIJUCA - SALA COMERCIAL – Av. das Américas, 2300, Sala 119 do Bloco B - Condomínio Blue Sky, COM uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 135.300,00 * **LOTE 051 - SÃO PAULO/SP -** VILA MATILDE - CASA - Rua Moisés Marx, 220, casa 06 do Condomínio Residencial Victory, coma uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 501.900,00 * **LOTE 052 - SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ/MG -** SÃO JOSÉ - CASA - Rua Joinville, 274. Lance mínimo R$ 109.600,00 * **LOTE 053 - TAUBATÉ/SP -** CENTRO - SALA COMERCIAL - Rua Cel. Marcondes de Mattos, 36, Sala 15 do Condomínio Edifício Três Irmãos. Lance mínimo R$ 81.500,00 * **LOTE 054 - RONDONÓPOLIS/MT -** JARDIM HD - CASA - Rua Alzira Alves de Brito, 16, lote 12, quadra 02. Lance mínimo R$ 364.000,00 * **LOTE 055 - BELFORD ROXO/RJ -** SANTO ANTÔNIO DA PRATA - CASA - Rua Dona Justina de Souza, 178, Casa 02. Lance mínimo R$ 121.300,00 * **LOTE 056 - MAGÉ/RJ -** IPIRANGA - CASA - Rua Manoel Francisco Dumonte (antiga Rua Dois), 325. Lance mínimo R$ 82.300,00 * **LOTE 057 - NILÓPOLIS/RJ -** CENTRO - APARTAMENTO – Estr. General Mena Barreto, 355, apto 801, no Condomínio Edifício Gisela. Lance mínimo R$ 115.300,00 * **LOTE 058 - OSÓRIO/RS -** ATLÂNTIDA SUL - CASA - Rua Cabo Frio, 1253 - lote 07 da quadra 193, setor 393. Lance mínimo R$ 226.800,00 * **LOTE 059 - CARUARU/PE -** ALTO DO MOURA - CASA - Rua Alfredo Felix da Silva, 105-A, Duplex nº 2 do Condomínio Edilício, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 239.500,00 * **LOTE 060 - CAXIAS DO SUL/RS -** MEDIANEIRA - APARTAMENTO - Rua Cremona, 746, apto 48 do Bloco D no Edifício Ana Capri, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 180.000,00 * **LOTE 061 - ATIBAIA/SP -** JARDIM SIRIEMA - CASA - Rua Lamartine Fagundes, 467, esq. com a Rua José Amadeu Orestes Pérgola. Lance mínimo R$ 1.250.400,00 * **LOTE 062 - BELO HORIZONTE/MG -** CENÁCULO - APARTAMENTO - Av. Vilarinho, 3050, apto 201 do Bloco 02, no Condomínio Rossi Jardins Praças Residenciais, com vaga de garagem. Lance mínimo R$ 229.100,00 * **LOTE 063 - SÃO VICENTE/SP -** VILA JOCKEY CLUB - CASA - Rua Indayuba, 500, sobrado nº 06 do Condomínio Residencial Ana Beatriz 2, com duas vagas de garagem. Lance mínimo R$ 167.300,00 * **LOTE 064 - NILÓPOLIS/RJ -** NOVA CIDADE - CASA - Rua Rui Barbosa, 513, Casa 07. Lance mínimo R$ 106.200,00 * **LOTE 065 - NITERÓI/RJ -** ITAIPU - CASA – Av. Prefeito Altivo Mendes Linhares, 827, casa 02. Lance mínimo R$ 567.300,00 * **LOTE 066 - FORTALEZA/CE –** PAPICU – APTO. C/ 02 VAGAS (nºs 71 e 72) - Rua Pereira de Miranda, 555, Apto. 133, tipo C3-2v, Torre 02, Residencial Helbor Condomínio Parque Clube Fortaleza 2, Setor A. Lance mínimo R$ 247.600,00 * **LOTE 067 - NITERÓI/RJ -** FONSECA - APARTAMENTO - Rua Leite Ribeiro, 57, apto 1201, e vaga de garagem nº 41 do 3º piso do Edifício Magdalena Terrasa. Lance mínimo R$ 447.500,00 * **LOTE 068 - JOINVILLE/SC -** JOÃO COSTA - APARTAMENTO - Rua Manuel Agostinho de Carvalho, 350, apto nº 403, bloco 09, tipo I, e a vaga de garagem. Condomínio Residencial Park Sul. Lance mínimo R$ 155.600,00 * **LOTE 069 - SÃO PAULO/SP -** PARQUE ORATÓRIO II - APARTAMENTO - Rua das Águias Reais, 281, apto nº 62, Bloco 02 no Condomínio Residencial Bem-Te-Vis, com uma vaga de garagem, Lance mínimo R$ 183.400,00 * **LOTE 070 - GUARULHOS/SP -** VILA NOVA BONSUCESSO - SOBRADO DE USO MISTO - Rua Descoberto, 53. Lance mínimo R$ 422.200,00 * **LOTE 071 - BARREIRAS/BA -** MORADA NOBRE - TERRENO - Rua Mateus Viana de Souza, nº476, Lotes 06, 07, 22, 23, Quadra 41. Lance mínimo R$ 164.800,00 * **LOTE 072 - JI-PARANÁ/RO -** DOM BOSCO - TERRENO - Rua Rio Guaporé, 1032 - 38 da Quadra 40, setor 0102. Lance mínimo R$ 172.900,00 * **LOTE 073 - MARACANAÚ/CE -** BOA VISTA - CASA - Rua 10, Casa nº 141. Lance mínimo R$ 112.000,00 * **LOTE 074 - JARAGUÁ/GO -** GENOVEVA PARK - CASA - Rua D-06, Lote 16 Quadra 19. Lance mínimo R$ 166.000,00 * **LOTE 075 - RIO DE JANEIRO/RJ -** ANIL - APARTAMENTO – Estr. do Engenho d'Água, 1451, apto nº 1110 do Bloco 4, Condomínio Up Barra. Lance mínimo R$ 229.500,00 * **LOTE 076 - SÃO PAULO/SP -** VILA PRUDENTE - CASA - Rua Chamantá, 556. Lance mínimo R$ 995.900,00 * **LOTE 077 - PINDAMONHANGABA/SP -** CAMPO ALEGRE - CASA - Rua Elpídio Salles Duarte, 221, no Lote 179 do Jardim Imperial. Lance mínimo R$ 259.100,00 * **LOTE 078 - RIO DE JANEIRO/RJ -** CAMPO GRANDE - CASA – Estr. Serra Alta, 167, casa/apto 107 do bloco 06 do Condomínio Residencial Beija Flor das Laranjeiras II, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 151.800,00 * **LOTE 079 - NITERÓI/RJ -** ITAIPU - CASA - Rua Hílton Alexandre dos Santos, 136 - Itaipu, Niterói/RJ. Lance mínimo R$ 260.400,00 * **LOTE 080 - CRICIÚMA/SC -** MINA DO MATO - APARTAMENTO – Av. Presidente Juscelino, 595, apto 203 e vaga de garagem 78, ambos do Bloco 01 do Edifício Residencial Mont Blanc. Lance mínimo R$ 268.400,00 * **LOTE 081 - SÃO PAULO/SP -** RESERVA RAPOSO – APTO. COM 01 VAGA - Rua German Lorca, s/nº, Apto, nº 22, Torre A, condomínio Amapá. Lance mínimo R$ 205.400,00 * **LOTE 082 - MARINGÁ/PR -** ZONA 1 - APARTAMENTO COM 02 VAGAS - Rua Vereador Basílio Sautchuk, 762, esq. com a Av. Tamandaré, 806, Apto. 1.104, Condomínio Edifício Gran Art. Lance mínimo R$ 674.000,00 * **LOTE 083 - RIO LARGO/AL -** PREFEITO ANTONIO LINS DE SOUZA - CASA – Estr. Otton Bezerra de Melo, (Rodovia BR 104), casa nº 02 do Condomínio Horizontal, lotes 5/6/7 da quadra A (ou 8/9/10, conf. Prefeitura local). Lance mínimo R$ 40.100,00 * **LOTE 084 - PLANALTINA/GO -** SETOR LESTE - APARTAMENTO - Rua D, apto nº 202 e Vaga VG-202, Condomínio Residencial Heitor. Lance mínimo R$ 97.200,00 * **LOTE 085 - CAMPO GRANDE/MS -** ALVES PEREIRA - CASA - Rua da Armação, 164, Jardim Colibre II. Lance mínimo R$ 178.000,00 * **LOTE 086 - BAURU/SP -** JARDIM ALVORADA - APARTAMENTO - Rua Olavo Moura, 10-20, apto. 201, Bloco 10, Condomínio Parque Bela Espanha, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 146.000,00 * **LOTE 087 - PLANALTINA/GO -** BRASILINHA LESTE - CASA - Rua 48, s/n, Lote 6-A Quadra 122, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 79.600,00 * **LOTE 088 - PORTO VELHO/RO -** ULISSES GUIMARÃES - CASA - Rua Nilton Azevedo, 11325, Condomínio Residencial JVC, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 78.400,00 * **LOTE 089 - PORTO ALEGRE/RS -** MEDIANEIRA - APARTAMENTO - Av. Porto Alegre, 59, Apto. 101 do Edifício. Lance mínimo R$ 131.500,00 * **LOTE 090 - SÃO PAULO/SP -** PIRITUBA – CASA – Rua Tacoativa, 190. Lance mínimo R$ 235.600,00 * **LOTE 091 - ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS/GO -** JARDIM BRASÍLIA - CASA - Rua 1, Casa 06 no Condomínio Residencial Paula XXV, lote 12 da quadra 75, conjunto A, setor 12, Parque da Barragem. Lance mínimo R$ 94.700,00 * **LOTE 092 - SÃO VICENTE/SP -** VILA VALENCA - APARTAMENTO – Av. Prefeito José Monteiro, 548, apto 12 do Edifício Arcenciel. Lance mínimo R$ 204.200,00 * **LOTE 093 - SÃO PAULO/SP -** VILA SOFIA – APARTAMENTO - Rua Moliére, 390, apto 13, 1º andar, Edifício Maison D'Orsay, Jardin Des Arts, depósito e 2 vagas de garagem. Lance mínimo R$ 756.900,00 * **LOTE 094 - CONTAGEM/MG -** SAPUCAIAS II - APARTAMENTO – Av. Diamante, 1030, apto nº 303, do Bloco 11, do subcondomínio 02, Residencial Bosque das Águas, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 111.300,00 * **LOTE 095 - RIO DE JANEIRO/RJ -** PEDRA DE GUARATIBA – CASA – Rua Soldado Anélio da Luz, 150, sobrado geminado 107. Lance mínimo R$ 140.400,00 * **LOTE 096 - SÃO PAULO/SP -** VILA DAS MERCÊS - APARTAMENTO - Rua Nossa Senhora das Mercês, 865, apto nº 46 no Bloco B do Conjunto Residencial Be Happy, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 371.400,00 * **LOTE 097 - TERESÓPOLIS/RJ -** ALBUQUERQUE - CASA – Estr. Isaías Vidal, 880, área 86 do Condomínio Paradiso, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 412.700,00 * **LOTE 098 - FORTALEZA/CE - CENTRO -** SALA COMERCIAL - Rua São Paulo, 32, Sala Comercial 1212 do Edifício General Tibúrcio. Lance mínimo R$ 94.800,00 * **LOTE 099 - RIO DE JANEIRO/RJ -** ILHA DO GOVERNADOR - CASA - Rua Santo Ambrósio de Sena, 567 - Pitangueiras. Lance mínimo R$ 653.700,00 * **LOTE 100 - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR -** ROSEIRA DE SÃO SEBASTIÃO - APARTAMENTO - Rua Zilá Oliveira, 26, apto 34 do Condomínio Ed. Rio Nilo. Lance mínimo R$ 154.900,00 * **LOTE 101 - EXTREMOZ/RN -** REDINHA NOVA - CASA - Rua Barra do Rio, 1132 - Deolindo Lima. Lance mínimo R$ 142.400,00 * **LOTE 102 - CIDADE OCIDENTAL/GO -** JARDIM DOM BOSCO - CASA - Rua Gilberto Mendonça Talles, Lote 9, Quadra 1. Lance mínimo R$ 108.900,00 * **LOTE 103 - PARNAMIRIM/RN -** NOVA PARNAMIRIM - APARTAMENTO – Av. São João Del Rey, 164, apto 404, do Bloco F no Portal do Jique II, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 70.800,00 * **LOTE 104 - RIO DE JANEIRO/RJ -** TAQUARA - CASA - Estrada Mapuá, 260 - Freguesia de Jacarepaguá. Lance mínimo R$ 372.300,00 * **LOTE 105 - MONGAGUÁ/SP -** BALNEÁRIO ITAGUAÍ - CASA - Rua José Moraes de Aguiar, 901. Lance mínimo R$ 198.200,00 * **LOTE 106 - RIBEIRÃO PRETO/SP -** JARDIM MOSTEIRO - APARTAMENTO - Rua Belmonte, 78, apto 21, Condomínio Edifício Machado, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 246.900,00 * **LOTE 107 - MARÍLIA/SP -** PALMITAL - CASA - Rua Henrique Dias, 526. Lance mínimo R$ 207.400,00 * **LOTE 108 - RIBEIRÃO DAS NEVES/MG -** TONY (JUSTINÓPOLIS) - APARTAMENTO - Rua Padre Joviano, 165, apto 101 do Bloco 24, Residencial Roma. Lance mínimo R$ 82.000,00 * **LOTE 109 - SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER/ MT -** CENTRO - CASA - Av. Santo Antônio, 151, lote 555 da quadra 09. Lance mínimo R$ 179.300,00 * **LOTE 110 - RIO DE JANEIRO/RJ -** ANIL - APARTAMENTO – Estr. do Engenho d'Água, 1451, apto 306 - Bloco 2 no Condomínio Up Barra. Lance mínimo R$ 230.500,00 * **LOTE 111 - GOIÂNIA/GO -** CONJUNTO RESIDENCIAL ARUANÃ I - CASA - Rua F1, s/nº, Lote 25 da Quadra 04. Lance mínimo R$ 302.700,00 * **LOTE 112 - RIO DE JANEIRO/RJ -** TAQUARA - APARTAMENTO – Estr. Meringuava, 1763, apto 201 do Bloco 3 - Edifício Poços de Caldas, Condomínio Morada dos Mananciais, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 166.600,00 * **LOTE 113 - GOIÂNIA/GO -** ALTO DO VALE - CASA - Rua RB-11, Casa 01 no Condomínio Residencial Alto Vale RB Onze, lote 19, quadra 07, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 205.000,00 * **LOTE 114 - SÃO CAETANO DO SUL/SP -** OLÍMPICO - APARTAMENTO - Rua Luís Louza, 221, apto 15, e vaga 408, Edifício Lexington - Bloco II do Central Park Residence. Lance mínimo R$ 516.700,00 * **LOTE 115 - SOROCABA/SP -** ITAVUVU - CASA - Av. Dr. Ulysses Guimarães, 2023. Lance mínimo R$ 218.800,00 * **LOTE 116 - BAURU/SP - JARDIM AMÉRICA -** APARTAMENTO – Av. Nossa Senhora de Fátima, 4-86, apto 140, do Edifício Gaivotas, com três vagas de garagem. Lance mínimo R$ 939.400,00 * **LOTE 117 - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP -** BAIRRO DA GRAMA - APARTAMENTO – Trav. Hermínio Intrieri, 221, apto nº 201 no Bloco 02 do Residencial Bosque de Sant'Ana, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 164.500,00 * **LOTE 118 - SANTOS/SP -** AREIA BRANCA - CASA - Rua Remo Petrarchi, 33, térreo. Lance mínimo R$ 205.700,00 * **LOTE 119 - RIO BRANCO/AC -** Bosque – Casa - Rua Hugo Carneiro, 840, esq. com a Rua da Alegria. Lance mínimo R$ 660.400,00 * **LOTE 120 - RIBEIRÃO PRETO/SP -** PARQUE DOS LAGOS - APARTAMENTO – Al. Francisco Cristófani, 795, apto nº 306, Bloco 05, Condomínio Parque Residence, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 166.200,00 * **LOTE 121 - RIO DE JANEIRO/RJ -** ILHA DO GOVERNADOR - APARTAMENTO – Av. Paranapuan, 2110, apto nº 203, casa 16 (bloco) do Vivendas Carlos Melo Maranhão, Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda. Lance mínimo R$ 107.900,00 * **LOTE 122 - MARILUZ/PR -** CENTRO - CASA - Rua Alagoas, 1219. Lance mínimo R$ 102.400,00 * **LOTE 123 - ITAPEMA/SC -** MEIA PRAIA - APARTAMENTO - Rua 226, nº 360, apto nº 1002, do Edifício Cartagena Residence, vagas de garagem n.º 15 e 23. Lance mínimo R$ 1.292.200,00 * **LOTE 124 - BLUMENAU/SC -** PASSO MANSO - APARTAMENTO - Rua Elvira Bornhofen, 200, apto nº 42 e vaga de garagem nº 142 do bloco 1 do Condomínio Morada dos Manacás. Lance mínimo R$ 138.300,00 * **LOTE 125 - TATUÍ/SP -** ÁGUA BRANCA - CASA - Rua José Paulo Pierotti, 140, Condomínio Parque Residencial São Marcos. Lance mínimo R$ 870.700,00 * **LOTE 126 - RIO DE JANEIRO/RJ -** ENGENHO NOVO - APARTAMENTO - Rua Vaz de Tolêdo, 651, apto nº 202 - Engenho Novo, Rio de Janeiro/ RJ. Lance mínimo R$ 115.600,00 * **LOTE 127 - TAQUARITINGA/SP –** TALAVASSO – CASA - Rua Antônio Pirovani, 57 - Residencial Portal da Serra. Lance mínimo R$ 271.600,00 * **LOTE 128 - BELÉM/PA -** MANGUEIRÃO - APARTAMENTO - Rua Damasco, s/nº, na Rodovia Augusto Montenegro, apto nº 206, tipo F, Bloco IV, do Conjunto Residencial Augusto Montenegro I. Lance mínimo R$ 79.800,00 * **LOTE 129 - PRESIDENTE PRUDENTE/SP -** VILA LÚCIA ITADA - CASA - Rua José Morandi Júnior, 226. Lance mínimo R$ 368.200,00 * **LOTE 130 - LEOPOLDINA/MG -** BELA VISTA - CASA ASSOBRADADA - Rua João Teixeira de Moura Guimarães, 17, casa no 2º pavimento - Bloco 03, Condomínio Edílio. Lance mínimo R$ 89.200,00 * **LOTE 131 - SÃO PAULO/SP -** CENTRO - SALA COMERCIAL - Rua Líbero Badaró, 462, Sala Comercial nº 61, Condomínio Edifícios e Galeria Gerbur. Lance mínimo R$ 182.900,00 * **LOTE 132 - BLUMENAU/SC -** ÁGUA VERDE - APARTAMENTO - Rua Margarida Waldrich, 56, apto 114 no Bloco 01 do Condomínio Residencial Colinas de Blumenau, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 172.000,00 * **LOTE 133 - SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP -** VILA EUCLIDES - APARTAMENTO – Av. Senador Fláquer, 524, apto nº 32 do Tipo C do Condomínio Edifício Aspen, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 180.000,00 * **LOTE 134 - IACANGA/SP -** RESIDENCIAL VALE DAS ÁGUAS - CASA - Rua José Pelegrineli Júnior, 524, (antiga Rua 02). Lance mínimo R$ 343.900,00 * **LOTE 135 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO -** JARDIM PAMPULHA - CASA – Av. dos Tabeliães, lote 08 da quadra K-12, Casa geminada nº 02, Condomínio Balder Construtora XLII, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 177.000,00 * **LOTE 136 - PORTO ALEGRE/RS -** RUBEM BERTA - APARTAMENTO - Rua Paulo Renato Ketzer de Souza, 300, apto nº 101, Bloco A, pavimento térreo, no Condomínio do Residencial São Francisco de Assis. Lance mínimo R$ 77.600,00 * **LOTE 137 - PONTAL DO PARANÁ/PR -** PRAIA DE PONTAL DO SUL - CASA - Rua dos Sombreiros, 502, Praia de Pontal do Sul, Pontal do Paraná/PR. Lance mínimo R$ 193.300,00 * **LOTE 138 - BRASÍLIA/DF -** SOBRADINHO - APARTAMENTO COM 01 VAGA (nº 36) - Projeção B do Conjunto B-02 da Quadra 02, Apartamento nº 206. Lance mínimo R$ 532.700,00 * **LOTE 139 - GUARUJÁ/SP -** PRAIA DO PERNAMBUCO - CASA - Rua dos Manacás, 77. Lance mínimo R$ 1.164.200,00 * **LOTE 140 - NITERÓI/RJ -** FONSECA - APARTAMENTO – Al. São Boaventura, 890, apto. nº 504 do Bloco 01 no Condomínio Residencial Olímpia. Lance mínimo R$ 175.100,00 * **LOTE 141 - PASSO FUNDO/RS -** INTEGRAÇÃO - CASA - Rua Engenheiro Fernando Lesseps, 195 A, lote 29F da quadra B - Residencial Alto das Figueiras I. Lance mínimo R$ 212.300,00 * **LOTE 142 - COCALZINHO DE GOIÁS/GO -** GIRASSOL - CASA - Rua 9, lote nº 07 da quadra 56. Lance mínimo R$ 64.400,00 * **LOTE 143 - SÃO PAULO/SP -** JARDIM ADHEMAR DE BARROS - CASA - Rua Francisco Perroti, 125, casa 06 do Condomínio Residencial Vila Perrotti, Instituto de Previdência, com vagas de garagem nº 01 e 02. Lance mínimo R$ 373.800,00 * **LOTE 144 - FLORIANO/PI –** CANCELA - CASA - Rua Sólon Miranda, 853. Lance mínimo R$ 176.200,00 * **LOTE 145 - VALPARAISO DE GOIÁS/GO -** FAZENDA SANTA MARIA - CASA - Rua Alagoas, Quinhão 02, casa nº 51 do Residencial Anhanguera Garden. Lance mínimo R$ 63.100,00 * **LOTE 146 - VIAMÃO/RS -** SANTA ISABEL - CASA - Rua Barão do Belém, 1455, Vila Diamantina. Lance mínimo R$ 218.100,00 * **LOTE 147 - BAYEUX/PB -** COMERCIAL NORTE - CASA - Rua Maria do Carmo dos Santos, 151 (lote A-09 da quadra 12), casa nº 01, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 54.500,00 * **LOTE 148 - CONTAGEM/MG -** ARVOREDO - CASA - Rua Oito, 52, casa nº 04 e 01 vaga de garagem do Residencial Kamila. Lance mínimo R$ 263.600,00 * **LOTE 149 - SÃO PAULO/SP -** VILA MIAMI - CASA - Rua José Antonio Fontes, 995. Lance mínimo R$ 345.400,00 * **LOTE 150 - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES -** OTTON MARINS - APARTAMENTO - Rua Luiz Tassinari, 10, apto nº 01 do Condomínio Edifício Renato, 1º pavimento subsolo, Otton Martins, com um vaga de garagem. Lance mínimo R$ 203.900,00 * **LOTE 151 - BELÉM/PA -** COQUEIRO - CASA – Al. NS 26, nº 48, Jardim Maguari, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R$ 151.800,00 * **LOTE 152 - ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS/GO -** ROYAL PARQUE - CASA EM CONDOMÍNIO - Rua 12, Lote 5-B da Quadra 8-C, Casa 1 - Condomínio Residencial Reder III. Lance mínimo R$ 91.600,00 * **LOTE 153 - TANGUÁ/RJ -** CIDADE SATÉLITE - CASA - Rua das Cravinas (antiga Rua 304), da Quadra 13 lotes 4, 5 e 6, Cidade Satélite de Itaboraí. Lance mínimo R$ 283.800,00 * **LOTE 154 - GOIÂNIA/GO -** CONJUNTO VERA CRUZ - CASA - Rua VC-59, Lote 17-A, Quadra QR-117, casa Tipo GO-GO-22. Lance mínimo R$ 113.500,00 *

Veja as condições de pagamento no site da leiloeira. Leia o Edital, veja as fotos dos imóveis e receba mais informações no site.
Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão online. **Rua Hipódromo, 1141, sala 66 – Mooca - São Paulo/SP.**

Ana Claudia Campos Frazão – Leiloeira Oficial – JUCESP 836

Tel. 11-3550-4066 | 11-97179-0728 – www.FrazaoLeiloes.com.br

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1000458-27.2020.8.26.0704**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: Sociedade Beneficente São Camilo. Requerido: Jose Roberto Barreto Lins Filho e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1000458-27.2020.8.26.0704. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dr(a). Luciane Cristina Silva Tavares, na forma da Lei, etc. Faz Saber a José Roberto Barreto Lins Filho (CPF. 136.699.768-92) e Eva Batlickova (CPF. 232.541.788-31), que Sociedade Beneficente São Camilo, entidade mantenedora do Hospital São Camilo Pompéia lhes ajuizou ação de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 37.882,92 (novembro de 2019), decorrente do Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços, relativo à intervenção clínica e hospitalização do paciente José, representado pelas Notas Fiscais - NF nº 00433596, NF nº 00430759 e NF nº 00430750. Estando os requeridos em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereçam contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, os requeridos serão considerados revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. SP, 06/05/2025.

Ambipar Environment Residential Collection S.A.

ambipar® GROUP

CNPJ nº 10.652.751/0001-46 - NIRE 35.3.0064220-1

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 23 de Junho de 2025

A **Ambipar Environment Residential Collection S.A.**, sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua João Antônio de Oliveira, 453, Móoca, CEP 03111-010, inscrita no CNPJ sob nº 10.652.751/0001-46 ("**Companhia**"), nos termos do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das Sociedades por Ações**"), vem, por meio deste edital, convocar os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("**Assembleia**"), a ser realizada na sede da Companhia, em primeira convocação, no dia 23 de junho de 2025, às 10 horas, e em segunda convocação às 11 horas do dia 23 de junho de 2025, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Aprovar a destituição do Diretor Administrativo da Companhia; (ii) Eleição de novo Diretor Administrativo para a Companhia, caso a destituição mencionada no item (i) seja aprovada; e (iii) Autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima, caso aprovadas. Os acionistas que forem representados por procurador deverão observar o disposto no Artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo necessária a apresentação de cópia simples do instrumento de mandato e do documento de identificação com foto do procurador que comparecerá à Assembleia. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no Artigo 126, §1º da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas jurídicas ou fundos de investimento acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com o contrato social ou estatuto social próprio ou do administrador/gestor, conforme o caso, e segundo as normas da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("**Código Civil**"), sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Em cumprimento ao disposto no Artigo 654, §1º e §2º do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi outorgada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, sendo aceita assinatura digital, por meio de certificado digital. Os respectivos instrumentos de mandato deverão ser depositados, na sede da Companhia com 3 dias de antecedência da data da Assembleia. A Companhia informa que dispensará o reconhecimento de firma e autenticação por cartório dos documentos apresentados.

São Paulo, 13 de junho de 2025
Thiago da Costa Silva - Diretor Financeiro
Luciana Freire Barca Nascimento - Diretora Adjunta
Felipe Lagrotta Nassar Cury - Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 43.470.988/0001-65 - NIRE 35.300.329.520

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 29 de Abril de 2025

Data, Hora e Local: Realizada no dia 29/04/2025, às 10:00 horas, na sede da EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo - SP, na Rua Hungria, nº 1.400, 2º andar, Conjunto 22, bairro Jardim Europa, de forma híbrida, com a possibilidade de participação remota de acionistas através de plataforma digital ("Plataforma Digital"), nos termos do artigo 124, parágrafo 2º-A da Lei n° 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.As") e da Resolução n° 81 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 29/03/2022, conforme alterada ("RCVM 81/22"), devidamente gravada em sua íntegra. **Convocação:** O Edital de Convocação desta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia") foi publicado, na forma dos artigos 124 e 289 da Lei das S.As, em primeira convocação, no jornal "O Estado de São Paulo", nas edições dos dias 31/03, 01 e 02/04/2025, na categoria economia e negócios, nas páginas B20, B6 e B11 respectivamente, e divulgado simultaneamente na página do referido jornal na internet (https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/), certificada digitalmente. **Publicação:** Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, com o Parecer de Orientação da CVM n° 39, de 20/12/2021, e com o Ofício Circular Anual 2025 CVM/SEP, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras resumidas acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes da Cia relativas ao exercício social findo em 31/12/2024, foram publicados no jornal "O Estado de São Paulo", na edição do dia 28/03/2025, na categoria economia e negócios, na página B33, e a íntegra foi divulgada, simultaneamente, na página do referido jornal na internet (https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/), certificada digitalmente. Os documentos acima foram colocados à disposição dos acionistas na sede social e no website da Cia, juntamente com a proposta da administração, conforme legislação aplicável, em 28/03/2025. **Presença e Instalação:** Presentes na Assembleia acionistas representando 76,70% do capital social votante da Cia, excluídas as ações em tesouraria, conforme: (i) assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Cia; e (ii) Boletins de Voto a Distância recebidos na forma da RCVM 81/22. Em atenção ao disposto no artigo 134, parágrafo 1º, da Lei das S.As, estiveram presentes, ainda, o Sr. Rodrigo Geraldi Arruy, presidente do Conselho de Administração, Sr. Marcelo Dzik, Diretor Financeiro da Cia, Sr. Valdir Renato Coscodai, membro especialista e coordenador do Comitê de Auditoria da Cia e o Sr. Gustavo Figueredo Silva, CRC 1SP319856, representante da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., por meio da Plataforma Digital. Na forma da regulamentação aplicável, são considerados presentes os acionistas que fizeram uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto. **Mesa:** O presidente do Conselho de Administração da Cia, Sr. Rodrigo Geraldi Arruy, solicitou aos presentes que esta Assembleia fosse presidida pelo Sr. Marcelo Dzik, tendo os acionistas presentes autorizado. O Sr. Marcelo Dzik, como presidente da Assembleia, convidou o Sr. Joaquim Chacur Biasotto Mano para secretariá-lo. **Leitura de Documentos, Recebimento de Votos e Lavratura da Ata:** Foi dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia e, ainda, foram (i) postos à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia; (ii) colocados à disposição dos senhores acionistas por meio do website de Relações com Investidores da Companhia; (iii) encaminhados à B3, em atendimento ao disposto no artigo 124, parágrafo 6º, da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) colocados à disposição dos senhores acionistas no website da CVM. Por fim, foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e a sua publicação com omissão das assinaturas da totalidade dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. **Ordem do Dia:** Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2024, acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social findo em 31/12/2024 e a distribuição de dividendos; (iii) Revisar os Orçamentos de Capital aprovados em 2022 (relativo à retenção de lucros do exercício 2021), 2023 (relativo à retenção de lucros do exercício 2022) e 2024 (relativo à retenção de lucros do exercício 2023), conforme aprovado nas respectivas assembleias gerais; (iv) Fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato; (v) Eleger os membros do Conselho de Administração para mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 31/12/2026 e o respectivo enquadramento como conselheiros independentes; (vi) Indicar o Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; (vii) Fixar o limite do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025; Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (viii)Reformar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, para alterar os seguintes artigos (a) artigo 8º, a fim de fazer referência às disposições referentes ao prazo para convocação de Assembleia Geral em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações; (b) artigo 20, para modificar as competências do Conselho de Administração; (c) artigo 22, para excluir cargo da Diretoria, vago conforme deliberação do Conselho de Administração de 12/08/2024; (d) artigo 29, para ajustar as competências Diretoria; (e) artigo 30, para prever hipóteses de representação isolada da Companhia pelo Diretor de Relações com Investidores; e (f) artigo 33, para ajustes redacionais no item (iv); (ix) Rerratificar o valor da remuneração global anual dos administradores da Cia, relativa ao exercício social encerrado em 31/12/2024; e (x) Alterar o jornal de grande circulação em que os atos da Cia são publicados. **Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, após a discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: 1. Aprovar, por maioria de votos, registradas as abstenções, conforme o mapa de votação constante do Anexo I à presente Ata, as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2024, acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes. 2. Aprovar, por maioria de votos, registradas as abstenções, conforme o mapa de votação constante do Anexo I à presente Ata, a proposta dos administradores para a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social findo em 31/12/2024, no montante total de R$ 42.109.252,11, da seguinte forma: (a) R$ 2.105.462,61, correspondentes a 5% do lucro líquido, para a reserva legal; e (b) R$ 40.003.789,50 para distribuição de dividendos, os quais já foram pagos antecipadamente, a título de dividendos intercalares, nos termos da proposta da administração. 3. Aprovar, por maioria de votos, registradas as abstenções, conforme o mapa de votação constante do Anexo I à presente Ata, a revisão do Orçamento de Capital aprovados em 2022 (relativo à retenção de lucros do exercício 2021), 2023 (relativo à retenção de lucros do exercício 2022) e 2024 (relativo à retenção de lucros do exercício 2023), conforme aprovado nas respectivas assembleias gerais, conforme revisão constante da proposta da administração, tendo sido o montante dos lucros retidos revertido integralmente à reserva de lucros estatutária da Companhia. 4. Aprovar, por maioria de votos, registradas as abstenções, conforme o mapa de votação constante do Anexo I à presente Ata, a composição de 5 membros titulares e nenhum membro suplente ao Conselho de Administração para o mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 31/12/2026. 5. Aprovar, por maioria de votos, registradas as abstenções, conforme o mapa de votação constante do Anexo I à presente Ata, a eleição da chapa composta pelos seguintes membros do Conselho de Administração, par ao próximo mandato: (i) Rodrigo Geraldi Arruy, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG n° 18.890.147-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n° 250.333.968-97, residente e domiciliado na cidade de São Paulo - SP, com endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima, n° 3.144, conjunto 122, bairro Itaim Bibi, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; (ii) Guibson Zaffari, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG n° 408.860.564-9 SSP/RS, CPF/MF sob o n° 829.295.720-00, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre - RS, com endereço comercial na Av. Plínio Brasil Milano, n° 1.000, bairro Higienópolis, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; (iii) Andreia de Sousa Ramos Vettorazzo, brasileira, divorciada, engenheira civil, portadora do RG n° 15.852.995-9 SSP/SP, CPF/MF sob o n° 087.302.718-35, residente e domiciliada na cidade de Campinas - SP, com endereço comercial na Av. Selma Parada, n° 201, conjunto 424, bairro Jardim Madalena, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; (iv) André Ferreira Martins Assumpção, brasileiro, casado, advogado, portador do RG nº 11.347.564-0 SSP/SP, CPF/MF sob o nº 089.875.118-71, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50, 8º andar, bairro Itaim Bibi, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; e (v) Vinicius Ottone Mastrorosa, brasileiro, casado, economista, portador do RG n° 32.830.983-7 SSP/SP, CPF/MF sob o n° 230.159.988-46, residente e domiciliado na cidade de São Paulo - SP, com escritório na Av. Faria Lima, n° 3.144, conjunto 122, sala J, bairro Jardim Paulistano, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração. 5.1. Em linha com a manifestação do Conselho de Administração da Companhia acerca da independência dos candidatos abaixo mencionados, constante na proposta da administração, e a declaração individual de independência dos candidatos, nos termos do artigo 17, incisos I e II do Regulamento do Novo Mercado da B3 e do Anexo K da Resolução n° 80 da CVM, de 29/03/2022 ("RCVM 80/22"), consignar que os Srs. Rodrigo Geraldi Arruy, Guibson Zaffari, Andreia de Sousa Ramos Vettorazzo, André Ferreira Martins Assumpção e Vinicius Ottone Mastrorosa, membros do Conselho de Administração, ora eleitos, são considerados conselheiros independentes para os fins do Regulamento do Novo Mercado, da RCVM 80/22 e do Estatuto Social da Companhia. 5.2. A posse dos membros do Conselho da Administração ora eleitos fica condicionada à assinatura do termo de posse, lavrado em livro próprio da Companhia, com a declaração de desimpedimento, nos termos da legislação aplicável, e a adesão à cláusula compromissória referida no artigo 40 do Regulamento do Novo Mercado. 6. Indicar, por maioria de votos, registradas as abstenções, o Sr. Rodrigo Geraldi Arruy para o cargo de Presidente do Conselho de Administração, e o Sr. Guibson Zaffari para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração, conforme o mapa de votação constante do Anexo I à presente Ata. 7. Aprovar, por maioria de votos, registradas as abstenções, conforme o mapa de votação constante do Anexo I à presente Ata, a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025, no valor máximo de R$ 30.500.000,00. 8. Registrar o recebimento de pedido de instalação do Conselho Fiscal por acionistas titulares de ações representativas de 0,06% do total do capital social da Companhia, não tendo sido atingido o percentual mínimo de 2% do total do capital social da Cia previsto na Resolução n° 70 da CVM, de 22/03/2022. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: 9. Aprovar, por maioria de votos, registradas as abstenções, conforme o mapa de votação constante do Anexo I à presente Ata, a reforma do Estatuto Social para alterar o: (a) artigo 8º, a fim de alterar a redação para fazer referência às disposições referentes ao prazo para convocação de Assembleia Geral em conformidade com a Lei das S.As; (b) artigo 20, para modificar as competências do Conselho de Administração; (c) artigo 22, para excluir cargo da Diretoria, vago conforme deliberação do Conselho de Administração de 12/08/2024; (d) artigo 29, para ajustar as competências Diretoria; (e) artigo 30, unicamente para prever hipóteses de representação isolada da Cia pelo Diretor de Relações com Investidores; e (f) artigo 33, para ajustes redacionais no item (iv). 9.1. Consolidar o Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações acima, o qual passa a vigorar na forma do Anexo II à presente Ata. 10. Aprovar, por maioria de votos, registradas as abstenções, conforme o mapa de votação constante do Anexo I à presente Ata, a rerratificação da remuneração global anual dos administradores da Cia, relativa ao exercício social encerrado em 31/12/2024, no valor de R$ 30.400.000,00 para R$ 35.224.883,00. 11. Aprovar, por maioria de votos, registradas as abstenções, conforme o mapa de votação constante do Anexo I à presente Ata, a alteração do jornal de grande circulação no qual ocorrem as publicações legais da Cia, do jornal "Estado de São Paulo" para o jornal "O Dia São Paulo", nos termos do art. 289, § 3º, da Lei das S.As. **Encerramento e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente concedeu a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso. Não havendo nenhuma manifestação, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata em forma de sumário, ficando autorizada a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, de acordo com o previsto no artigo 130, parágrafos 1º e 2º da Lei das Sociedades por Ações, a qual, lida e achada conforme pelos presentes, foi assinada pelo Presidente e Secretário da Mesa, tendo sido considerados signatários da ata, nos termos do artigo 47 da RCVM 81/22, os acionistas (i) que compareceram fisicamente ou devidamente representados, conforme o caso; e (ii) cujo Boletim de Voto a Distância foi considerado válido pela Cia. São Paulo/SP, 29 de abril de 2025. Mesa: Marcelo Dzik - Presidente, Joaquim Chacur Biasotto Mano - Secretário. Jucesp - Certifico o registro sob o nº 168.688/25-6 em 16/05/2025. Aloisio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Eufrázio
Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Jardim Leão Empreendimentos Imobiliários Ltda

CNPJ 12.012.818/0001-03 - NIRE 35230054705

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 04.06.2025, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 5.308.895,00 **para** R$ 2.659.401,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Cyrela Sul 021 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ 30.852.733/0001-15 - NIRE 35235291748

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.02.2025, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 14.453.250,00 **para** R$ 13.629.578,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

CBR 059 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ: 31.178.579/0001-00 - NIRE: 35235320128

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 04.06.2025, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor **de** R$ 7.557.890,00 **para** R$ 4.557.890,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Cyrela Sul 009 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ 21.675.605/0001-52 - NIRE 35229979172

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.02.2025, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor **de** R$ 20.284.891,00 **para** R$ 19.514.801,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Cyrela Sul 019 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ 30.652.210/0001-25 - NIRE 35235270716

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.02.2025, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 10.633.500,00 **para** R$ 4.883.500,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Medan Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 17.976.360/0001-26 - NIRE 35227432494

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 04.06.2025, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor **de** R$ 15.154.897,00 **para** R$ 11.254.897,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Pionner-4 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 17.784.962/0001-81 - NIRE 35227382004

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 04.06.2025, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor **de** R$ 69.730.267,00 **para** R$ 61.730.267,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Living Amoreira Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 16.736.489/0001-02 - NIRE 35226802301

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 04.06.2025, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor **de** R$ 12.741.802,00 **para** R$ 11.241.802,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Cyrela Sul 032 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ 35.554.958/0001-09 - NIRE 35235715696

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.02.2025, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 303.218,00 **para** R$ 175.514,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Cyrela Pompeia Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 08.504.527/0001-65 - NIRE 35221113532

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 04.06.2025, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 1.328.088,00 **para** R$ 876.141,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Cyrela Sul 013 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ 21.823.417/0001-24 - NIRE 35229893332

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.02.2025, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor **de** R$ 3.902.865,00 **para** R$ 3.746.151,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Living Cantagalo Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 10.970.450/0001-60 - NIRE 35223427674

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 04.06.2025, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor **de** R$ 14.177.760,00 **para** R$ 9.677.760,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Living Indiana Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 11.360.475/0001-05 - NIRE 35223856915

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 04.06.2025, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor **de** R$ 3.296.632,00 **para** R$ 1.796.632,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Cyrela Índico Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 09.621.586/0001-86 - NIRE 35222411791

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 04.06.2025, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** A única sócia aprovou, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 9.013.367,00 **para** R$ 85.367,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

CBR 037 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 18.983.186/0001-01 - NIRE 35227901231

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 04.06.2025, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor **de** R$ 46.361.925,00 **para** R$ 34.361.925,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Cyrela Sul 011 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ 21.831.062/0001-15 - NIRE 35230538273

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.02.2025, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor **de** R$ 9.472.368,00 **para** R$ 5.472.368,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Cyrela Sul 017 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ 23.285.936/0001-01 - NIRE 35229892794

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.02.2025, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 1.358.343,00 **para** R$ 58.343,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Luanda Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 17.976.379/0001-72 - NIRE 35227432508

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 04.06.2025, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor **de** R$ 39.434.273,00 **para** R$ 35.434.273,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Living Apiaí Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 11.359.844/0001-40 - NIRE 35223856958

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 04.06.2025, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 6.278.621,00 **para** R$ 4.878.621,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

www.jornalodiasp.com.br

Cúpula Brasil-Caribe firma adesões à Aliança Global contra a Fome

A Cúpula Brasil-Caribe terminou na sexta-feira (13), em Brasília, com um saldo de novas adesões à Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza e acordos de cooperação entre o Brasil e os países caribenhos. Com a participação de 16 países da região e de organizações regionais caribenhas, o encontro debateu segurança alimentar, mudanças climáticas, transição energética, gestão de desastres e conectividade.

Ao final da cúpula, foi anunciada a entrada de Barbados, Santa Lúcia e Cuba, além do Banco de Desenvolvimento do Caribe, na Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Lançada pelo Brasil, em novembro do ano passado, durante a Cúpula de Líderes do G20, no Rio de Janeiro, a aliança reúne mais de 150 membros com foco em ampliar os esforços globais para erradicar a fome e a pobreza no mundo.

Na declaração final, a presidente da comunidade do Caribe (Caricom) e primeira-ministra de Barbados, Mia Mottley, destacou a atuação do governo brasileiro para envolver a comunidade internacional no combate à fome e extrema pobreza.

"A liderança do Brasil, globalmente nessas questões, é refletida nos nossos objetivos de desenvolvimentos sustentável e continua a nos inspirar", disse.

Mia apontou ainda que é preciso que os países tratem da situação de fome de maneira mais humana, e não apenas em "termos aritméticos". "Para que continuemos o esforço de garantir que as regras e a ordem internacional não foquem somente na movimentação de capital, mas também no progresso e na humanidade das pessoas", argumentou.

Em seu discurso, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, destacou que os países avançaram no debate sobre mudanças climáticas, e que o Brasil e a comunidade dos países caribenhos levarão uma declaração com posicionamentos comuns a COP 30, que será realizada em Belém, em novembro. Lula apontou que os países insulares da região estão entre os mais vulneráveis aos efeitos do aquecimento global.

"Chegaremos em Belém unidos por uma transição justa e inclusiva. Chegaremos exigindo dos países ricos metas ambiciosas de redução das emissões e financiamento robustos para ações de mitigação, adaptação e compensação por perdas e danos", disse.

O presidente destacou que o Brasil pode auxiliar a região no processo de transição energética e de descarbonização das matrizes de energia, por sua larga experiência em biocombustíveis, energia eólica e solar.

Lula também voltou a defender que a Organização das Nações Unidas (ONU) assume parte do financiamento da missão de segurança no Haiti ou realize uma nova missão de paz no país caribenho.

De acordo com as Nações Unidas, 1,3 milhão de pessoas já se deslocaram internamente no Haiti devido à violência dos grupos criminosos, acusados de assassinatos, estupros, saques e sequestros.

"Os países caribenhos têm exercido papel central nos esforços de estabilização do Haiti, mas é necessária uma resposta internacional mais robusta. O Brasil apoia um engajamento maior da ONU", disse Lula, reafirmando que a Polícia Federal brasileira vai iniciar, nos próximos meses, um treinamento para 400 membros da polícia nacional haitiana.

A presidente da Caricom agradeceu o apoio do governo brasileiro em contribuir para que o mundo olhe para o que está acontecendo no Haiti.

"O Haiti precisa da voz e do apoio do mundo mais do que nunca. É necessário acordar o mundo para a necessidade urgente de ajudar o Haiti", disse Mia. "Como não é visto como um teatro de conflito tradicional, ele não é visto pela comunidade internacional. É preciso dizer que mais de metade da população haitiana enfrenta insegurança alimentar", concluiu.

Além de anunciar o repasse de 5 milhões de dólares para o Banco de Desenvolvimento do Caribe, que serão usados para financiamento de projetos na região, o Brasil assinou acordo sobre serviços aéreos com Barbados e Suriname, para dar maior segurança jurídica nas operações aéreas entre os países, impulsionando o comércio e o turismo. Também foram firmadas parcerias para cooperação técnica com a comunidade das Bahamas, e de gestão pública com a República Dominicana.

A República Dominicana também assinou um acordo com o Brasil voltado para o intercâmbio na formação consular entre o Instituto Rio Branco e o órgão formador de diplomatas do país caribenho.

Além disso, o Brasil firmou com Cuba um memorando de entendimento entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente cubano, visando a apoiar conjuntamente o estudo e a pesquisa científica e tecnológica de pesquisadores dos dois países. (Agência Brasil)

Moraes nega recurso de Carla Zambelli contra execução da condenação

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou nesta sexta-feira (13) um recurso da Defensoria Pública da União (DPU) contra a execução imediata da condenação da deputada Carla Zambelli (PL-SP) a dez anos de prisão pela invasão ao sistema eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2023.

Na semana passada, Zambelli fugiu para a Itália para evitar o cumprimento da pena, e o ministro determinou que a defesa fosse exercida pela DPU.

No recurso, a defensoria alegou que a condenação não poderia ter sido executada após a decisão da Primeira Turma da Corte, que negou o último recurso da parlamentar contra a condenação. Segundo o órgão, ainda restavam outros recursos pendentes de análise.

Ao analisar o caso, o ministro manteve a decisão do colegiado que condenou a deputada.

"Inexiste a contradição apontada, na medida em que, consoante constou expressamente do voto proferido, buscou a embargante Carla Zambelli, assim como Walter Delgatti, apresentar mero inconformismo com a solução adotada pela turma julgadora", decidiu o ministro.

O hacker Walter Delgatti também foi condenado, a oito anos e três meses de prisão no mesmo processo. Segundo as investigações, a invasão eletrônica foi executada por Delgatti e ocorreu a mando de Zambelli.

Na quarta-feira (11), Alexandre de Moraes enviou ao Ministério da Justiça e Segurança Pública o pedido de extradição da deputada. Caberá ao Executivo federal fazer a solicitação ao governo italiano. (Agência Brasil)

Israel fecha embaixada e consulado no Brasil após ataque ao Irã

A Embaixada de Israel em Brasília e o Consulado-Geral israelense em São Paulo foram fechados para o público na sexta-feira (13) e não têm data de reabertura. Apesar disso, não há informações oficiais sobre a suspensão dos serviços.

O fechamento das representações ocorre após Israel atacar o Irã na madrugada da sexta-feira, com a alegação de que o país persa estaria construindo bombas atômicas com potencial de serem usadas contra os israelenses.

O Irã nega o desenvolvimento de armas nucleares e sustenta que usa tecnologia atômica apenas para fins pacíficos, como a produção de energia.

O chefe supremo da República do Irã, o Aiatolá Ali Khamenei, prometeu responder aos ataques de Israel que vitimaram altos comandantes militares e cientistas do país, e também danificarem instalações nucleares e fábricas de mísseis.

Em outros países, como na Alemanha, embaixadas israelenses também foram fechadas

Em nota à imprensa, o governo brasileiro condenou a ofensiva aérea israelense contra o Irã no que chamou de "clara violação à soberania desse país e ao direito internacional". O Ministério das Relações Exteriores disse ainda que acompanha a situação com forte preocupação.

Já a Embaixada do Brasil em Tel Aviv emitiu um alerta consular com orientações à comunidade brasileira em Israel, baseada nas diretrizes do Comando de Segurança Interna (Home Front Command). São elas:

evitar viagens não essenciais a Israel;

os brasileiros visitantes devem considerar a possibilidade de se ausentar de Israel até o retorno à normalidade;

os brasileiros que decidirem permanecer em Israel devem evitar se deslocar às áreas de fronteira;

seguir as indicações de segurança das autoridades locais;

reforçar medidas de segurança, especialmente no norte e sul de Israel;

evitar aglomerações;

verificar se o passaporte brasileiro ou israelense possui ao menos 6 meses de validade;

acompanhar as redes sociais e os canais de contato dos postos diplomáticos do Brasil em Israel;

baixar o aplicativo do Home Front Command em dispositivos móveis (smartphones e tablets) e ficar atento aos alertas emitidos.

O aplicativo desenvolvido e mantido pelas Forças de Defesa de Israel fornece, em tempo real, alertas, instruções e informações com o objetivo de salvar vidas. Os avisos podem ser personalizados, de acordo com a localização e áreas de interesse do usuário, como a própria casa e de parentes, escola dos filhos e local de trabalho.

As notificações do Home Front Command estão disponíveis em hebraico, árabe, russo e inglês. (Agência Brasil)

Brasil registra mais de 68 mil pedidos de refúgio em 2024

Em 2024, 68.159 pessoas apresentaram pedidos de refúgio no Brasil – um aumento de 16,3% em relação ao ano anterior. Os dados foram divulgados na sexta-feira (13), em Brasília, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, com base no Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).

Segundo o relatório Refúgio em Números 2025, a nacionalidade com o maior número de solicitantes de refúgio no Brasil foi a venezuelana, com 27.150 pedidos, seguida por cubanos (22.288) e angolanos (3.421). Ao todo, o Brasil recebeu solicitações de refúgio de pessoas oriundas de 130 países.

O documento destaca "crescimento expressivo" no número de solicitações feitas por cubanos, que registraram variação positiva de 94,2% em relação a 2023.

Em 2024, os homens representaram 59,1% do total de solicitantes de refúgio, enquanto as mulheres responderam por 40,9% dos pedidos. Entre os solicitantes venezuelanos, os homens constituíram 37,6% do total e as mulheres representaram 43%.

Ainda segundo o relatório, em todos os grupos etários o número de homens solicitantes de refúgio superou o de mulheres. A faixa etária de 25 a 39 anos concentrou a maior proporção de homens, com 63,2%, enquanto as mulheres representaram 36,7%. Entre as mulheres solicitantes, 24,3% tinham menos de 15 anos de idade.

O documento cita ainda que, em 2024, o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, reconheceu 13.632 pessoas refugiadas no Brasil originárias de diferentes países, com predominância da Venezuela.

Ao longo de todo o ano passado, 44,4% das solicitações decididas pelo Conare foram registradas em unidades federativas que compõem a Região Norte. O estado de São Paulo concentrou o maior volume de pedidos de refúgio decididos pelo comitê (36,1%), seguido por Roraima (35,6%) e pelo Amazonas (5,1%).

Os maiores contingentes de pessoas reconhecidas como refugiadas em 2024 tiveram como principais países de origem a Venezuela, que concentrou mais de 93% dos casos, além do Afeganistão, Colômbia e Síria.

Os dados mostram que os homens corresponderam a 55,9% do total de pessoas reconhecidas como refugiadas em 2024 no Brasil, enquanto as mulheres representaram 43,9%.

Além disso, 41,8% eram crianças, adolescentes e jovens com até 18 anos. Tanto os homens (31,4%) quanto mulheres (37,6%) reconhecidos encontravam-se, de forma mais expressiva, no grupo de idade menor que 15 anos. (Agência Brasil)

CNI estima que investimento em infraestrutura vai crescer 4,2% em 2025

Os investimentos em infraestrutura no país devem chegar a R$ 277,9 bilhões este ano, segundo estimativa divulgada na sexta-feira (13) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Caso se confirme, o valor será 4,2% superior ao observado no ano passado, de acordo com a CNI.

A proporção dos investimentos em infraestrutura em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), no entanto, deve ser reduzida dos 2,27% observados em 2024 para 2,21% projetados para este ano.

O analista da CNI Ramon Cunha explica que o Brasil historicamente investe pouco em infraestrutura. "Em algumas atividades, o país investe menos do que o necessário para suprir a própria depreciação desses ativos. Isso se reflete, na prática, em estradas com conservação inadequada, instabilidade em termos de fornecimento de energia e serviços de telecomunicações, e, ainda, em precariedade no abastecimento de água e no tratamento de esgoto".

Segundo a CNI, os setores onde são esperados mais crescimentos no investimento, neste ano, são saneamento básico e transportes.

A confederação também estima que 72,2% dos investimentos virão da iniciativa privada, mantendo a tendência observada desde 2019, quando o capital privado responde por mais de 70% desses aportes.

Para a CNI, apesar dos avanços observados nos últimos anos, a infraestrutura nacional ainda precisa superar deficiências, a fim de dar condições ao país para concorrer internacionalmente. Entre as principais dificuldades apontadas pela confederação estão entraves regulatórios, demora no processo de licenciamento ambiental e investimentos insuficientes.

O estudo da CNI enumerou oito pilares que seriam considerados essenciais para a modernização da infraestrutura brasileira, entre eles tornar o investimento em infraestrutura uma política de Estado e garantir sua melhor governança; e ampliar de forma responsável e com racionalidade econômica os investimentos públicos, direcionando-os para projetos de maior retorno para a sociedade.

Também são recomendações da CNI que o governo seja rigoroso nos critérios de escolha de investimentos públicos e parcerias público-privadas, que haja maior segurança jurídica para os investimentos privados, que seja aprimorada a regulação do setor de infraestrutura, e que seja ampliada a participação dos mercados de capitais no financiamento de projetos de infraestrutura. (Agência Brasil)

Eufrázio

autojornal
o dia a dia motorizado

EDIÇÃO: 722 14 A 20 DE JUNHO DE 2025

Importados

Hyundai inicia vendas do SUV Novo KONA Hybrid

Com mudanças significativas sobre sua primeira geração, o Novo KONA Hybrid ganhou tamanho e reforça a abordagem dos mais recentes lançamentos globais da Hyundai, focada na modernidade, inovação e tecnologia. Equipado com motorização híbrida, amplia o portfólio de veículos eletrificados da marca no Brasil, recentemente renovado com o IONIQ 5, 100% elétrico, e inaugura por aqui, com seu visual futurista, a linguagem de design global Seamless Lighting, com os faróis conectados por uma faixa de luz contínua em sua versão topo de gama.

O modelo conta com sistema híbrido de última geração, com alta eficiência energética e Nota A entre veículos médios pela classificação do INMETRO. Vem equipado com motor Kappa 1.6 aspirado com injeção direta de combustível (GDI) associado à transmissão DCT de seis velocidades e a um motor elétrico com bateria principal de Íons de lítio e capacidade de 1,32 kWh. A potência máxima combinada é de 141 cv, enquanto o torque máximo combinado do veículo é de 27 kgfm. Seus dados de consumo registram 18,4 km/l na cidade e 16 km/l na estrada, médias bem expressivas frente à concorrência direta.

O veículo híbrido da Hyundai também oferece ao consumidor brasileiro recursos premium como a suspensão traseira multilink. Nela, cada roda traseira conta com múltiplos braços de controle, que oferecem maior estabilidade e segurança em curvas. Proporciona também maior nível de conforto, devido a minimização das oscilações laterais da carroceria se comparada ao sistema tradicional semi-independente com eixo rígido.

Com 4.350 mm de comprimento, 1.825 mm de largura, 1.580 mm de altura e 2.660 mm de entre-eixos, o Novo KONA Hybrid traz a impressão do porte de um SUV ainda maior. O espaço para as pernas no banco traseiro é referência no segmento devido ao entre-eixos, que aumentou 60 mm em relação à geração anterior. Também contribuem para esta percepção de maior espaçamento o reposicionamento do banco traseiro e a otimização da espessura do encosto dos bancos dianteiros. Sua largura de 1,83 m supera a maioria dos SUVs compactos e se equipara a veículos de categorias superiores. A capacidade do porta-malas é de 407 litros.

Estará disponível em duas opções de configuração, Ultimate e Signature, com cinco possibilidades de cores externas: Branco Atlas, Preto Abyss Perolizado, Cinza Cyber Metálico, Cinza Pérola e, com destaque especial por ser uma rara opção original de fábrica no mercado brasileiro nesta faixa de preço, a Cinza Ecotronic Matte – de acabamento fosco. No interior, também será possível escolher pela tonalidade preta ou cinza.

Os preços sugeridos partem de R$ 214.990 para a versão Ultimate e de R$ 234.990 na opção Signature, com variações para cada cor da carroceria escolhida.

Conveniências premium e design futurista na linguagem de estilo global da Hyundai

O Novo KONA Hybrid apresenta design futurista e inovador, e inaugura no Brasil a tecnologia Seamless Lighting da Hyundai, que conecta os faróis através de uma faixa de luz contínua em sua versão topo de gama. O conjunto óptico em full LED, na versão Signature, é harmonizado com o para-choque dianteiro, com acabamento tridimensional ressaltado pelos paralamas proeminentes. As rodas de liga leve diamantadas de 18 polegadas, o desenho em Z nos vincos das portas e a linha de cintura ascendente da dianteira para a traseira certificam o estilo exclusivo da família KONA e complementam o design geral ousado e dinâmico do SUV.



Internamente, o Novo KONA Hybrid traz um ambiente muito amplo, que o distingue dos concorrentes principalmente pelo novíssimo painel de instrumentos digital configurável full TFT de 12,3 polegadas integrado à multimídia touchscreen, de mesmo tamanho. Ambos criam a sensação de um painel flutuante e continuamente digital, que disponibiliza a máxima ergonomia e acesso às informações relevantes à condução e controles de bordo.

Outra novidade é a tecnologia Shift by Wire, exclusiva em sua categoria, que apresenta uma alavanca à direita do volante como chave seletora do câmbio automático. Esta configuração elimina a necessidade da alavanca de câmbio e proporciona mais espaço no console central, que vem aberto, tornando-se um elemento bastante útil para guardar objetos.

No interior frontal, os assentos exclusivos Slim Seat foram desenvolvidos para o máximo de conforto e sensação de amplitude interna para os ocupantes. Mais estreitos, dão ainda mais espaço interno para quem vai na fileira de trás. O interior entrega percepção superior de espaço e comodidade com o console central aberto, apoio de braços com porta copos no banco traseiro, saídas de ar-condicionado traseiras, portas USB-C e luz cortesia em LED.

O ar-condicionado digital dual zone é outro ponto valorizado no Novo KONA Hybrid, oferecendo ainda mais conforto para condutor e passageiro, que podem selecionar a temperatura mais agradável para cada um. O recurso também oferece eficiência energética, uma vez que o controle individual evita resfriamento e aquecimento desnecessários em áreas não ocupadas do veículo. Carregador de smartphone sem fio, banco do motorista com ajuste elétrico, função auto hold, acionamento da câmera 360º pelo console e conexão Apple Car Play/Android Auto sem fio são outros atributos que compõem o pacote de conveniências.

Dentro da proposta ainda mais tecnológica do Novo KONA Hybrid, a versão Signature vem com "Seamless Lighting" dianteiro, teto solar elétrico e luz ambiente configurável de até 64 cores. Nela, o para-brisa é acústico, outra grande inovação para maior absorção de ruídos externos, e o porta-malas tem acionamento elétrico, configurável em quatro níveis de altura de abertura, para melhor se adaptar ao alcance de cada condutor.

Nos itens de segurança, Assistente de Frenagem Autônomo, Monitoramento de Tráfego Cruzado Traseiro, Assistente de Ponto Cego, Farol Alto Adaptativo, Alerta de Saída Segura, Assistente de Permanência e Centralização em Faixa, Controle de Cruzeiro Adaptativo e Sensor de Estacionamento estão disponíveis para ambas as versões. Na versão Signature, adicionam-se ainda a Câmera 360º e a Câmera para Monitoramento de Ponto Cego.

Ford F-150 Tremor inova o segmento



A Ford inicia a venda da F-150 Tremor no Brasil, nova versão esportiva do ícone criada para oferecer uma opção inédita no segmento. Feita para os clientes que desejam uma picape grande com visual exclusivo e maior capacidade off-road sem abrir mão da versatilidade de uso no dia a dia.

A picape Tremor impressiona pelo visual imponente, realçado por detalhes em laranja na carroceria e na cabine. Seu trem de força é o poderoso conjunto formado pelo motor Coyote 5.0 V8, de 405 cv, câmbio automático de 10 marchas e sistema de tração 4WD inteligente.

Além de maior altura do solo e ângulos de entrada e saída ampliados, os seus recursos voltados para o off-road incluem suspensão exclusiva, pneus All-Terrain, protetores metálicos inferiores, bloqueio eletrônico do diferencial traseiro e diferencial dianteiro Torsen com escorregamento limitado.

Ela conta também com tecnologias que facilitam a condução em trilhas, como o piloto automático off-road com função "one pedal drive" e o assistente de curvas off-road. Outra novidade é o Pro Power Onboard, gerador embarcado com tomadas de 127 V que permite alimentar equipamentos e ferramentas elétricas, muito útil em diferentes situações no campo. A cabine traz ainda botões customizáveis no teto para a instalação de acessórios.

Como as demais versões da linha, a nova picape vem completa, com quadro de instrumentos digital de 12", multimídia SYNC 4 com tela de 12" e conexão com Apple CarPlay e Android Auto sem fio, head-up display e sistema de iluminação 360°. Tem também ar-condicionado dual zone, bancos climatizados e pedais com ajuste elétrico e memória, sistema de som B&O, manopla de câmbio rebatível, superfície de apoio no console, porta-objetos sob o banco traseiro com chave e tampa traseira multiacesso com sistema Pro Access.

A F-150 Tremor 2025 chega para ocupar o topo da gama, com preço de R$ 580.000 e quatro opções de cores: Preto Vesúvio, Branco Space, Cinza Torres e Prata Orvalho. Ela tem garantia de cinco anos e a opção de blindagem feita pela Leandrini Blindagens, empresa homologada pela Ford. O cliente também pode incrementar a picape com mais de 30 acessórios, como capota rígida elétrica, capota marítima, caixas organizadoras, divisor e extensor da caçamba, ponteira e esfera de engate.

A linha da F-150 no Brasil oferece também as versões Lariat e Lariat Black, ambas equipadas com motor V8 e completas, diferenciadas pelo acabamento com itens cromados ou pretos.

Alto estilo e conforto

A F-150 Tremor exibe um estilo único e de grande personalidade, com detalhes em laranja na carroceria e no interior e faróis com tecnologia full-LED. Os seus itens diferenciados incluem a grade dianteira, para-choques, ganchos de reboque, saídas de ar no capô, rodas, estribos de alumínio fundido e saída de escape dupla com design exclusivo.

O interior tem bancos com o logotipo Tremor no encosto e costuras laranja, mesmo acabamento aplicado no volante, e detalhes em laranja no painel e nas saídas de ar. Os bancos dianteiros contam com aquecimento e ventilação, ajuste elétrico e memória para o motorista em 10 posições e ajuste elétrico para o passageiro em oito posições. Há também ajuste elétrico com memória nos pedais e aquecimento no banco traseiro.

A cabine traz um painel com seis comandos customizáveis no console de teto para a instalação de acessórios e personalização. Eles já incluem cabeamento espalhado por todo o veículo, nos locais comumente mais utilizados, conectados a uma caixa de distribuição que comporta conexões de 10 A a 30 A em cada circuito.

A versatilidade da picape é destacada ainda pelos recursos da caçamba, que além da melhor tampa multiacesso do mercado tem revestimento protetor do tipo spray-in, material de grande durabilidade e excelente estética. A abertura das portas por código no teclado embutido na coluna e a iluminação 360º são outros itens que aumentam a conveniência de uso do veículo em diferentes situações.

O gerador Pro Power Onboard é mais uma novidade exclusiva da F-150 Tremor. Com duas tomadas de 120 V e 20 A, ele permite conectar diversos aparelhos elétricos, como compressor de ar, aquecedor, TV, carregador de bateria, serras e ferramentas, com capacidade de uso simultâneo de até 2.000 W. A picape conta também com tecnologia eletrônica avançada, com 75 módulos preparados para receber atualizações over-the-air.

Desempenho todo-terreno

Grandenovidade da Tremor é a suspensão exclusiva, que incorpora vários componentes modificados, incluindo molas, barra estabilizadora, amortecedores, geometria de direção e manga do eixo dianteiro. Além de novos ângulos de entrada (28°), saída (24,1°) e transposição de rampa (21°), a picape tem altura do solo 25 mm maior (277 mm) e novas rodas de 18" com pneus General Grabber 275/70 All-Terrain. Sua capacidade de imersão é de 600 mm.

O motor Coyote 5.0 V8 a gasolina de 405 cv (@ 6.000 rpm) e 56,7 kgfm (@ 4.250 rpm), combinado com a transmissão automática de 10 velocidades, garante o excepcional desempenho da picape. Ela acelera de 0 a 100 km/h em 7 segundos e oferece uma autonomia de mais de 1.000 km com o tanque estendido de 136 litros.

Além do sistema de tração inteligente 4WD com as opções 4x2, 4x4 alta, 4x4 baixa e 4x4 automática, a F-150 Tremor tem sete modos de condução que adaptam as configurações do veículo a cada tipo de terreno – Normal, Eco, Esportivo, Escorregadio, Off-Road, Rock Crawl e Rebocar/Transportar. Ela possui capacidade de carga de 671 kg, ou 1.495 litros, e pode rebocar 3.945 kg, com auxílio da tecnologia Pro Trailer nas manobras e engate e também dos controles de freio e oscilação de reboque.

Direção fácil e segura

A F-150 Tremor passa uma sensação de controle e segurança incomum em veículos do seu tamanho. Isso se deve, também, a recursos exclusivos como o piloto automático off-road, que controla a aceleração e o freio do veículo para o motorista poder se concentrar na direção em trilhas, com função "one pedal drive". Além de melhorar o controle da picape para evitar deslizamentos, em velocidades de até 32 km/h, ele maximiza a tração em subidas e descidas.

Outra novidade é o assistente de curvas off-road, que diminui o raio de giro para auxiliar em curvas fechadas, acionando o freio da roda traseira interna. Ele atua apenas em baixas velocidades, quando o veículo está nos modos de tração 4x4 ou 4x4 reduzida e com o volante completamente virado à esquerda ou à direita.

A F-150 Tremor conta também com o pacote de tecnologias de segurança e assistência à condução mais avançado do mercado. Vem com oito airbags, assistente de manutenção e centralização de faixa, assistente de manobras evasivas, monitoramento de ponto cego com cobertura de reboque, piloto automático adaptativo com Stop&Go, assistente autônomo de frenagem e detecção de pedestres, assistente em cruzamentos, câmera traseira com detecção de objetos e assistente de descida.

Nacionais

Citroën promove descontos de até R$ 22 mil



Até o dia 3 de julho a Citroën promove condições especiais para a aquisição dos modelos C3, Aircross e Basalt. As ofertas serão aplicadas nas concessionárias da marca em todo o Brasil.

O modelo Citroën Aircross Feel Pack 7 conta com R$ 22,2 mil de desconto e está por R$ 123.990 com usado na troca e taxa zero. Para a mesma versão, adicional às isenções fiscais, a compra na categoria PCD conta com desconto de 16% no preço público. Já a versão topo de gama, Citroën Aircross Shine 7 tem R$ 19.200 de desconto, sai por R$ 126.490 com taxa zero e bônus de R$ 6 mil na troca do usado. As versões Citroën Aircross de 5 lugares contam com até R$ 15.610 de desconto. O Aircross se destaca pelo motor Turbo 200 de até 130 cv, câmbio automático CVT de sete marchas, painel de instrumentos TFT 7" e ar-condicionado automático e digital. Além, é claro, do maior espaço interno do segmento.

O hatch com atitude SUV de entrada, Citroën C3 Live Pack 1.0 com transmissão manual, sai por R$ 79.790 à vista ou 0% de entrada com financiamento em 48 meses. Já a versão Citroën C3 Feel 1.0, equipada com câmbio manual, sai com desconto de R$ 12.610, por R$ 79.790 com usado na troca e taxa de 0,99% com a possibilidade de financiamento em 48 parcelas. O Citroën C3 conta com cabine espaçosa, versátil e diferentes opções de motorização e acabamento. Entre seus principais atributos estão a central multimídia Citroën Connect Touchscreen de 10,25", com Android Auto e Apple CarPlay sem fio, e o maior porta-malas do segmento.

O Citroën Basalt também faz parte das condições promocionais da marca. Na versão Feel 1.0 Turbo, com câmbio automático, sai de R$ 118.290 por R$ 104.490, mais bônus de até R$ 3 mil na troca do Citroën seminovo, mantendo o título de SUV Turbo automático mais acessível do Brasil. Já a topo de linha, Shine, está com desconto de R$ 11.510 – de R$ 122.100 por R$ 110.590, mais bônus de até R$ 3 mil na troca do Citroën seminovo. O público PcD, em todas as versões do modelo, além das isenções previstas em lei, conta com bônus de R$ 3 mil na troca de seu usado. O Citroën Basalt surpreende pelo excelente espaço interno e seu porta-malas que comporta até 490 litros de volume, além do pacote de revisões a preço fixo e uma gama de versões que inclui tanto câmbio manual quanto automático quanto dois tipos de motorização (Firefly e Turbo 200).

Ao adquirirem os veículos Citroën, os clientes também têm à disposição o Citroën FlexCare, uma gama de serviços elaborados para facilitar o dia a dia e gerar economia ao longo de sua relação com a marca Citroën. Além da flexibilidade das revisões, tanto em questões de pagamento quanto de agendamento, o catálogo inclui a Garantia Adicional, ou seja, além dos três anos de garantia de fábrica, é possível optar pela prorrogação de 12 meses ou 24 meses, desde que o veículo esteja dentro do limite de 60 mil quilômetros rodados e que esteja dentro da garantia de fábrica.

Outra vantagem para os clientes Citroën é que todos os veículos 0 km da marca saem de fábrica com a tag Sem Parar instalada e com seis meses de gratuidade no plano mais completo da empresa, além de outros benefícios.

Expediente

autojornal
o dia a dia motorizado

Diretor e Editor Executivo: J. A. Otazú - MTB: 071836/SP
Editor: Angelo "Guto" Oliveira - MTB: 0069016/SP
Email: autojornal@mastermidia.com.br / Fone: (11) 99681-3549